



INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

EDLAMIR COELHO DA SILVA

ESTUDANTES MÃES: IDENTIDADES NO PROEJA

Olinda
2022

EDLAMIR COELHO DA SILVA

ESTUDANTES MÃES: IDENTIDADES NO PROEJA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Olinda do Instituto Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Olinda
2022

S586e Silva, Edlamir Coelho da.
Estudantes mães: identidades no PROEJA. / Edlamir Coelho da
Silva. – Olinda, PE: O autor, 2022.
157f.: il., color. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Anália Keila Rodrigues Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local
ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica, 2022.

Inclui Referências e Apêndices.

1. Educação – Jovens e Adultos. 2. Identidades na Educação. 3.
Maternidade – Aspectos Sociais. 4. Mulher - Aspectos Sociais. 5.
Narrativas. 6. Educação Profissional e Tecnológica. I. Ribeiro, Anália
Keila Rodrigues (Orientadora). II. Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

374 CDD (22 Ed.)

EDLAMIR COELHO DA SILVA

ESTUDANTES MÃES: IDENTIDADES NO PROEJA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Instituto Federal de Pernambuco
Orientadora

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa
Instituto Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Magna do Carmo Silva
Universidade Federal de Pernambuco

EDLAMIR COELHO DA SILVA

NARRATIVAS DE ESTUDANTES MÃES DO PROEJA MULHERES

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 31 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Instituto Federal de Pernambuco
Orientadora

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa
Instituto Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Magna do Carmo Silva
Universidade Federal de Pernambuco

A todas as mulheres que lutaram, lutam e lutarão por direitos equânimes e por um mundo mais justo. A todas aquelas que me possibilitaram chegar até aqui, de modo especial as mulheres da minha família, as minhas professoras, e as estudantes do PROEJA Mulheres.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida.

À sempre magnífica Profa. Dra. Anália Ribeiro, por ter me selecionado, acreditado no meu potencial e me ajudado a desenvolvê-lo por meio do seu dedicado trabalho de orientação.

A minha família, em especial, minha mãe Profa. Edla Silva, meu pai Prof. Mavíael Coelho, minha irmã Profa. Miryam Coelho, meu companheiro Juliel Muniz, meu cunhado Anderson Lima, minha sobrinha Letícia Coelho, minhas amigas Danielle Silva, Monique Bispo e Rafaela Almeida pelo apoio.

Às psicólogas Luciana Jordão e Mércia Vasconcelos pelo seu acolhimento na terapia.

À reitoria do IFPE, à direção e à coordenação do *Campus* Olinda e do *Campus* Paulista, e às estudantes do PROEJA Mulheres por terem possibilitado esta pesquisa.

Às professoras e aos professores e às/aos colegas do curso do mestrado, pelo aprendizado, especialmente à Profa. Dra. Bernardina Araújo pelas recomendações de leituras e eventos acadêmicos, e ao meu colega de orientação Deivyson Pablo Braz pela troca de experiências.

Às/aos colegas de trabalho da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Sobretudo, à gerência de ensino: Ma. Cássia Lima e Dr. Gilson Alves, ao sindicato SINPROJA, ao vereador Adeildo da Igreja, às equipes gestoras das Escolas Municipais: Cláudio Agrício e Alberto Luiz Russo, à Profa. Martilianny Souza, ao Prof. Niedson Cabral e ao Prof. Styves Silva pelo apoio.

Às professoras Dra. Ana Maria Menda, Dra. Luciana de Oliveira e Dra. Cristiane Vicentini, às/aos colegas dos cursos do PDPI e da FAFIRE por terem me incentivado a cursar um mestrado.

Nem mulatas, nem morenas, somos negras que, como miçangas de um maravilhoso colar, carregamos em diversos tons a nossa ancestralidade, unidas por um único fio, a crença em um mundo onde não existam opressões baseadas nas diferenças de gênero, étnico-raciais ou de classe social.
(COLETIVO FILHAS DO VENTO)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), do Campus Paulista. Especificamente, buscou conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA do IFPE do Campus Paulista; refletir sobre as contribuições do PROEJA Mulheres para a construção identitária das estudantes mães; e registrar as narrativas das estudantes mães na forma de coletânea. O referencial teórico utilizado tem base em autores e autoras que tratam de identidades, narrativas e feminismo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, sendo compreensiva e narrativa. As participantes foram mulheres estudantes do PROEJA Mulheres que iniciaram o curso em 2018, 2019 e 2021. Os dados foram coletados de forma remota, por meio de questionários e entrevistas narrativas. Após a organização e interpretação das respostas dos questionários, foram selecionadas oito estudantes para participarem de entrevistas narrativas, as quais foram transcritas e analisadas. O Produto Educacional da pesquisa é uma coletânea de narrativas de estudantes mães do PROEJA Mulheres. Nos resultados, foram identificados três grupos narrativos nos quais as estudantes relataram que tiveram que parar de estudar por motivos relacionados à gravidez, ao casamento ou ao trabalho. O PROEJA Mulheres, enquanto política pública, garantiu o direito à educação e promoveu a reconstrução das identidades de estudantes delas. Esta pesquisa possibilitou uma maior compreensão das mulheres estudantes do PROEJA Mulheres como sujeitos constituídos na sociedade e de seu impacto nas relações estabelecidas socialmente com outros sujeitos. Ao promover a escuta das histórias das estudantes, contribuiu para um conhecimento mais abrangente das especificidades e necessidades delas, e, dessa forma, para o aprimoramento do PROEJA Mulheres.

Palavras-Chave: Estudantes mães. Identidades. Mulheres. Narrativas. PROEJA.

ABSTRACT

The general objective of this research was to understand the construction of the identity of student mothers in PROEJA Mulheres of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), on Campus Paulista. The specific objectives were to know the socioeconomic, family and school profile of the women who study at PROEJA at IFPE in the Paulista Campus; to reflect on the contributions of PROEJA Mulheres to the construction of the identity of the student mothers; and to register the student mothers' narratives in the form of a collection of narratives. The theoretical framework used was based on authors who study identities, narratives and feminism. The research was developed through a qualitative approach, and it is comprehensive and narrative. The participants were women who studied at PROEJA Mulheres and started the course in 2018, 2019 or 2021. The data of the research were collected remotely through questionnaires and narrative interviews. After organizing and interpreting the answers to the questionnaires, eight students were selected to participate in narrative interviews, which were transcribed and analyzed. The Educational Product of this research is a collection of narratives of student mothers from PROEJA Mulheres. Three narrative groups were identified in the results. In those groups, the students reported that they had to stop studying for reasons related to pregnancy, marriage or work. PROEJA Mulheres, as a public policy, guaranteed their right to education and promoted the reconstruction of their identities as students. This research facilitated a better understanding of women who study at PROEJA Mulheres as subjects in society and their impact on socially established relationships with other subjects. By promoting the listening to the students' stories, it contributed to a more comprehensive knowledge of their specificities and needs, and, in this way, to the improvement of PROEJA Mulheres.

Keywords: Student mothers. Identities. Women. Narratives. PROEJA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ano de início do curso	56
Gráfico 2 - Cor ou etnia	58
Gráfico 3 - Faixa etária	59
Gráfico 4 - Naturalidade	60
Gráfico 5 - Município de Residência	61
Gráfico 6 - Relacionamento afetivo e familiar	61
Gráfico 7 - Núcleo familiar	63
Gráfico 8 - Situação trabalhista	63
Gráfico 9 - Renda Familiar	64
Gráfico 10 - Maternidade	65
Gráfico 11 - Quantidade de filhose/ou filhas	65
Gráfico 12 - Faixa etária do/s filho/s e/ou da/s filha/s	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agrupamento temático das narrativas	71
Quadro 2 – A gravidez	72
Quadro 3 – O cuidado com o/s filho/s e/ou a/s filha/s	75
Quadro 4 – A retomada da trajetória escolar	78
Quadro 5 – O apoio e a falta de apoio por parte dos esposos e companheiros	82
Quadro 6 – O casamento	84
Quadro 7 – O acesso à educação por meio da política pública	87
Quadro 8 – O trabalho remunerado	91
Quadro 9 – Contribuições do PROEJA Mulheres	92
Quadro 10 – Compreensão.....	97
Quadro 11 – Mudança de ação	97
Quadro 12 – Atração	98
Quadro 13 – Aceitação	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO	19
1.1 Identidades e PROEJA: Referenciando a construção narrativa dos sujeitos da educação	19
1.2 O PROEJA	22
1.3 As Mulheres e o PROEJA	30
1.4 A Pandemia de COVID-19 e as mulheres	39
2 METODOLOGIA	43
2.1 Contextualização da pesquisa	44
2.2 Participantes da pesquisa	44
2.2.1 Critérios de inclusão da pesquisa	45
2.2.2 Critérios de exclusão da pesquisa	45
2.3 Procedimentos de construção dos dados	45
2.3.1 Questionário	45
2.3.2 Entrevista	46
2.4 Procedimento de análise dos dados	49
2.4.1 Análise dos questionários	49
2.4.2 Análise das entrevistas	49
2.5 Ética da pesquisa	52
2.6 Produto educacional	53
3 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	55
3.1 Questionários	56
3.2 Entrevistas narrativas	67
3.2.1 Grupo 1: A maternidade e a trajetória escolar	71
3.2.1.1 A gravidez	72
3.2.1.2 O cuidado com o/s filho/s e/ou a/s filha/s	75
3.2.1.3 A retomada da trajetória escolar	78
3.2.1.4 O apoio e a falta de apoio por parte dos esposos e companheiros	82
3.2.2 Grupo 2: A conjugalidade e a trajetória escolar	84

3.2.2.1 O casamento	84
3.2.2.2 O acesso à educação por meio da política pública	87
3.2.3 Grupo 3: O trabalho remunerado e a trajetória escolar	90
3.2.3.1 O trabalho remunerado	90
3.2.3.2 Contribuições do PROEJA Mulheres	92
4 PRODUTO EDUCACIONAL	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	109
APÊNDICE B – FORMULÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL ...	147
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO.....	148
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	151
ANEXO B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ	154
ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	156

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a identidade da mãe e estudante do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Meu interesse em estudar essa temática surgiu a partir da minha experiência pessoal e profissional. Minha sensibilidade com relação ao tema está ligada a minha história de vida e teve origem na minha infância, pois fui filha de uma estudante mãe. Além disso, durante o meu trabalho como professora, também pude acompanhar de perto as histórias de várias estudantes mães.

Trabalho como professora da educação básica em escolas públicas desde 2012, inclusive com turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. O contato com os e as estudantes trouxe diversos aprendizados, assim como me permitiu conhecer um pouco das histórias de algumas mulheres estudantes. Como bem disse Freire (2001, p. 259) “É que não existe ensinar sem aprender [...] ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende [...]”.

É sabido que a maternidade é uma experiência marcante nas vidas das mulheres. Ela pode acarretar diversas mudanças nos âmbitos pessoal, familiar, profissional e também escolar. Dessa forma, para as mulheres que são estudantes e mães, também surgem novas experiências na escolaridade em vista da maternidade. Durante meu trabalho em escolas públicas, observei que quando as estudantes davam à luz, pouco tempo depois costumavam comparecer à escola para mostrar seus bebês a funcionários/as e colegas de classe. Através dessa prática, elas não só apresentavam seus filhos e suas filhas à comunidade escolar, mas também se apresentavam em suas novas identidades. Além de identificadas como estudantes, passavam também a serem respeitadas como mães, por terem assumido também esse papel social.

Há também, nas escolas, estudantes que já têm filhos/as adolescentes ou adultos/as. Frequentemente, as estudantes que tiveram que interromper suas trajetórias escolares por não conseguirem conciliar a maternidade com a rotina de estudos retornam à escola quando os/as filhos/as adquirem mais idade e alguma autonomia, se tornando menos dependentes do cuidado delas. Os/as filhos/as

também podem ser uma das motivações para esse retorno, à medida que elas vêm na educação um caminho para conseguirem proporcionar uma melhor qualidade de vida para elas e suas famílias, e para darem exemplo a estas/as, como Santos (2019) ressalta. Por outro lado, se houvesse políticas públicas acessíveis a essas estudantes mães, como a oferta de vagas em creches públicas em quantidade e horários que atendessem às necessidades delas, elas não precisariam interromper os estudos.

Também constatei que, muitas vezes, as estudantes mães que anteriormente estudavam em turmas da manhã ou da tarde, sentiam a necessidade de alterarem os horários de estudos, matriculando-se no turno da noite nas turmas de EJA, buscando conciliar suas rotinas enquanto estudantes e mães, ou de se afastarem da instituição de ensino. Algumas contavam com a ajuda de suas mães ou outros/as familiares que cuidavam de seus filhos ou filhas enquanto elas estudavam. Já aquelas que não contavam com uma rede de apoio nos cuidados com as crianças precisavam levá-las consigo para poderem participar das aulas.

Esse contexto me remete ao passado, aos momentos em que eu, enquanto criança, também acompanhei minha mãe em suas aulas. A professora dela compreendia a situação e não só permitia minha presença como também levava papéis e lápis de cor para que eu me ocupasse. Carinhosamente, me nomeou como sua assistente e me deixava subir na cadeira para apagar o quadro de giz e bater o apagador do lado de fora da sala.

Tanto tempo se passou, mas até hoje muitas estudantes ainda se deparam com a dificuldade de prosseguirem suas trajetórias escolares por não terem com quem deixar seus filhos e suas filhas para estudarem. Tendo em vista a minha pouca idade naquela época, eu ainda não conseguia compreender a não naturalidade desse fato. O esforço profissional e pessoal dessa professora para, além de lecionar em sua turma, receber uma criança filha de uma estudante na sala de aula, procurava suprir uma ausência de políticas públicas voltadas para a estudante mãe, o que sobrecarregava o ambiente escolar. Observa-se, portanto, a relevância das políticas públicas que visam incluir as estudantes mães, possibilitando a continuidade de seus estudos.

Esta pesquisa foi realizada com pessoas que já passaram por uma interrupção da trajetória escolar e que, agora, estão inseridas numa política pública

compensatória, a qual junta o aumento da escolaridade à profissionalização. Como investigamos um curso PROEJA voltado para as mulheres, a pesquisa se voltou também para as questões de gênero envolvidas no processo de escolaridade e profissionalização, seja na idade considerada “ideal” para as etapas de ensino ou na EJA na política compensatória.

A evasão escolar é um problema educacional importante confirmado tanto na minha experiência profissional quanto nos dados estatísticos relacionados à escolaridade dos brasileiros e das brasileiras. Dessa forma, evidencia-se a relevância da EJA como uma política pública compensatória para possibilitar o acesso à educação aos e às estudantes que tiveram que interromper suas trajetórias escolares.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o Censo Demográfico mais recente no ano de 2010. Apesar de normalmente ser promovido a cada dez anos, o censo que estava previsto para o ano de 2020 acabou sendo adiado, tendo como uma das motivações a eclosão da pandemia do Vírus COVID-19, atendendo às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dados do Censo referentes a 2010 revelaram, quanto à proporção de pessoas de 25 anos de idade ou mais por nível de instrução no Brasil, que 49,3% do total de habitantes não haviam recebido instrução escolar ou tinham o Ensino Fundamental incompleto, 14,7% tinham Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio incompleto, 24,6% tinham Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, e 11,3% haviam concluído o Ensino Superior (IBGE, 2010a). A partir desses dados, podemos observar que a maior parte da população brasileira de 25 anos de idade ou mais, numa proporção de 64%, ainda não havia concluído o Ensino Médio, enquanto que apenas 35,9% possuíam Ensino Médio completo.

Por sua vez, Saviani (2007), evidencia que, de modo a participar ativamente da sociedade contemporânea, é necessário se ter um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos. Além disso, ele aponta a escola de nível médio como responsável por recuperar explícita e diretamente a relação entre a educação e o trabalho, e entre o conhecimento e a atividade prática. Dessa forma, em vista de Saviani (2007), 64% da sociedade brasileira estava fora desses direitos, e isso é uma injustiça social a ser corrigida.

Historicamente, no Brasil, desde sua colonização, as mulheres, sobretudo, têm encontrado mais dificuldades de acesso à educação devido a fatores culturais,

sociais e/ou econômicos. As informações do IBGE quanto ao nível de instrução de habitantes de 25 anos de idade ou mais de diversas localidades do Brasil também refletem o contexto da dificuldade de acesso das mulheres à educação no país. Os dados referentes à escolarização das mulheres em todo o território nacional, de 2010, indicam que 47,8% delas não receberam instrução escolar ou cursaram apenas uma parte do Ensino Fundamental, 14,4% tinham Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio incompleto, 25% tinham Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, 12,5% concluíram o Ensino Superior. (IBGE, 2010a).

Com relação aos dados sobre as mulheres no estado de Pernambuco, foi verificado que 54,8% não haviam recebido instrução escolar ou tinham o Ensino Fundamental incompleto, 12,2% tinham Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio incompleto, 23,6% tinham Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, e 9,21% concluíram o Ensino Superior. (IBGE, 2010c).

No que concerne à escolaridade das mulheres no município de Paulista, os dados apontam que 36,6% não haviam recebido instrução escolar ou tinham o Ensino Fundamental incompleto, 17,2% tinham Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio incompleto, 37,4% tinham Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, e 8,57% haviam concluído o Ensino Superior. (IBGE, 2010b).

Considerando o que foi apresentado nessas informações do IBGE, podemos verificar tanto no âmbito nacional (Brasil) quanto estadual (Pernambuco) e municipal (Paulista) uma alta proporção de mulheres que não concluíram a trajetória escolar. Ao analisar esses dados estatísticos a partir do viés de gênero, pode-se entender essa interrupção da trajetória escolar como um reflexo do encolhimento do papel público esperado das mulheres na nossa sociedade, inclusive na vida escolar.

Muitas vezes as mulheres são incentivadas a priorizarem as experiências da vida familiar, a exemplo da conjugalidade e a maternidade, em detrimento das vivências escolares, acadêmicas e profissionais. É necessário promover o acesso à formação educacional, assim como assegurar condições de permanência na trajetória educacional a essa parcela da população brasileira que teve que interrompê-la.

Santos (2019) e Ferreira (2017) concordam que as atribuições sociais de gênero esperadas das mulheres, na conjugalidade e maternidade, por exemplo, também têm impacto nas rotinas de estudo destas. Santos (2019) também afirma

que há uma relação entre a baixa escolaridade, a maternidade e o desemprego, reconhecendo a importância da formação escolar para o acesso a oportunidades de trabalho. Já Ferreira (2017) acrescenta que a EJA integrada à Educação Profissional, além de qualificar profissionalmente, contribui para a inclusão, o empoderamento e a emancipação das mulheres.

De acordo com Alvarenga (2016, p. 136), “[...] a conquista da escola de qualidade e que atenda as demandas de jovens e adultos representa um dos mais importantes repertórios político sociais das lutas da classe trabalhadora, constituindo um dos seus patrimônios coletivos.” Dessa forma, fez-se necessário a criação de políticas públicas que buscassem reparar essa dívida histórica com as mulheres, viabilizando a escolarização delas.

Na falta de uma política pública em nível nacional voltada especificamente para o público feminino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) desenvolveu e implementou, como parte do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o PROEJA Mulheres, promovendo a escolarização e a qualificação profissional das mulheres e, conseqüentemente, possibilitando a reconstrução da identidade delas como estudantes. A partir daqui usaremos apenas as siglas para nos referirmos ao IFPE e ao PROEJA.

A pesquisa dá aos e às mestrados/as de mestrados profissionais a oportunidade de analisarem a realidade em que se inserem e de atuarem efetivamente nela, na medida em que localizam áreas críticas que possam ser esclarecidas por um processo sistemático de coleta de dados e de referenciais teórico-metodológicos, conforme defendem André e Princepe (2017).

Sobre o compromisso do profissional com a sociedade, Freire (2013, p. 12) afirma que “É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele.”, e também que seja “capaz de agir e refletir” para poder assumir um ato comprometido. O autor argumenta que a reflexão sobre si e sobre o estar no mundo precisa estar relacionada à ação neste para que possam ser transpostos os limites impostos por este. Dessa forma, é possível estabelecer um compromisso com o mundo e com sua transformação.

Por sua vez, Oliveira, R. (2019) acredita que a finalidade do curso de mestrado é produzir conhecimento novo e pensar em práticas e soluções para fazer das escolas públicas espaços realmente voltados para a maioria da população,

principalmente a que se dispõe socialmente excluída. De acordo com André (2007), a pesquisa pode objetivar a geração de conhecimentos novos, gerais, organizados, válidos e transmissíveis ou o questionamento sistemático, crítico e criativo. Gatti (2012, p.25) afirma que “A pesquisa parte dos resultados de uma análise crítica do contexto social e da situação real na qual o ensino de uma matéria escolar se atualiza.” Ela também destaca o emprego de abordagens biográficas que objetivam compreender processos formativos individuais.

Considerando esses autores e autoras junto a minha vivência como docente na EJA, este trabalho se constituiu numa pesquisa que teve como participantes mulheres estudantes do Ensino Médio Integrado do PROEJA Mulheres e do IFPE, do Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo do *Campus* Paulista. O objetivo geral foi Compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres do IFPE, do *Campus* Paulista. Os objetivos específicos foram: Conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA do IFPE do *Campus* Paulista; Refletir sobre as contribuições do PROEJA Mulheres, do IFPE *Campus* Paulista para a construção identitária dessas estudantes mães; e Registrar as narrativas das estudantes mães na forma de coletânea.

Dessa forma, esta pesquisa possibilitou uma maior compreensão das mulheres estudantes do PROEJA Mulheres como sujeitos constituídos na sociedade e do impacto delas nas relações estabelecidas socialmente com outros sujeitos. Além disso, ao promover a escuta das histórias dessas estudantes, este trabalho se propôs a contribuir para um conhecimento mais abrangente das especificidades e necessidades delas.

Para que na nossa sociedade haja equidade de gênero, é necessário que sejam promovidas políticas públicas voltadas para as mulheres. Por sua vez, para o desenvolvimento e implementação dessas políticas, é fundamental que as mulheres sejam vistas, ouvidas e compreendidas como sujeitos sociais. Assim, este estudo contribui para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para as mulheres, sobretudo o PROEJA Mulheres.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso referencial teórico foi dividido em quatro subtópicos: 1.1 Identidades e PROEJA: Referenciando a construção narrativa dos sujeitos da educação, 1.2 PROEJA, 1.3 As mulheres e o PROEJA e 1.4 A Pandemia de COVID-19 e as mulheres.

No primeiro subtópico, abordamos o processo de constituição dos sujeitos e de suas identidades e o papel das narrativas nesse processo. Em seguida, tratamos da orientação do Documento Base do PROEJA para a escuta das histórias dos sujeitos da EJA de modo a conhecê-los em suas especificidades, o que dá espaço para uma abordagem direcionada à contribuição da análise narrativa na significação das experiências dos sujeitos.

No segundo subtópico, contextualizamos as dificuldades de jovens e adultos/as no acesso à educação e à profissionalização, trazendo discussões das informações presentes no Documento Base do PROEJA, de argumentos de teóricos e dos/as estudantes. Também conceituamos o PROEJA enquanto política pública de acesso à Educação Profissional e Tecnológica.

No terceiro subtópico, apresentamos um breve histórico para situar a questão do acesso das mulheres à escolarização no Brasil, evidenciando a atuação do movimento feminista na luta por equidade de direitos e oportunidades. Também apresentamos o contexto das mulheres da EJA com relação às suas trajetórias escolares, enquanto estudantes mães.

No quarto subtópico, remontamos à Pandemia de Coronavírus (COVID-19) e aos impactos negativos que têm causado para as mulheres em diversos âmbitos de suas vidas, sobretudo no educacional. Por fim, destacamos o compromisso do PROEJA Mulheres do Campus Paulista na promoção da equidade de acesso à educação.

1.1 Identidades e PROEJA: Referenciando a construção narrativa dos sujeitos da educação

Cada pessoa é única à medida que tem um acervo próprio de experiências de vida que delinea a sua história. Por outro lado, essas experiências têm seus significados compartilhados com outras pessoas dentro de um contexto cultural de

uma sociedade. Diversos campos da ciência têm buscado compreender os significados dessas experiências para os sujeitos.

A área da psicologia, através de Bruner (1990), contribuiu para essa compreensão ao explicar os processos de significação das experiências humanas. Bruner (1990) acredita que, para compreender o ser humano, é necessário compreender também como suas experiências e atos são moldados por seus estados intencionais, como por exemplo, suas crenças. Ao passo que estes são apreendidos pela participação nos sistemas simbólicos da cultura, considerando que ela é parte constituinte da mente. Bruner (1990) evidencia que o princípio organizador da psicologia popular é narrativo.

Para Bruner (1990 apud RIBEIRO 2003, p.26), “O processo de construção e negociação dos significados são regidos pelo que ele chama de psicologia popular.” A pesquisadora explica o conceito de psicologia popular de Bruner como “[...] um sistema pelo qual as pessoas organizam sua experiência no mundo social, seu conhecimento sobre ele e as trocas que com ele mantêm.” (BRUNER, 1997 apud RIBEIRO, 2003, p.26).

A constituição e o desenvolvimento do *self*, ou sujeito, conforme Ribeiro (2003), têm por recurso natural o discurso narrativo, considerando, para a realização deste último, a natureza de tempo passado, presente e futuro e a necessidade do outro. Por sua vez, Hoffnagel (2010) argumenta que nosso *self* pessoal, assim como as identidades sociais, tem a estrutura textual, o conteúdo e o comportamento das narrativas como índices sensíveis. Ela também explica que o *self* é desenvolvido e apresentado como uma “entidade psicológica” e “como alguém localizado dentro de um mundo social e cultural” através do recurso da narrativa. (p. 67). Enquanto isso, Ribeiro (2003) explica que a significação da experiência acontece por meio das narrativas quando esta articula o conhecido com o novo, através de uma construção pessoal e coletiva, e, o *self* é construído e desenvolvido nesse processo.

Segundo Ribeiro (2003), os seres humanos se identificam por meio da narrativa, sendo esta necessária para a existência da sociedade. A autora explica que “A narrativa se apresenta, então, como um instrumento para a interpretação da experiência dentro da esfera da cultura e do sistema simbólico da linguagem.” (p.14). De acordo com Hoffnagel (2010, p. 63), “A narrativa em suas várias formas é um fato cotidiano de nossas vidas. Sempre estamos contando, ouvindo ou lendo histórias.” A autora explica que as experiências podem ser construídas, interpretadas e

compartilhadas através das histórias contadas sobre as vidas das pessoas.

As histórias que são narradas sobre si mesmo/a e não outrem são classificadas por Ribeiro (2003) como autonarrativas ou auto-relatos, e, ela aponta que, à vista disso, “as propostas de concepção de desenvolvimento e construção do *self* se referem ao próprio autor ou à autora da narrativa” (p. 16). De acordo com Ribeiro (2003), o estudo do sujeito feminino tem sido feito por meio de abordagens narrativas pelas teorias feministas. Conforme a pesquisadora isso ocorre por entenderem que “a investigação narrativa pode ser uma ferramenta para superar a tendência sexista [...] ao dar voz às próprias mulheres no relato de suas histórias pessoais.” (p.44).

Por sua vez, Identidade é um termo comumente empregado no cotidiano e também estudado como fenômeno social, cultural e psicológico por diversos ramos da ciência, podendo estar atrelado a significados distintos, conforme Hoffnagel (2010). Dentre estes, ela se refere à identidade pessoal, definida como “aquela que é única para cada indivíduo.” (p.64), porém sem fazer distinção dentre esta e a identidade individual e social por acreditar que são equivalentes.

Hoffnagel (2010) argumenta, dentro da linha do construtivismo, que “a identidade de um indivíduo particular é composta por múltiplos elementos ou atributos que emergem da interação social” e que “não é categórica nem fixa” (p.64). Ela também pontua que a identidade de uma pessoa pode se modificar ao longo do tempo, à medida que passa por diferentes etapas da vida, contextos e experiências de interação social, e, com isso, destaca, adquire ou perde traços de identidade. Hoffnagel (2010) expõe que as identidades sociais são projetadas nas narrativas. Conforme a autora, isso pode ser observado em conversas informais ou entrevistas, quando os/as informantes falam sobre suas vidas, relatando experiências pessoais.

Em seu estudo sobre autonarrativas elaboradas por adultos e adultas, Calha (2017) constata que eles e elas selecionam os acontecimentos que consideram mais importantes e coerentes com a imagem que desejam passar de si, influenciados/as por um contexto cultural. O autor também afirma que “A prática educativa baseada nas abordagens autobiográficas objetiva a valorização da aprendizagem dos sujeitos ao longo da sua vida e nos mais variados contextos.” (CALHA, 2017, p. 16).

Como sujeitos sociais, os/as estudantes trazem para os ambientes escolares um conjunto de experiências individuais construídas por meio das interações sociais realizadas ao longo de suas vidas. É necessário que a escola considere e valorize a

individualidade de cada estudante. Para isso, é importante buscar conhecer os/ as estudantes e as histórias de vida deles/ delas. O Documento Base do PROEJA faz menção aos diferentes sujeitos sociais para quem o currículo integrado é direcionado. Com relação ao currículo integrado, esse documento estabelece que:

O fundamental nesta proposta é atender para as especificidades dos sujeitos da EJA, inclusive as especificidades geracionais. Por isso, é essencial conhecer esses sujeitos; ouvir e considerar suas histórias e seus saberes bem como suas condições concretas de existência. “Assim, a educação [...] deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas. O que significa que a educação precisa levar em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem.” (BRASIL, 2005 apud BRASIL, 2007, p. 43, grifo do autor).

O trecho referenciado acima trata da recomendação para que se busque conhecer os sujeitos da EJA, escutar suas histórias e experiências de vida, e compreender suas particularidades caracterizadas pela diferenças de gêneros, raças, etnias e gerações. Partindo disso, entendemos que a realização da pesquisa com o PROEJA Mulheres, ao promover a escuta das narrativas das estudantes, contribuiu para conhecermos os sujeitos sociais da EJA e para a compreendermos suas especificidades, como previsto no Documento Base do PROEJA.

1.2 O PROEJA

Apesar de a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 legislar sobre o direito à educação, as políticas públicas implementadas não se fazem suficientes para resguardar esse direito dos cidadãos e cidadãs (BRASIL, 2020).

Os/as jovens e adultos/as da classe trabalhadora, sobretudo, figuram entre esse público negligenciado em seu direito. Aqueles/as que não tiveram a oportunidade de concluir a escolarização anteriormente buscam a EJA para concluir a trajetória escolar, não raro com a esperança de, dessa forma, se tornarem mais qualificados/as para oportunidades profissionais, “[...] acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural.” (BRASIL, 2007, p. 11).

Por outro lado, foi constatado que os/as jovens de classes populares não

estavam sendo suficientemente incluídos/as no acesso ao sistema público de educação profissional oferecido pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Fez-se necessário, diante disso, o desenvolvimento de uma política pública que alcançasse também essas pessoas. O Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007) trata da importância do PROEJA como política pública para a garantia de direitos:

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade. (BRASIL, 2007, p. 11).

O PROEJA foi criado a partir do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 sob a denominação de Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Nesse momento, ele pretendia ofertar educação profissional técnica de nível médio a jovens e adultos. Porém, essa iniciativa não foi suficiente para alcançar esse público de forma eficaz, considerando que jovens e adultos muitas vezes já se encontram excluídos do Ensino Médio.

Portanto, foi necessário ampliar a abrangência do programa e aprofundar seus princípios epistemológicos, o que ocorreu a partir da promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, revogando o decreto anterior. Inclusive, o nome do programa foi alterado para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, adequando-se à sua nova proposta. Dentre as mudanças adotadas após esse decreto destacam-se:

[...] a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional [...] (BRASIL, 2007, p. 11).

Machado (2019) reconhece a importância das iniciativas ocorridas nos espaços da educação profissional, porém, lembra das dificuldades que têm sido enfrentadas na realização do PROEJA desde o início. Ela denuncia que, apesar da

necessidade de constituição em política pública e de ampliação do PROEJA, as experiências do programa vem sendo atrofiadas. Ela aponta como a causa disso o interesse capitalista de manter o projeto de formação para a subalternidade da classe trabalhadora, o qual se mostra ameaçado pela promoção do pensamento crítico. Pois, como é evidenciado no Documento Base do PROEJA “[...] não se pode subsumir a cidadania à inclusão no “mercado de trabalho”, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo.” (BRASIL, 2007, p. 13).

A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional é guiada por princípios estabelecidos no Documento Base do PROEJA. (BRASIL, 2007). São eles: a inclusão; a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; a ampliação do direito à educação básica; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação do sujeito; e o sexto princípio, que considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. (BRASIL, 2007). Estes princípios foram considerados em nossa pesquisa, sobretudo o sexto princípio, à medida que nosso estudo esteve relacionado à construção identitária, tendo por participantes mulheres estudantes da EJA integrada à educação profissional, vinculadas ao curso PROEJA Mulheres do IFPE.

O Documento Base do PROEJA reconhece a importância da educação no desenvolvimento de uma nação e destaca a contribuição das políticas organizadas, articuladas e implementadas para esta finalidade (BRASIL, 2007). A educação é apontada como “[...] o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio de seu trabalho.” (BRASIL, 2007, p. 31). Por sua vez, a educação profissional e tecnológica, para que esteja comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, requer a adoção de “uma política de educação e qualificação profissional voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível.” (BRASIL, 2007, p. 32). Também é assegurado que essa política de educação profissional e tecnológica seja destinada aos jovens e adultos com “qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal [...]” (BRASIL, 2007, p. 33).

Na perspectiva de um projeto inclusivo de sociedade, a educação profissional não deve ter por finalidade preparar mão-de-obra acrítica para o mercado de

trabalho e ao sistema capitalista, mas sim possibilitar aos trabalhadores e trabalhadoras uma formação integral que dê conta de sua atuação cidadã e crítica tendo no centro a profissionalização como uma forma de situar-se no mundo do trabalho de forma qualificada, crítica e não precarizada.

Ramos (2010), Machado (2019) e Moura (2014) discorrem sobre as implicações políticas e pedagógicas da integração da Educação Básica e Profissional com a EJA, abordando o direito de todos e todas à educação profissional e à formação humana, omnilateral, de cidadãos e cidadãs capazes de compreender e transformar suas realidades, e a organização e efetivação do currículo integrado. As ideias das autoras e do autor convergem à medida que mostram a relevância da implementação, no PROEJA, de um projeto educacional que tenha por centralidade a dimensão humana, e, no âmbito desta, a dimensão econômica.

Assim, é possibilitada não só a formação do profissional para o mercado de trabalho, mas também a formação omnilateral de cidadãos e cidadãs com pensamento crítico, que possam atuar na sociedade e modificá-la. Ramos (2010), Machado (2019) e Moura (2014) também discutem a importância da oferta da Educação Profissional de forma pública gratuita e com qualidade para garantir o direito de todos e todas a ela.

A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do pensamento crítico dos e das estudantes, pode contribuir para a transformação não só de cada indivíduo, mas também de toda uma sociedade. Conforme argumenta Freire (2001, p. 261), “E a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejamos nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes da experiência escolar aos que resultam do mundo da cotidianidade.”

Desse modo, a concepção de Freire (2001, p. 260) de estudar como “um que-fazer crítico, criador, recriador [...]” é fundamental para a inclusão dos/ das jovens e adultos à medida que propõe preparar o sujeito para aprender ao incentivar a realização de reflexões críticas sobre temáticas e acontecimentos que possam ser de interesse dos/as estudantes. Ao expressarem um posicionamento crítico, eles e elas revelam compromisso com o mundo e contribuem com a mudança dele e de si mesmos/as.

Na perspectiva de a educação ser um direito de todos e todas, a EJA merece ser lembrada por seu papel de oportunizar que todas as pessoas que não

concluíram o acesso à escolarização previamente tenham o direito à educação. Santos e Costa (2019) mostram que a história da Educação no Brasil submeteu os jovens e adultos à invisibilidade e à exclusão social. A autora e o autor ressaltam que essa dívida histórica precisa ser considerada ao se pensar a educação para trabalhadores/as, assim como a complexidade refletida por meio dos contextos regionais, locais, individuais e sócio-econômicos.

O Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007) evidencia o papel da EJA para a inclusão das populações menos favorecidas:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (BRASIL, 2007, p. 11).

Dessa forma, Santos e Costa (2019), assim como Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007) apontam para a importância da promoção de políticas públicas que garantam o direito à educação a todos e todas.

De acordo com Alvarenga (2016, p. 124), “[...] o direito à Educação de Jovens e Adultos [...] tem historicamente refletido e refratado conjunturas de crises econômicas e políticas recentes, o que põe limites à sua expansão com qualidade nos sistemas públicos subnacionais.” Nos últimos anos, particularmente, a EJA tem perdido espaço como política de Estado. Conforme explica Machado (2019, p. 157) “[...] atrofiar e desqualificar a educação são instrumentos de quem está no poder, para manter a subalternidade.” A resistência em defesa da escola pública urge diante das regressões sociais que têm ocorrido, como evidencia Machado (2019).

Portanto, o cenário nacional ainda parece demandar uma política pública de educação de jovens e adultos cuja robustez consiga fazer o enfrentamento da dívida histórica com os cidadãos e cidadãs brasileiros/as, por um lado, e, por outro lado, constituir uma massa crítica e qualificada que seja suficiente para a instituição de uma nação cada vez mais soberana, autônoma, autodeterminada. Para isso, é imperativo que entre outras coisas a expansão e a qualificação da EJA seja fortemente fundamentada nos princípios de uma ciência humana inclusiva e tenha

subsídio orçamentário suficiente para a sua realização.

Alfano (2019), na matéria para o jornal O Globo, analisa dados divulgados no censo demográfico de 2010 do IBGE sobre a população brasileira que ainda não concluiu a educação básica, a qual constitui o público de EJA. Ele faz uma crítica à redução dos recursos destinados à EJA, quando a necessidade atual é de uma ampliação, de forma a garantir o direito à educação, considerando que, dentre a população com mais de 25 anos de idade, mais da metade não concluiu o Ensino Médio. Alfano (2019, p.1) apresenta a fala da professora Rita de Cassia Pacheco, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a qual denuncia que “Os alunos da EJA são os primeiros a serem excluídos do mercado de trabalho. Ou seja, o governo não está investindo na população mais precária do país.”

Por outro lado, é importante ressaltar que apenas oferecer qualificação para a entrada no mercado de trabalho não é o suficiente para o exercício da cidadania. Com relação a isso, o Documento Base do PROEJA estabelece que:

Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. (BRASIL, 2007, p.13).

Por sua vez, a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, se proliferou na crise do capital, como expõe Antunes (2020). Milhares de pessoas perderam suas vidas, e, dentre as sobreviventes, muitas tiveram suas condições de subsistência agravadas, considerando que houve um aumento considerável na taxa de desemprego, como afirma o autor. O discurso de que todos estariam no mesmo barco foi amplamente divulgado durante esse período, tentando fazer a população acreditar que todas as pessoas teriam sido igualmente afetadas pela crise ao redor do globo. (ANTUNES, 2020).

Entretanto, Antunes (2020) ressalta que a classe trabalhadora, da qual os/as estudantes de EJA fazem parte, foi a mais prejudicada. Muitos/as trabalhadores/as não tinham condições de moradia que permitissem uma quarentena adequada nem de acesso a recursos hospitalares privilegiados como a classe burguesa. Sobretudo,

precisaram se expor continuamente ao vírus para trabalhar e garantir seu sustento. Diversos/as desses/as trabalhadores/as estão no setor informal tendo seu trabalho intensamente explorado, porém desprovidos/as dos direitos sociais referentes a ele.

Antunes (2020) explica que muitas pessoas recorreram a trabalhos informais a exemplo do Uber, Uber Eats, dentre outros, como alternativa ao desemprego. Ele chama esse processo de uberização e o descreve como “uma nova modalidade de servidão” (p.16), a qual gera riqueza para um seleto grupo de empresas e seus altos gestores.

De acordo com Silva e Oliveira, R. (2013, p. 148), muitos/as estudantes da EJA, “foram alijados do mercado de trabalho capitalista e não conhecem, portanto, as relações conflitivas entre capital e trabalho.” Ainda segundo os autores, estes/as frequentemente têm trabalhos instáveis e têm por ambição conseguir um trabalho formal e a segurança de seus direitos trabalhistas.

Como consequência dos efeitos da pandemia, a área da Educação foi atingida de maneira geral. Diante das medidas de distanciamento social que foram adotadas de forma a evitar a propagação do vírus COVID-19, a educação à distância foi amplamente propagada na mídia como uma solução para a continuação do aprendizado durante esse período. Porém, essa proposta se apresentou como mais um obstáculo para diversos/as estudantes.

A EJA sofreu ainda mais pela natureza do seu status e o perfil socioeconômico de grande parte de seus/suas estudantes. Alguns/algumas são assalariados/as, ao passo que outros/as muitos/as estão trabalhando na informalidade sem terem direitos trabalhistas assegurados, ou estão desempregados/as ou em condição de vulnerabilidade social.

Devido a essas condições socioeconômicas desfavoráveis, frequentemente os/as discentes da EJA não tinham acesso aos equipamentos eletrônicos que seriam necessários para acompanharem aulas de forma remota ou a um ambiente confortável e tranquilo que possibilitasse a concentração e o aprendizado. Além disso, alguns e algumas estudantes encontram dificuldades para realizarem as atividades educacionais de forma solitária (PROLUTA, 2020).

As aulas de muitos/as jovens e adultos/as foram suspensas ou, nos níveis estaduais, passaram a acontecer de maneira precária, o que veio a prejudicar a trajetória escolar dos/as estudantes. Desse modo, as situações adversas ocasionadas pela pandemia do vírus COVID-19 e da crise sanitária, humanitária,

econômica e social dela resultantes, promoveram uma interrupção na construção identitária dos/das estudantes, o que pode ter ocasionado um prejuízo na formação deles/delas, além de frustrarem as expectativas de quem vê na educação uma possibilidade de conquista de um lugar ao sol, de realizações pessoais e profissionais e de elevação da qualidade de vida.

Os e as estudantes do PROEJA do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) do Campus Vitória manifestaram por meio de uma nota de repúdio sua insatisfação com a proposta retomada das aulas de forma remota e de aligeiramento da conclusão de cursos (PROLUTA, 2020). Eles e elas chamaram a atenção para o fato de que o ensino à distância, caso fosse adotado com o intuito de não atrasar o andamento dos cursos, poderia significar, para muitos, a negação de uma formação digna. Frente a isso, colocaram de forma explícita as suas angústias, preocupações, e suas condições precárias para atenderem as exigências da escola nesse período pandêmico (PROLUTA, 2020).

De acordo com Machado (2019), “[...] a legislação que trata da EJA, vigente no país, reforça uma dimensão aligeirada de escolarização. A começar por considerar tempo algo que precisa ser abreviado porque ‘os alunos têm pressa’ [...]” (p. 162, grifo da autora). Além disso, Machado (2019) faz uma crítica ao uso dos conhecimentos prévios dos/das estudantes de EJA como uma forma de apenas acelerar o tempo de conclusão dos cursos através das medidas de aproveitamento de estudos e de verificação de rendimentos escolares, e não de valorizar esses conhecimentos e incorporá-los ao currículo escolar. Ela também discorda da idéia recorrente de que os/ as estudantes de EJA têm pressa em concluir a escolarização e de que isso justificaria o tempo de duração e os currículos dos cursos serem reduzidos ao mínimo possível.

O PROEJA, quanto à organização do trabalho pedagógico, necessita investigar os conhecimentos prévios e os interesses de aprendizagem dos/das discentes. (BRASIL, 2007). O Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007) também recomenda a investigação de como o papel dos/das docentes e suas práticas pedagógicas, e a interação entre eles/elas e os/as discentes leva a uma relação de múltiplos aprendizados.

Considerando isso, evidenciamos a importância de se promover a escuta dos/das discentes para que essa investigação em torno dos aprendizados possa ser realizada. Sendo assim, nesta pesquisa ouvimos mulheres estudantes do PROEJA

Mulheres, possibilitando uma maior compreensão delas como sujeitos sociais, assim como de suas especificidades e necessidades. Com isso buscamos contribuir para o aprimoramento de políticas públicas direcionadas para as mulheres, especialmente do PROEJA Mulheres.

1.3 As Mulheres e o PROEJA

Ao longo da história do Brasil, a precariedade no acesso à educação atingiu, sobretudo, as mulheres, as quais por diversas vezes tiveram seus direitos negados ou tolhidos. A sociedade brasileira se fundamentou na concessão de lugares de poder aos homens, relegando as mulheres ao papel de coadjuvantes reiteradamente. Esse cenário de exclusão repercute na atualidade mesmo após a Constituição Federal garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Mathieu (2009) reflete sobre a forma com que as sociedades relacionam os conceitos de sexo biológico e gênero:

As sociedades humanas, com uma notável monotonia, *sobrevalorizam* a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social *como um todo*. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social. (MATHIEU, 2009, p. 223, grifo da autora).

Por sua vez, Tabet (1985/1998 apud MATHIEU, 2009, p.223) explica a manifestação do gênero:

O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociossexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as *capacidades* reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais. (TABET, 1985/1998 apud MATHIEU, 2009, p. 223).

Dessa forma, as mulheres continuam sendo excluídas da sociedade à medida que não dispõem de acesso igualitário à escolarização e ao trabalho. Os movimentos feministas têm sido fundamentais na luta pela equidade de direitos ao dar voz e visibilidade às mulheres. Suas reivindicações têm sido atendidas na forma

políticas públicas que visam à reparação das injustiças sociais impostas às mulheres. Atenta a isso, a iniciativa do IFPE com a criação do PROEJA Mulheres em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco busca dar a oportunidade de acesso à educação profissional às mulheres, contribuindo para a emancipação e autonomia delas.

Santos e Costa (2019) remontam ao período da colonização do país para explicar a história da educação com enfoque na dimensão de gênero. Como defendem a autora e o autor, os povos indígenas que aqui habitavam já possuíam seu próprio modelo de educação, que acontecia num âmbito comunitário e informal, no contexto da vida cotidiana, delegando tarefas definidas para homens e mulheres. Contudo, como historiam Santos e Costa (2019), quando os europeus chegaram, impuseram um modelo de educação diferente, direcionada aos homens, o qual tinha como base os preceitos religiosos cristãos católicos e a subserviência da mulher. Independente de etnia ou classe social, por muito tempo as mulheres não tiveram reconhecido o direito à educação e não se costumava ensinar às mulheres a ler e escrever.

Tempos depois, se pensou na educação das mulheres na colônia. Porém, era voltada à instrução religiosa e à preparação para o casamento. A partir da implantação da Pedagogia Pombalina, as mulheres começaram a ter um maior acesso à educação, embora ainda diferenciada e separada da educação masculina, e à possibilidade de trabalharem como professoras. (SANTOS e COSTA, 2019). Em 1827, no Brasil, a partir do período do Império, as mulheres já podiam receber a mesma instrução que os homens, e em 1876 foi proposta a coeducação, conforme Santos e Costa (2019).

Sobre a formação docente no Brasil, Louro (2004) aponta que as primeiras escolas normais foram criadas por volta do século XIX e buscavam formar tanto professoras quanto professores. Porém, conforme a autora, essas escolas passaram a ser mais procuradas por mulheres do que por homens. Ela atribui esse fato aos seguintes argumentos recorrentes na época:

Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna

vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. (LOURO, 2004, p. 376, grifo da autora).

Almeida (1998) afirma que ainda na atualidade, as carreiras profissionais que as mulheres são mais incentivadas a seguir estão relacionadas ao exercício de funções de cuidados com os outros, a exemplo do Magistério e da Enfermagem.

Originado no fim do século XVIII, com as revoluções democráticas, segundo Allebrandt (2013), o feminismo teve origem a partir da contestação da exclusão das mulheres na proclamação dos direitos universais na Revolução Francesa, em 1789, e seus ideais reverberaram no mundo desde então. No século XIX, conforme Allebrandt (2013), o movimento feminista, possuía, dentre as principais reivindicações, o direito ao voto e ao trabalho.

Com a Revolução Industrial, as escolas que tinham como público alvo homens e também mulheres pertencentes às classes econômicas menos favorecidas passaram a dar enfoque à instrução dirigida para o trabalho nas indústrias, de acordo com Santos e Costa (2019). A autora e o autor afirmam que, decorrentes da industrialização, surgiram mudanças sociais que tiveram impacto na vida das mulheres. Além das atividades domésticas, elas passaram a exercer também atividades profissionais. Assim, muitas delas começaram a cumprir uma dupla jornada de trabalho.

Entretanto, vale à pena ressaltar que as mulheres negras já trabalhavam desempenhando atividades domésticas e profissionais no Brasil desde muito antes dessa época, conforme Carneiro (2011). Como argumenta a autora, as mulheres negras, diferentemente das brancas, não eram enquadradas dentro do mito de rainhas do lar na sociedade brasileira. Durante séculos, elas trabalharam nas lavouras, nas ruas ou em residências a serviço dos senhores e senhoras escravocratas, de forma compulsória, e, após conquistarem a liberdade, continuaram trabalhando profissionalmente e também em seus próprios lares.

Ponderando acerca dessa diferença na realidade sócio-econômica, Carneiro (2011, p. 1) afirma que as mulheres negras foram: “Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!”. Quanto às condições profissionais e sociais das mulheres negras, Rago (2004) afirma que:

As mulheres negras, por sua vez, após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. (RAGO, 2004, p. 487).

Já no século XX, as mulheres foram reconhecidas como sujeitos de cidadania no Brasil por meio da conquista do direito ao voto, na década de 30, de acordo com Marcolin (2016). Porém, ele destaca que, apesar do sufrágio feminino, o acesso das mulheres à educação ainda era limitado e ainda reproduzia diferenças de gênero. Além disso, ele faz uma ressalva de que normalmente apenas as mulheres das áreas urbanas e das classes mais abastadas tinham a possibilidade de estudar, e as mulheres de áreas rurais e de classes sócio-econômicas menos favorecidas continuavam excluídas.

Allebrandt (2013, p.67) relata que no fim da década de 1960 o feminismo consolidou seus estudos com o ativismo, os quais se centraram nos "significados da maternidade, na compreensão das relações conjugais e no combate à violência contra a mulher".

Carneiro (2003) reconhece a contribuição do movimento feminista para o protagonismo das mulheres na luta por direitos sociais e pela equidade de gênero. Mas, sobretudo, a autora ressalta a importância de movimento feminista passar a reconhecer a diversidade existente entre as mulheres, assim como suas diferentes reivindicações, abrangendo a luta contra outras formas de opressão além da patriarcal. Sobre a experiência histórica e a identidade das mulheres negras no Brasil, Carneiro (2011) afirma que:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2011, p. 1).

Carneiro (2003) pontua que, por muito tempo, o movimento feminista expressou uma perspectiva eurocêntrica e universalizante da mulher, e destaca a

importância de o movimento passar a representar também mulheres de outras raças/etnias e incluir as necessidades delas suas pautas. Carneiro (2003, p. 119) menciona, como exemplo, a importância de dar voz e visibilidade também às mulheres negras e às indígenas, que “possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso.”

Além disso, Carneiro (2003) faz referência à Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 2002, em Brasília, na qual diversas mulheres discutiram os princípios orientadores das propostas para a realização da igualdade de gênero para nova Plataforma Política Feminista, dentre estes, o reconhecimento do direito universal à educação.

Constantemente as mulheres se vêem obrigadas a deixarem de estudar ou trabalhar para cuidarem de seu(s) filho(s) ou filha(s). Isso pode ocorrer quando elas não dispõem de uma rede de apoio, a exemplo de familiares, que possam tomar conta das crianças, não conseguem vagas para seu(s) filho(s) ou filha(s) em creches ou escolas públicas, ou não tem recursos financeiros para contratar o serviço de uma pessoa especializada para cuidar das crianças, por exemplo, uma babá.

Carneiro (2003) também destaca o protagonismo das feministas nas reivindicações para a existência de creches. Acrescenta que as creches são fundamentais para as mulheres de classes populares. A oferta de vagas em nelas e nas escolas, de forma acessível, pública, gratuita e de qualidade, possibilita com que as mulheres de todas as condições sócio-econômicas tenham à disposição um ambiente seguro e educativo para deixarem seu(s) filho(s) ou filha(s) enquanto desempenham atividades relacionadas ao estudo e ao trabalho, por exemplo.

Santos (2019), ao promover a escuta de estudantes mães em seu estudo, constatou que, apesar de a Constituição Federal assegurar o direito à educação escolarizada a todos os cidadãos e todas as cidadãs, na prática, esse direito muitas vezes não é resguardado frente a interferências no percurso escolar. A autora constatou que as estudantes mães têm menos oportunidades de acesso e permanência nas escolas do que outros/as jovens e adultos/as.

Santos (2019) evidencia que, além de as estudantes mães enfrentarem dificuldades relacionadas à jornada de trabalho profissional, elas são as principais responsáveis por atividades como o cuidado com a casa e com os/as filhos/as, que

são socialmente determinadas para as mulheres. Isso frequentemente acarreta uma desigualdade de condições de acesso à educação. Essa maior carga de responsabilidades com a casa e com a família diversas vezes leva a uma interrupção no desenvolvimento identitário dessas mulheres enquanto estudantes.

Por outro lado, Marcolin (2016) faz uma observação sobre a elevada proporção de mulheres estudantes das turmas de EJA que iniciaram ou retomaram a educação escolar somente após se estabelecerem em suas relações familiares enquanto esposas, mães, avós e tias, por exemplo. Marcolin (2016) destaca o relato da estudante identificada como Maria dentre as narrativas de estudantes de EJA que analisou. Maria contou que interrompeu a trajetória escolar depois de se casar. Ela também narra que teve que parar de estudar para cuidar da casa e da filha e que voltou a estudar quando esta se tornou adolescente.

Tal qual Santos (2019) e Marcolin (2016), Ribeiro (2003) identifica esse fenômeno nas suas análises das narrativas de mulheres estudantes. Ribeiro (2003) também constata que algumas participantes de sua pesquisa relataram, em suas narrativas, que se viram obrigadas a deixarem a escola devido à pressão de expectativas de papéis sociais atribuídos ao gênero feminino. A autora observa que esse sentido de dever foi representado através do emprego da expressão “ter que”. A partir disso, as estudantes que participaram da pesquisa transpareceram sentir que não tinham opção senão a evasão escolar.

Por exemplo, na pesquisa de Ribeiro (2003), a Participante 1 relatou que sua experiência escolar “teve que ter fim”, pois, por ser a filha mais velha, “tinha que” tomar conta dos vários irmãos. De forma semelhante, a Participante 24 do mesmo estudo narrou que “teve que” desistir de estudar para cuidar do marido, pois estava doente acamado. Ambas participantes também narraram que retornaram à escola no turno noturno, na EJA, alguns anos depois de terem se estabelecido diante das situações que foram adversas à experiência escolar.

Ferreira (2017) lista os principais obstáculos ao acesso à educação relatados pelas estudantes do PROEJA que participaram de sua pesquisa:

Dentre muitos, elencamos as dificuldades objetivas advindas das lutas pela sobrevivência por meio dos empregos precarizados e atividades informais, as múltiplas funções desempenhadas enquanto mulher na esfera reprodutiva e produtiva, a falta de apoio familiar, que muitas vezes configuraram-se por meio da oposição do pai, marido/companheiros e inclusive das/os filhas/os e da ausência do

poder público, em relação a implementação de políticas de apoio ao trabalho reprodutivo para as mulheres no que diz respeito à inexistência de infraestrutura como creches e escolas no período integral para suas/seus filhas/os e casas de assistência as/aos idosas/os entre outras políticas de cuidado. Esses fatores são elementos que obstaculizam e muitas vezes interditam o itinerário de escolarização desse público e que por consequência vão configurar e demarcar sua inserção no mundo do trabalho. (FERRREIRA, 2017, p. 20).

Estas dificuldades, resultantes da sobrecarga de funções atribuídas às mulheres e da falta de apoio da família e do Estado, prejudicam a continuidade das trajetórias escolares das mulheres.

Conforme Santos (2019, p. 11) ressalta, é necessário que haja a efetuação de Políticas Públicas voltadas para as estudantes mães para garantir o seu direito à educação, de forma que “as oportunize uma educação transgressora e emancipatória, pois, sabe-se que na contemporaneidade a escolarização é um ponto crucial para se alcançar empregos mais dignos.”. Há, por exemplo, uma demanda por creches ou escolas que funcionem não só no período da manhã e da tarde, mas também no noturno, para que assim possam também beneficiar as mães que estudam nas turmas de EJA ou PROEJA ou que trabalham no turno da noite.

Por sua vez, Silva (2020b) destaca a influência da família nas trajetórias escolares das mulheres, a qual pode tanto contribuir para a ruptura, quanto para o retorno aos estudos. Santos (2019) constatou nas falas das estudantes mães participantes de sua pesquisa que os filhos ou as filhas também representavam para elas um motivo de retomada do processo de escolarização e não só de interrupção. Elas relataram, recorrentemente, que voltaram a estudar para ensinarem a importância dos estudos para os filhos e filhas através de seus exemplos, e também para proporcionarem uma melhor qualidade de vida para eles e elas, uma vez que associavam a elevação de sua escolaridade à obtenção de um emprego bem remunerado.

É imprescindível, na sociedade contemporânea, que o poder público busque formas de incluir as estudantes mães, garantindo o direito delas à educação e visando à equidade de gênero. As mulheres frequentemente desempenham várias funções na sociedade, podendo ser simultaneamente estudantes, trabalhadoras, mães, donas de casa, chefes de família, etc. Os papéis sociais atribuídos às mulheres com o desempenho dessas múltiplas identidades por vezes pode levar a

uma sobrecarga física e mental e incidir na continuidade de sua trajetória escolar.

É fundamental que haja equidade de direitos ao garantir que as mulheres também tenham acesso à educação. Conforme argumenta Libâneo (2015, p. 10) “Dentre os ideais da escola pública destacam-se o da igualdade de oportunidade em geral e, em particular, o da igualdade de direitos entre homens e mulheres.” De forma congruente a ele, Silva (2020a) ressalta o papel da Educação de Jovens e Adultos, assim como dos Institutos Federais, de promover a inclusão de todos e todas considerando as questões de gênero na nossa sociedade. Em conformidade a essas ideias, o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007) institui que:

Ao perseguir a construção de um modelo de sociedade no qual o sistema educacional proporcione condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito a aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que constitua, efetivamente, direito de todos. (BRASIL, 2007, p. 34).

O PROEJA, ao promover o acesso de mulheres à qualificação profissional, contribui para a realização de projetos de vida e sonhos. O IFPE foi pioneiro ao ofertar um curso PROEJA voltado especialmente para mulheres. Apesar de a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2020) garantir direitos igualitários a homens e mulheres, estas enfrentam dificuldades no acesso à escolarização e ao trabalho em consequência do sexismo presente na sociedade brasileira.

Atento a essa realidade, o IFPE deliberou ofertar um curso direcionado para mulheres, de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sobre a implementação do PROEJA Mulheres como política pública voltada para mulheres Menezes (2020) destaca que:

É neste sentido que o Proeja Mulheres, como uma Política Pública com recorte de gênero, desenvolvido pelo IFPE, apresenta em seu Projeto Pedagógico de Curso uma pontuação sobre a trajetória histórica do papel da mulher e suas marcas de desvalorização e submissão, além de possuir uma disciplina voltada à discussão sobre o papel das mulheres no trabalho e na sociedade, apesar de não apresentar objetivo, geral ou específicos, diretamente relacionados e fazendo referência ao empoderamento feminino. O curso argumenta

que promoverá discussões tanto na disciplina Gênero e Trabalho, quanto de forma transversal sobre as relações de gênero e reconhece o papel de subordinação que a mulher foi submetida historicamente, tendo que lutar para ter seus direitos garantidos. (MENEZES, 2020, p. 30.).

A autora constata que, dessa forma, o curso promove a discussão sobre empoderamento feminino. Segundo León (1997 apud MENEZES, 2020, p. 14) “o empoderamento de mulheres consiste na busca pela igualdade de gênero.” Portanto, essas discussões também contribuem para que o curso atenda às necessidades e expectativas desse público.

A promoção da educação profissional aumenta a possibilidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Isso beneficia tanto a elas quanto a suas famílias e a comunidade local ao contribuir para a geração de emprego e renda e para a melhoria da qualidade de vida. Atendendo às demandas por equidade de acesso à escolarização, foi criado o Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo – PROEJA (Mulheres), através de um convênio firmado entre o IFPE *Campus* Paulista e a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, orientado pela legislação da Educação Profissional, da Educação Básica, e pelo Documento Base do PROEJA.

O curso ora apresentado será oferecido de forma concomitante ao Ensino Médio, em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco, através do Convênio Termo de Cooperação Técnica nº 01/2013, publicado no D.O.U em 01 de fevereiro de 2013 e Termo Aditivo assinado em 16/08/2017 os quais têm como propósito oferecer cursos de qualificação profissional para o Ensino Médio por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. (IFPE, 2017, p. 8).

A escolha do curso implementado no município de Paulista foi feita a partir do diálogo com a comunidade local, considerando suas necessidades. O IFPE, em seu compromisso social com a educação, constatou que a oferta de um curso do Eixo de Gestão de Negócios às mulheres na perspectiva do desenvolvimento e da formação cidadã seria benéfica para a região. (IFPE, 2017). Então, no semestre de 2018.1, teve início a primeira turma do curso, no turno noturno. Foram ofertadas 36 vagas para as estudantes de no mínimo, 18 anos de idade, que cursaram ou concluíram o Ensino Fundamental em escola pública.

Tendo em vista que o curso é concomitante ao Ensino Médio, é requerido que as estudantes estejam inscritas no primeiro módulo do Ensino Médio na EJA, em escola da Rede Estadual de Pernambuco. A instituição parceira, a Escola Estadual Dr. Luiz Cabral de Melo, é a responsável por realizar o processo seletivo das estudantes. (IFPE, 2017). O período de integralização previsto para o curso é equivalente a dois anos, com carga horária total (h/a) de 1.900 horas, sendo 1.500 horas (h/a) de formação geral e 400 horas (h/a) de formação profissional, em modalidade presencial.

O currículo do curso do PROEJA Mulheres é organizado da seguinte forma:

O curso está estruturado em duas matrizes, constituídas por conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos. A Formação Geral é composta pela Base Nacional Comum, constituída de componentes curriculares das quatro áreas de conhecimento do Ensino Médio. A Formação Profissional abrange os componentes curriculares específicos da área da qualificação profissional, envolvendo também discussões voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho. (IFPE, 2017, p. 18).

Ao oferecer uma Formação Geral e uma Formação Profissional, o curso promove a elevação da escolaridade concomitante à qualificação profissional. Silva (2020b, p. 50) ressalta que “Há uma identificação direta entre a elevação da escolaridade e a melhoria nas condições de vida, que está associada a um bom emprego.” Enquanto Ferreira (2017) aponta o acesso à educação e ao trabalho formal e remunerado como algumas das condições para o empoderamento feminino. Ainda de acordo com a autora, esse empoderamento possibilita que as relações de dominação masculina sejam transformadas, que a violência contra a mulher seja combatida, e que as mulheres conquistem mais autonomia e equidade nas condições de inserção no mundo do trabalho.

1.4 A Pandemia de COVID-19 e as mulheres

A Pandemia de Coronavírus (COVID-19) teve início no ano de 2020 e tem se estendido até a atualidade, afetando a população mundial nos âmbitos social, cultural, educacional, político, econômico, dentre outros. Matos e Andrade (2021) apontam algumas das dificuldades vivenciadas durante o período pandêmico:

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou situação de pandemia pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Alguns dias depois, estados e municípios brasileiros começaram a decretar o isolamento social como política de prevenção da propagação do vírus, fazendo com que milhares de pessoas se recolhessem em suas residências, adotando regimes de trabalho em casa, sem creches e redes de apoio para atenção aos filhos e aos idosos e com todo o trabalho doméstico a ser realizado. (MATOS; ANDRADE, 2021, p. 181).

Com o advento da pandemia, medidas de distanciamento social foram adotadas como forma de evitar a propagação do vírus. Foi definido também um período durante o qual diversos estabelecimentos permaneceram fechados, dentre estes, as escolas. Ferreira *et al.*(2020)remota ao período em que o Ministério da Saúde reconheceu a crise sanitária através de uma portaria:

No Brasil, em 3 de fevereiro de 2020, a Portaria do Ministério da Saúde nº 188/2020 reconheceu que a crise sanitária da COVID-19 se tratava de uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), levando ao fechamento de escolas em todo o país. (FERREIRA, *et al.*, 2020, p. 8).

Diante da inviabilidade das atividades presenciais, foi necessário que os setores responsáveis pelo ensino no Brasil organizassem diretrizes para que as aulas passassem ser realizadas de forma remota durante o período em que as instituições de ensino estivessem fechadas. Essa mudança repentina dificultou os processos de ensino e a aprendizagem, pois tanto os/as discentes quanto os/as docentes precisaram de um tempo para se adaptarem ao uso das tecnologias nas atividades pedagógicas.

De acordo com a gestão do curso do PROEJA Mulheres *Campus* Paulista do IFPE, as aulas do curso inicialmente precisaram ser interrompidas durante o período de quarentena iniciado no mês de março de 2020, em observância à determinação do Governo do Estado de Pernambuco, de modo a evitar a proliferação em massa do vírus. Porém, durante esse período, houve um planejamento por parte da direção e da coordenação do curso para um retorno às aulas de forma remota.

Inicialmente, foram encontradas algumas dificuldades para dar continuidade às aulas de forma remota. Uma parte das estudantes não possuía aparelhos tecnológicos, como computadores, tablets, telefones celulares com tecnologias avançadas, e/ou não tinha acesso a uma conexão de internet boa, o que era uma

barreira para o acompanhamento das aulas. Além disso, algumas estudantes também não estavam habituadas ao uso de mídias e Tecnologias de Informação e Comunicação. Por esses motivos, o IFPE implementou um programa de apoio à inclusão digital na assistência estudantil. As estudantes do PROEJA Mulheres foram beneficiadas com esse programa e, assim, também puderam participar das aulas remotas.

De modo a possibilitar a retomada das aulas, a coordenação do curso primeiramente contatou as estudantes através do aplicativo de mensagens e chamadas *Whatsapp*. Foram criados grupos de estudos das turmas do curso nesse aplicativo e as estudantes passaram a participar deles. Por meio desses grupos, foram repassados vídeos tutoriais quanto ao uso de recursos como o e-mail institucional, o *Google Meet*, o Google Formulário, e o Google Sala de Aula. As dúvidas que surgiram a respeito das aulas remotas foram tiradas. Em seguida, no mês de agosto, as aulas foram retomadas de forma remota utilizando esses recursos para a realização de aulas síncronas e atividades assíncronas.

A pandemia, sobretudo durante o período em que se estabeleceu a quarentena, trouxe também outras dificuldades para as mulheres em diversas partes do mundo. Estas dificuldades foram discutidas em vários estudos. Santos (2020, p. 15) usou a metáfora “sul da quarentena” para representar, não o espaço geográfico, mas o “espaço-tempo político, social e cultural” a que alguns grupos foram submetidos com o agravamento de uma situação de vulnerabilidade pré-existente. E, como causa disso, o autor aponta a exploração capitalista e as discriminações raciais e sexuais.

Em meio aos participantes do grupo do sul, Santos (2020) destaca as mulheres, por ainda serem alvo da cultura do machismo na sociedade. As funções de cuidados com a família são comumente atribuídas a elas de forma desigual, o que resulta numa sobrecarga física e mental delas. Pimenta *et al.* (2021, p. 161) também afirmam que “A pandemia tem impactado diretamente o trabalho e a renda das mulheres brasileiras.”. Com as medidas de isolamento, muitas mulheres tiveram que desempenhar suas atividades profissionais em casa, trabalhando em *home office*. Outras se mantiveram na linha de frente sendo expostas ao vírus em seus trabalhos, como Santos (2020) destaca, ou perderam seus empregos.

O distanciamento social demandou que as pessoas ficassem por mais tempo em seus domicílios, o que nem sempre significou ter um momento favorável à

reunião familiar, como foi propagado. Ferreira (2017) afirma que, além de as mulheres estarem mais expostas à agressão física e emocional, esse tipo de violência ainda costuma ser naturalizada e invisibilizada na sociedade brasileira. Santos (2020) também faz referência à intensificação da violência contra as mulheres em tempos de crise.

Dessa forma, a Pandemia de COVID-19 prejudicou as mulheres que estavam mais vulneráveis à violência doméstica. As medidas de isolamento social adotadas no período pandêmico as obrigaram a passar mais tempo junto a seus agressores. Isso também dificultou a busca por ajuda no enfrentamento à violência doméstica.

Silva (2020a) trata brevemente da situação política do Brasil, dos retrocessos e perdas de direitos sociais decorrentes dela, e da crise sanitária, humanitária, econômica e social ocasionada pela pandemia. A autora faz um paralelo com a situação vivenciada por Paulo Freire durante o período do golpe e do Regime Militar, e traz uma mensagem de esperança, assegurando que esses tempos difíceis vão passar. Silva (2020a, p. 25) afirma que “Estamos em tempo de espera.”, porém destaca que não devemos permanecer inertes nessa espera. Ela afirma que é preciso preparar as pessoas para a vida e para o que há de vir. Pois, como disse Freire (2013, p.25), “Eu espero na medida em que começo a busca, pois não seria possível buscar sem esperança. Uma educação sem esperança não é educação.”

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, considerando que o nosso estudo buscou compreender fenômenos humanos que ocorrem dentro da sociedade, sendo, portanto, compreensiva. Conforme Minayo (2015) evidencia, a pesquisa qualitativa tem como verbo principal compreender, e se preocupa em “Compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade.” (p. 24).

No âmbito das pesquisas qualitativas, o interpretativismo tem como um de seus caminhos a pesquisa narrativa. Sobre isto, Ribeiro (2003) afirma que:

Esta maneira de posicionar a realidade, como eventos acontecendo que podem ser representados/ rerepresentados, como participantes de um enredo, capta a inspiração básica de como o interpretativismo lida com a realidade “interpretada como textos legíveis”. Capta também a co-incidência entre a estrutura narrativa e o evento histórico. (RIBEIRO, 2003, p. 29).

Embalada pelos movimentos ontológicos que entendem o sujeito e a atuação da humanidade como texto e contexto, a perspectiva narrativa de investigação propõe que a construção da identidade pessoal e social é eminentemente de caráter histórico e, portanto, narrativa, conforme Ribeiro (2003).

De acordo com Sahagoff (2015, p.1), “A pesquisa narrativa deve ser entendida como uma forma de compreender a experiência humana. Trata-se de um estudo de histórias vividas e contadas [...]”. Por sua vez, Oliveira, L. (2017), ao conceituar as pesquisas narrativas, defende que:

Esse novo método adotado nas pesquisas em educação coloca em evidência a voz do sujeito participante das investigações, opondo-se à visão dicotômica dos métodos convencionais de pesquisas entre investigador e investigado. (OLIVEIRA, L., 2017, p.12149).

Dessa forma, ao utilizarmos o método da pesquisa narrativa, realizamos um estudo na área da educação em que as participantes, as estudantes mães, narraram suas próprias experiências.

Elencamos a seguir os procedimentos metodológicos deste trabalho: contextualização da pesquisa; participantes; procedimentos de construção dos

dados; procedimento de análise dos dados.

2.1 Contextualização da pesquisa

A contextualização foi realizada da análise dos documentos relativos ao PROEJA da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a exemplo do Documento Base do PROEJA, do Projeto Pedagógico do Curso PROEJA Mulheres, entre outros. Em virtude da pandemia, não foi possível visitar in locus o *Campus Paulista*.

2.2 Participantes da pesquisa

As participantes da pesquisa foram mulheres estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista que estiveram vinculadas ao curso a partir do ano de 2018. Setenta e uma (71) estudantes que participaram do curso foram convidadas a participar da pesquisa. Desse total de estudantes, vinte e cinco (25) fizeram parte da turma iniciada em 2018; trinta e seis (36), da turma iniciada em 2019, e dez (10), da turma iniciada em 2021. Estas estudantes foram contatadas de forma remota, inicialmente por ligação telefônica.

Não houve abertura de uma nova turma do curso no ano de 2020 em decorrência da pandemia de COVID-19. Por isso, a pesquisa não pôde contar com a participação de estudantes de uma turma deste referido ano.

Os objetivos da pesquisa, sua relevância para o aprimoramento do curso, para a comunidade acadêmica e para toda a sociedade foram explicados às estudantes. Também foram explicados os riscos e benefícios da participação na pesquisa, evidenciando a importância da contribuição delas. Foi solicitado que acessassem o link enviado para elas de um formulário do Google Forms. Através dele, tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também foi solicitada a leitura do TCLE.

Foi proposto o preenchimento de um questionário eletrônico somente para aquelas que aceitaram participar da pesquisa selecionando a caixa relativa a essa opção no formulário. As participantes que responderam no questionário que tinham filhos ou filhas foram selecionadas e convidadas para participarem de entrevistas narrativas, de forma individual e remota.

2.2.1 Critérios de inclusão da pesquisa

As turmas do PROEJA Mulheres do IFPE iniciadas nos anos de 2018, 2019 e 2021 do Campus Paulista foram incluídas na pesquisa porque o PROEJA Mulheres é uma política pública voltada para o aumento da escolarização e qualificação profissional de mulheres. Todas as mulheres estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE das turmas iniciadas em 2018, 2019 e 2021 que aceitaram participar da pesquisa foram incluídas na pesquisa.

Elas sinalizaram sua concordância em participar na etapa de aplicação de questionários ao marcarem, no formulário eletrônico, o campo: “Aceito participar da pesquisa”. Utilizamos estes critérios porque a etapa da pesquisa da aplicação de questionários teve por objetivo específico conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar delas. Os questionários também foram utilizados para selecionarmos as estudantes mães para a etapa seguinte.

Já na etapa da realização de entrevistas foram incluídas as estudantes dessas mesmas turmas que se identificaram enquanto mães, considerando que o objetivo geral da pesquisa foi compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres do IFPE Campus Paulista.

2.2.2 Critérios de exclusão da pesquisa

Foram excluídas da pesquisa todas as mulheres estudantes do PROEJA Mulheres do Campus Paulista que se recusaram a participar e que marcaram no formulário eletrônico o campo: “Não aceito participar da pesquisa”.

2.3 Procedimentos de construção dos dados

Os dados da pesquisa foram construídos por meio da aplicação de um questionário e da realização de entrevistas narrativas.

2.3.1 Questionário

Foi utilizado um questionário com questões fechadas e abertas para atingir o objetivo específico da pesquisa de conhecer o perfil socioeconômico, familiar e

escolar das estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista. Além de questões fechadas, utilizamos questões abertas com a finalidade de possibilitar mais liberdade de resposta às participantes. Essas questões também contribuíram para a seleção das estudantes que participaram da fase das entrevistas narrativas da pesquisa. As perguntas do questionário foram propostas às respondentes por meio de um formulário eletrônico do *Google Forms*.

Devido à pandemia de Covid-19, o contato com as participantes da pesquisa foi realizado de forma remota, visando preservar a segurança delas. As participantes foram inicialmente contatadas por meio de ligações telefônicas e por mensagens no aplicativo *Whatsapp*, através das quais foram convidadas a participar da pesquisa. Após a permissão delas, o link do formulário eletrônico com o questionário foi enviado para elas através aplicativo *Whatsapp*. Ao aceitarem participar, foi solicitado que respondessem o questionário da pesquisa. Vinte e cinco (25) estudantes concordaram em participar da pesquisa e responderam o questionário.

O contato com as participantes e envio de links seria realizado através de mensagens enviadas por *e-mail*. Porém, no decorrer da pesquisa, foi constatado que uma quantidade considerável das estudantes não mantinha o hábito de conferir a caixa de seus e-mails com frequência. Devido a isso, o contato foi viabilizado de forma mais eficaz por meio de ligações telefônicas e por mensagens no aplicativo *Whatsapp*.

2.3.2 Entrevista

Por meio da realização de entrevistas narrativas, alcançamos o objetivo específico da pesquisa de refletir sobre as contribuições do PROEJA Mulheres, do IFPE Campus Paulista para a construção identitária dessas estudantes mães.

Ravagnoli (2018) explica a utilização da entrevista narrativa enquanto instrumento de investigação:

A característica principal da entrevista narrativa é a não interferência do pesquisador durante o relato do entrevistado. O papel do pesquisador é apresentar ao entrevistado uma questão gerativa não direcionada a respostas pontuais e que encoraje uma narração extemporânea, ou seja, improvisada, não previamente elaborada. Diferentemente dos outros modelos de entrevistas, o pesquisador não formula perguntas indexadas, com referências explícitas, e sim,

propõe um tema acerca da realidade sob investigação para que o entrevistado o desenvolva da maneira como considerar conveniente, no momento de seu relato. Nesse relato, o narrador deixa marcas de suas experiências vividas, ou seja, estruturas processuais de seus cursos de vida. (RAVAGNOLI, 2018, p. 2).

Considerando isso, utilizamos entrevistas narrativas para promover a escuta das histórias das participantes, observando como relacionam a maternidade, a educação escolar e profissional em suas narrativas e como se percebem a partir de sua participação no curso do PROEJA Mulheres.

Oliveira, L. (2017) trata da contribuição da Pesquisa Narrativa enquanto método de pesquisa e da sua relação com as subjetividades e identidades dos/das participantes. Sobre isto, ele afirma:

Apreendo, portanto, a importância da Pesquisa Narrativa como um método de pesquisa em educação, pois possibilita aos participantes o contato com a sua subjetividade. O contato com a dimensão subjetiva conduz ao sujeito uma reflexão de si, ou seja, a narrativa funciona como um mecanismo metareflexivo. Assim, pode-se constituir como um mecanismo de (re)configuração do sujeito, podendo assim, contribuir para uma (re)configuração da sua identidade. (OLIVEIRA, L., 2017, p.12157).

Sendo assim, nesta pesquisa narrativa, as participantes entraram em contato com suas subjetividades, refletiram sobre si e puderam reconfigurar suas identidades ao contarem suas histórias nas entrevistas narrativas.

Para selecionarmos as participantes para a etapa das entrevistas narrativas, tomamos como base as informações fornecidas em suas respostas ao questionário. Do total de vinte e cinco (25) participantes que responderam o questionário, três (3) informaram que não têm filhos nem filhas, e vinte e duas (22) responderam que são mães. Dentre as que responderam que são mães, oito (8) estudantes foram selecionadas para participarem de uma entrevista narrativa.

Os critérios utilizados na seleção foram: o ano de início de sua turma do curso (2018, 2019, 2021); faixa etária, organizada em intervalos de décadas (entre 20 e 29 anos de idade, entre 30 e 39 anos de idade, entre 40 e 49 anos de idade, entre 50 e 59 anos de idade); etnia (amarela, branca, parda, preta); quantidade de filhos/as (um/a filho/a, dois/duas filhos/as, três filhos/as); faixa etária dos/as filhos/as (criança, adolescente, jovem, ou adulto/a); e relacionamento afetivo (casada, divorciada, noiva, solteira, em união estável, viúva). Buscamos, assim, selecionar para as

entrevistas participantes que representassem os diversos perfis identificados a partir dos dados obtidos através do questionário.

As entrevistas narrativas foram realizadas remotamente, por meio de ligações telefônicas. Cada participante foi contatada por ligação telefônica ou por aplicativo de mensagem de forma individual e convidada a participar da entrevista narrativa. Foi solicitado que as estudantes informassem suas disponibilidades de tempo para o agendamento de uma data e horário para a realização das entrevistas. Em seguida, aquelas que aceitaram participar das entrevistas foram contatadas por ligação telefônica no horário previamente combinado para a realização das entrevistas.

A autorização para a gravação da entrevista foi solicitada a cada participante nessas chamadas telefônicas individuais. Foi solicitado que cada participante lesse o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz e que respondesse se autorizava a utilização de sua imagem e som de voz para transcrição e análise por parte da equipe de pesquisa, e para que os textos transcritos a partir do som de voz integrassem uma coletânea de narrativas a ser publicada.

Essas autorizações das participantes foram registradas em gravações de áudio. As entrevistas foram realizadas individualmente com cada participante. Foram propostas questões que fomentaram respostas no formato de narrativas, por meio das quais as participantes contaram suas histórias. Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Considerando que a coleta de dados da pesquisa foi realizada durante o período pandêmico, não pudemos entrevistar as participantes presencialmente. Ao iniciarmos essa etapa da pesquisa de forma remota, nos deparamos com algumas dificuldades para a coleta dos dados como: a falta de acesso à conexão de internet, a interrupção da entrevista ocasionada por pessoas, por animais, por outros ruídos externos ou pela falha do sinal da operadora de telefonia.

Havíamos planejado realizar as entrevistas por meio de reuniões individuais na plataforma *Google Meet*. Porém, no início do contato com as participantes, constatamos que nem sempre elas tinham acesso à conexão de internet durante os horários que disponibilizaram para participarem das entrevistas. Então, decidimos realizar as entrevistas apenas em recurso de áudio e por meio de ligação telefônica. Desse modo, o uso de conexão de internet não foi mais necessário.

As oito (8) estudantes que participaram dessa etapa e a pesquisadora se encontravam em suas respectivas residências durante a realização das entrevistas,

considerando que estas foram remotas. Apesar de termos agendado horários, houve alguns imprevistos que levaram a pausas nas entrevistas. Como exemplos desses imprevistos, podemos citar os momentos em que as estudantes precisaram dar atenção aos/às filhos/as pequenos/as que as chamaram ou choraram, ou a familiares adultos que as chamaram. Também houve situações em que cachorros latiram e que veículos passaram fazendo barulho, dificultando, assim, a compreensão do que estava sendo dito. Em outros momentos, as ligações tiveram os áudios cortados devido a falhas no sinal da operadora de telefonia. Apesar disso, tão logo essas situações foram resolvidas, as entrevistas puderam ser retomadas do ponto onde foram pausadas. Portanto, essas interrupções nas entrevistas não causaram prejuízo à coleta de dados.

2.4 Procedimento de análise dos dados

Nesta etapa da pesquisa, primeiramente analisamos os dados coletados por meio dos questionários aplicados e, em seguida, os dados obtidos com a realização das entrevistas narrativas.

2.4.1 Análise dos questionários

Os questionários da pesquisa foram respondidos por vinte e cinco (25) participantes. Para a organização dos dados coletados por meio dos questionários, as respostas dadas às questões fechadas foram agrupadas. Já as respostas dadas às questões abertas foram perfiladas e categorizadas. Depois, foram elaborados gráficos a partir das informações obtidas. Por fim, as respostas foram comparadas e interpretadas buscando, assim, conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista.

2.4.2 Análise das entrevistas

Inicialmente, as narrativas obtidas por meio da escuta das participantes foram transcritas. A análise dessas narrativas foi feita a partir da perspectiva ricoeuriana, abordando a construção temporal dos significados narrativos (RICOEUR, 2012). Para isso, cada narrativa foi organizada em um quadro, no qual delimitamos e

destacamos os marcadores temporais para, assim, identificarmos os incidentes narrativos. Incidentes narrativos são, conforme Ribeiro e Lyra (2008, p. 69), “unidades temporais de significação dispostas sucessivamente na medida em que vão desvelando os acontecimentos mutuamente integrados como parte do todo narrativo.”

A partir da análise das narrativas das oito (8) estudantes entrevistadas, foram identificados três grupos narrativos conforme os objetos temáticos das narrativas. O Grupo 1 foi composto por quatro (4) estudantes que atribuíram a interrupção de sua trajetória escolar à gravidez (maternidade), representando cinquenta por cento (50%) do total de narrativas. O Grupo 2 foi integrado por duas (2) estudantes que informaram que pararam de estudar por motivos relacionados ao casamento (conjugalidade), representando vinte e cinco por cento (25%) do total de narrativas. O Grupo 3 foi composto por duas (2) estudantes que apontaram o trabalho como a razão pela qual deixaram de estudar, representando vinte e cinco por cento (25%) do total de narrativas.

Em seguida, foram identificados os pontos em comum entre as narrativas que integraram cada grupo. A partir disso, foram construídos quadros que retratavam os acontecimentos dos incidentes em que esses pontos em comum apareceram nas narrativas, destacando os marcadores temporais. Após isso, os acontecimentos dos incidentes narrativos que compuseram cada quadro, dentro desses grupos narrativos, foram comparados e interpretados segundo os teóricos e as teóricas que fundamentaram esse estudo.

Durante o processo da análise das entrevistas, buscamos identificar, dentro das experiências narradas pelas estudantes, quais aspectos foram mais significativos para elas. A partir disso, também foi possível compreender como elas enxergam a si mesmas e aos outros dentro de seus próprios textos sobre suas vidas com relação a suas identidades de mulheres, estudantes e mães. Dessa forma, buscamos, por meio da construção do enredo das histórias narradas nas entrevistas, os fios condutores da tessitura que desenha, ao longo das narrativas, a história da construção da identidade dessas mulheres em vista da dupla experiência da maternidade e da escolaridade.

As pesquisas narrativas levam em conta o caráter humano de seus participantes, à medida que se propõem em estudar suas individualidades. Considerando que o conjunto de experiências vivenciadas nos diferencia uns dos

outros nos tornando únicos, o estudo dessas experiências possibilita compreender melhor o mundo que se passa no interior de cada indivíduo. Conforme Oliveira, L. (2017, p.5) “[...] ao buscar entender a experiência dos sujeitos por meio da narrativa, resgata-se a sua subjetividade, focando as singularidade e particularidades dos sujeitos em face aos processos educacionais.” Sendo assim, cada estudante que participou desta pesquisa é única, e tem suas próprias formas de pensar e significar o mundo e suas experiências nele.

Ao mesmo tempo, as experiências narradas pelas participantes têm seus significados compartilhados com outros sujeitos dentro de um contexto cultural da sociedade. Bruner (1990) explica os processos de significação das experiências humanas, contribuindo para a compreensão dos significados delas para os sujeitos. Ele aponta que é necessário compreender como as experiências e atos são moldados pelos estados intencionais, como, por exemplo, as crenças, para se buscar compreender o ser humano, e que estes estados intencionais, por sua vez, são apreendidos pela participação nos sistemas simbólicos da cultura.

Ribeiro (2003, p. 26.) afirma que Bruner (1990) define “[...] um sistema pelo qual as pessoas organizam sua experiência no mundo social, seu conhecimento sobre ele e as trocas que com ele mantêm.” por meio do conceito de psicologia popular. Esta, segundo Ribeiro (2003), tem a narrativa como princípio organizador.

A construção temporal dos significados narrativos foi abordada a partir da perspectiva ricoeuriana com base no postulado de que o tempo narrativo é um tempo histórico informado pela linguagem e nela revelado. Portanto buscamos nos indícios linguísticos da temporalidade narrativa os significados feitos emergir pela tessitura do enredo que revelam os processos identitários dessas mulheres. Como Maia (2015, p. 38) diz, “Especificamente, o encadeamento da narrativa permite abordar o fluxo de significados, e leva a história narrada de um estado inicial para um estado final, representado no desfecho. Ou seja, a narrativa dá conta de transformações qualitativas de um fenômeno ao longo do tempo.”

Por fim, a análise buscou desvelar as relações entre os construtos pessoais e os sociais que a narrativa impõe ao discurso na medida em que põe a trabalhar conjuntamente o autor da ação, seu lugar, suas circunstâncias, suas relações, seus motivos e suas finalidades ao longo de um determinado tempo. Daí que o preenchimento da linha do tempo narrado por essas mulheres por esses elementos narrativos (o quê, onde, em que circunstâncias, com quem, por que e para quê)

foram, nesse estudo, ao mesmo tempo, facetas dos dados e instrumento de análises. Representaram, portanto, os procedimentos de compreensão da construção das identidades das estudantes mães no PROEJA Mulheres do IFPE Campus Paulista.

2.5 Ética da pesquisa

A construção dos dados foi iniciada após a aprovação do projeto de pesquisa no exame de qualificação, no comitê de ética, e a autorização da reitoria do IFPE e da direção do Campus Paulista para a pesquisa.

As mulheres estudantes do PROEJA Mulheres foram convidadas individualmente a participar da pesquisa, a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e a responder se aceitavam ou não participar da pesquisa marcando num formulário eletrônico os campos: “Aceito participar da pesquisa” ou “Não aceito participar da pesquisa”.

Além disso, a autorização para gravar as entrevistas foi solicitada às participantes, em reuniões individuais realizadas na Plataforma *Google Meet*. Após a leitura do Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz, foi solicitado que as participantes respondessem se autorizavam a utilização de sua imagem e som de voz para transcrição e análise por parte da equipe de pesquisa, e para que os textos transcritos a partir do som de voz integrassem uma coletânea de narrativas a ser publicada. Essas autorizações das participantes foram registradas por meio de recurso de áudio, conforme o art. 2º inciso XXII, Resolução 510/2016-CNS. (BRASIL, 2016).

Foram garantidos o respeito às participantes, seu anonimato e o sigilo quanto às suas informações. Os riscos que poderiam existir para as participantes da pesquisa foram mínimos e poderiam se caracterizar em algum constrangimento e/ou desconforto psicológico ao responderem questões presentes no questionário ou ao contarem suas experiências na entrevista narrativa.

Por outro lado, elas tiveram a liberdade para deixarem de responder qualquer questão do questionário ou de responder a entrevista e também de retirar sua participação na pesquisa se assim desejassem, em qualquer momento e sem nenhum prejuízo.

A participação das estudantes na pesquisa pôde trazer benefícios individuais e coletivos ao contribuir para a promoção da equidade de gênero, para um maior empoderamento feminino, e para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para as mulheres, sobretudo do PROEJA Mulheres.

2.6 Produto educacional

Por meio do produto educacional intitulado de “Narrativas de Estudantes Mães do PROEJA Mulheres”, foi alcançado o objetivo específico dessa pesquisa de registrar as narrativas das estudantes mães na forma de coletânea. As estudantes do PROEJA Mulheres correspondem ao público-alvo que buscamos alcançar através do produto educacional desenvolvido nessa pesquisa. Porém, outros públicos também podem ser beneficiados a partir da leitura da coletânea de narrativas dele, por exemplo, as mulheres vinculadas a outros cursos ou as que não estão estudando no momento, e os homens.

Para a elaboração da coletânea de narrativas que compôs o produto, as histórias das estudantes mães foram transcritas das entrevistas, compiladas, organizadas em um arquivo de texto, e editadas. Com as narrativas sistematizadas, contatamos as informantes das narrativas, chamadas narradoras, através do aplicativo *Whatsapp*. Enviamos para cada uma delas a sua própria narrativa em um arquivo de texto. Em seguida, solicitamos que elas lessem e avaliassem suas narrativas individualmente. Pedimos que informassem se reconheciam a si mesmas nas histórias, se gostariam que estas fossem publicadas na coletânea na forma como estavam escritas no arquivo de texto, e se tinham algo a acrescentar ou suprimir.

Depois que as estudantes avaliaram suas narrativas, realizamos as alterações que recomendaram e enviamos as narrativas reescritas para elas. Solicitamos, também, que escolhessem pseudônimos para serem utilizados nas narrativas, em respeito às questões de sigilo da pesquisa.

Com as narrativas autorizadas por elas e a partir da análise realizada na pesquisa, foi realizado um processo de curadoria. Através dele, as narrativas foram: organizadas; analisadas; selecionadas; editadas; promovidas; protegidas, zelando

pelas suas autorias, verificando e respeitando questões de sigilo das participantes; e disponibilizadas para a elaboração e publicação da coletânea.

Dessa forma, o produto educacional foi composto por oito (8) capítulos, cada um correspondendo a uma narrativa. Estes capítulos trazem em seus títulos os pseudônimos que identificaram as narradoras no produto educacional: Maria (Participante 24), Vânia (Participante 3), Amanda (Participante 13), Poliana (Participante 5), Julietty (Participante 6), Vanessa (Participante 17), Ivanilda (Participante 10), e Helena (Participante 15).

Depois de elaborado, o produto educacional foi aplicado para as estudantes do PROEJA Mulheres e avaliado por elas. Para isso, as contatamos individualmente por meio do aplicativo de mensagem *Whatsapp* e explicamos a importância de sua participação. Enviamos o produto educacional num arquivo em formato de PDF para elas. Solicitamos que lessem e respondessem a avaliação do produto educacional, proposta por meio de um formulário eletrônico do *Google Forms*. Seis (6) estudantes do PROEJA Mulheres participaram dessa avaliação.

As questões do formulário da avaliação foram elaboradas conforme a proposta de validação participativa de materiais educativos elaborada por Ruiz *et al.* (2014 apud LEITE 2018). Foram feitas cinco (5) questões, sendo uma (1) questão fechada e quatro (4) questões abertas, que abrangeram os componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação.

3 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Os dados desta pesquisa foram construídos a partir da aplicação de questionários e da realização de entrevistas narrativas. Houve a garantia do sigilo e anonimato das participantes, que foram identificadas por meio de números, como no exemplo: Participante 1. As análises dos dados apresentadas neste capítulo são, primeiramente, dos questionários e, por último, das entrevistas narrativas.

Os questionários foram elaborados com a finalidade de conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista. Além disso, as informações obtidas através deles contribuíram para a seleção de participantes para a fase da pesquisa em que foram realizadas as entrevistas narrativas.

As entrevistas narrativas, por sua vez, foram realizadas com os objetivos específicos de promover a escuta das histórias das participantes, observando como relacionam a maternidade, a educação escolar e profissional em suas narrativas, e refletir sobre as contribuições do PROEJA Mulheres, do IFPE Campus Paulista para a construção identitária dessas estudantes mães. Após as transcrições das entrevistas, os dados obtidos foram analisados a partir da perspectiva ricoeuriana, abordando a construção temporal dos significados narrativos conforme Ricoeur (2012), seguindo um modelo de análise narrativa baseada na metodologia desenvolvida por Ribeiro (2003) e Ribeiro e Lyra (2008).

Inicialmente, cada narrativa foi organizada em um quadro, no qual delimitamos e destacamos os marcadores temporais. A partir disso, identificamos os incidentes narrativos, que são “unidades temporais de significação dispostas sucessivamente na medida em que vão desvelando os acontecimentos mutuamente integrados como parte do todo narrativo.”, de acordo com Ribeiro e Lyra (2008, p. 69).

Identificamos três grupos narrativos conforme os objetos temáticos das narrativas, que se organizavam em torno dos motivos que levaram à interrupção das trajetórias escolares das estudantes: no Grupo 1, a gravidez (maternidade); no Grupo 2, motivos relacionados ao casamento (conjugalidade); no Grupo 3, o trabalho remunerado. A partir da identificação de elementos em comum apresentados nas narrativas, também foram construídos quadros para cada grupo,

os quais retrataram os acontecimentos dos incidentes narrativos relatados pelas participantes da pesquisa. Por fim, estes acontecimentos foram comparados e interpretados segundo os teóricos e as teóricas que fundamentaram esse estudo.

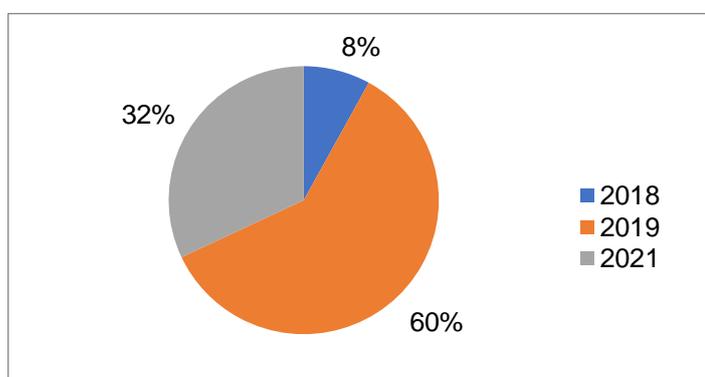
3.1 Questionários

Inicialmente, os dados coletados por meio dos questionários, respondidos por vinte e cinco (25) participantes da pesquisa, foram organizados. Para isto, agrupamos as respostas dadas às questões fechadas, enquanto perfilamos e categorizamos as respostas dadas às questões abertas. Depois, elaboramos gráficos a partir das informações obtidas.

Por fim comparamos e interpretamos as respostas com o objetivo de conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista. Além disso, utilizamos os dados dos questionários para selecionarmos as estudantes mães que participaram das entrevistas narrativas.

A princípio, procuramos identificar o ano de início das turmas do curso de Assistente Administrativo do PROEJA Mulheres às quais as participantes da pesquisa estiveram vinculadas. Propusemos a questão fechada: “Você iniciou o curso em qual turma?”, cujas respostas deram origem ao Gráfico 1, apresentado a seguir.

Gráfico 1- Ano de início do curso



Fonte: Elaboração própria (2022)

O gráfico mostra que, do total de vinte e cinco (25) participantes da pesquisa,

duas (2) estudantes (8%) responderam que iniciaram em 2018; quinze (15) estudantes (60%), em 2019; e oito (8) estudantes (32%), em 2021. Não houve formação de turma em 2020 devido à Pandemia de COVID-19, e, por isso, a pesquisa não incluiu dados de participantes que teriam iniciado o curso no referido ano.

Levando isso em consideração, podemos observar que houve uma maior participação na pesquisa das estudantes pertencentes às turmas iniciadas mais recentemente, 2019 e 2021, respectivamente. Isso provavelmente se deu pelo fato de que, ao serem convidadas a participar da pesquisa, as estudantes da turma de 2018 já haviam concluído o curso, enquanto as das turmas de 2019 e 2021 ainda estavam participando dele.

Portanto, o vínculo institucional com o IFPE possibilitou um maior senso de pertencimento como estudante do PROEJA Mulheres e, conseqüentemente, uma maior identificação com a pesquisa. Por outro lado, também observamos que houve uma menor quantidade de participantes vinculadas à turma de 2021 em comparação com a de 2019. Entretanto, considerando que a turma de 2021 teve dez (10) estudantes matriculadas, ao passo que a turma de 2019 teve trinta e duas (32), a adesão dessas turmas à pesquisa parece ter sido proporcional à quantidade de discentes matriculadas.

Além disso, buscamos saber com qual gênero as participantes se identificam através da segunda questão: “Você se identifica com qual gênero?”. Esta foi uma questão de múltipla escolha que apresentou as seguintes alternativas: gênero feminino, gênero masculino, gênero fluido, transgênero, não-binário, intergênero, outros. Caso alguma participante marcasse a alternativa referente a “outros”, apareceria um espaço para ela poder escrever com qual gênero se identifica.

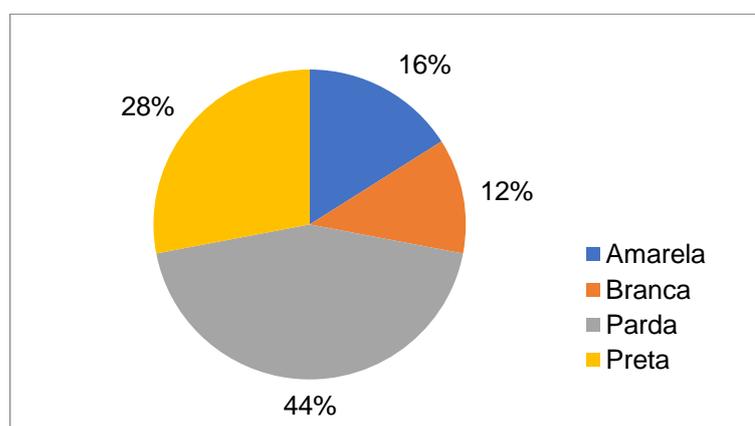
Sobre os conceitos de sexo e gênero, Mathieu (2009) afirma que:

De modo geral, opomos o sexo, que é biológico, ao gênero (*gender*, em inglês), que é social. Na Biologia, diferenciação é a aquisição de propriedades *funcionais* diferentes por células semelhantes. A diferença é o resultado de uma diferenciação. [...] As sociedades humanas, com uma notável monotonia, *sobrevalorizam* a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social *como um todo*. Elas lhe aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um homem social. (MATHIEU, 2009, p. 222, grifo da autora).

Vinte e cinco (25) participantes responderam que se identificam com o gênero feminino, representando 100% das respostas, o que dispensou a apresentação desses dados por meio de um gráfico.

A terceira questão foi relativa à cor ou etnia com a qual as participantes se identificam: “Você se identifica com qual cor ou etnia?”. Foram apresentadas as alternativas de múltipla escolha: preta, branca, amarela, parda (Mistura de cores ou etnias), indígenas (Povos originários da América), cigana (Calon, Rom, Sinti ou outras), outros. A opção “outros” oferecia a possibilidade de a participante escrever a etnia com que se identifica. As respostas obtidas nessa questão compõem o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Cor ou etnia



Fonte: Elaboração própria (2022)

O Gráfico 2 exemplifica que quatro (4) (16%) das participantes se identificam enquanto amarelas; três (3) (12%), brancas; sete (7) (28%), pardas; e onze (11) (44%), pretas. Nenhuma participante respondeu que se identificava enquanto indígena (Povos originários da América), cigana (Calon, Rom, Sinti ou outras), outros, e, por isso, os dados referentes a essas etnias não foram incluídos no gráfico.

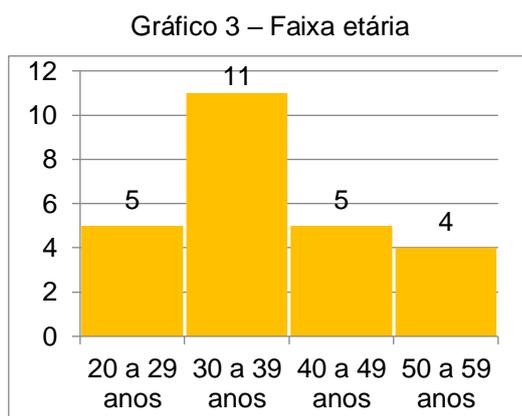
Somando os dados referentes à quantidade de participantes que se identificam como pretas e pardas temos o total de dezoito (18) estudantes (72%). Portanto, a maioria das estudantes que responderam os questionários são mulheres negras. De acordo com Vieira (2017):

A condição de vulnerabilidade social da mulher negra (aqui entendida como um conjunto de indicadores que expressam posições desvantajosas de acesso a direitos sociais fundamentais, os quais expõem mais frequentemente a parcela da população negra e

feminina a trabalhos degradantes e com baixo prestígio social) remonta ao período escravista e ao processo de substituição da força de trabalho escravizada pela assalariada. A formação social, política e econômica do Brasil se alicerçou em um processo excludente de emergência de uma sociedade de classes baseada em valores patriarcais e racistas que nortearam princípios fundamentais para a elaboração das normas e leis. (VIEIRA, 2017, p.1-2).

Dessa forma, entende-se que os dados quanto à cor ou etnia das participantes apontam para a importância do papel que o PROEJA Mulheres tem desempenhado como política pública ao promover o acesso à educação e à qualificação profissional, sobretudo, das mulheres negras, contribuindo para inclusão delas na sociedade.

A quarta questão foi aberta e objetivou conhecer a faixa etária das participantes: “Em que ano você nasceu?”. As respostas foram perfiladas e agrupadas em intervalos de décadas. A partir delas foi composto o Gráfico 3.



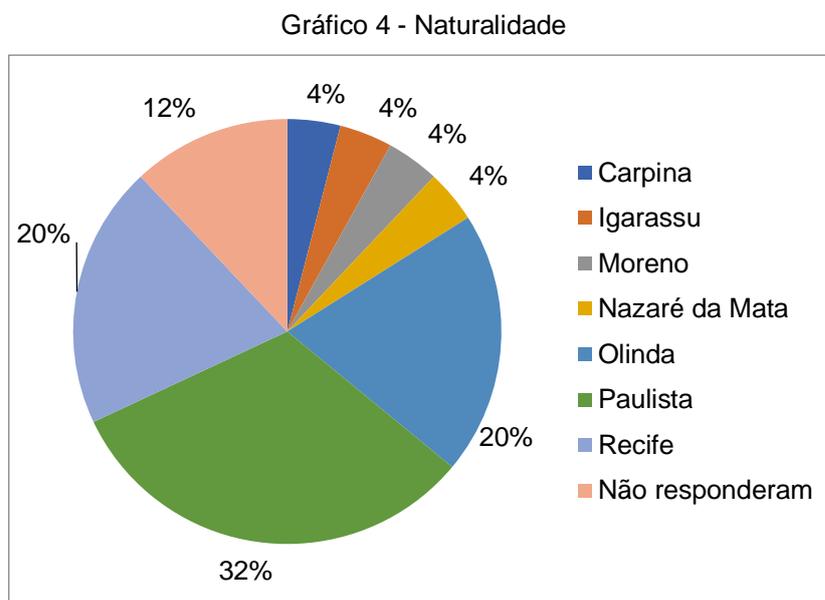
Fonte: Elaboração própria (2022)

Como o Gráfico 3 mostra, cinco (5) participantes (20%) têm de 20 a 29 anos; onze (11) participantes (44%) têm de 30 a 39 anos; cinco (5) participantes (20%) têm de 40 a 49 anos; quatro (4) participantes (16%) têm de 50 a 59 anos de idade.

As estudantes que participaram da pesquisa se depararam com dificuldades para prosseguir os estudos em determinados momentos das suas vidas. No passado, precisaram interromper suas trajetórias escolares por motivos relacionados à gravidez, ao casamento e ao trabalho, por exemplo. Porém, elas encontraram no PROEJA Mulheres, enquanto política pública, uma oportunidade para voltarem a estudar, elevando sua escolaridade e se qualificando profissionalmente.

A quinta questão buscou conhecer a naturalidade das participantes: “Qual é o

nome do lugar onde você nasceu?”. As respostas foram apresentadas no Gráfico 4.



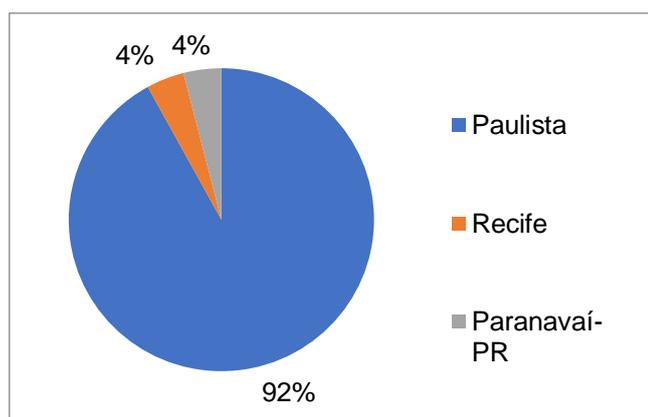
Fonte: Elaboração própria (2022)

Conforme ilustrado pelo gráfico, uma (1) participante (4%) nasceu em Carpina; uma (1) (4%), em Igarassu; uma (1) (4%), em Moreno; uma (1) (4%), em Nazaré da Mata; cinco (5) participantes (20%) nasceram em Olinda; oito (8) (32%), em Paulista; cinco (5) (20%), em Recife; e três (3) (12%) não responderam a questão.

Observamos que vinte (20) informaram que são oriundas de municípios integrantes da Região Metropolitana do Recife, correspondendo à maioria (80%) do total de participantes. Enquanto apenas duas (2) informaram ter nascido na Região da Zona da Mata Pernambucana (nos municípios de Carpina e Nazaré da Mata). A partir desses dados, constatamos que as participantes oriundas da Região Metropolitana também encontraram dificuldades para acessarem a educação, não apenas as que se deslocaram de outras regiões do estado de Pernambuco para residir nela. Por sua vez, a política pública do PROEJA Mulheres garantiu esse direito a elas ao possibilitar que conseguissem retomar os estudos.

A sexta questão buscou identificar os municípios de residência das participantes. O Gráfico 5 apresenta as respostas obtidas com a pergunta: “Em qual município você mora atualmente?”.

Gráfico 5 – Município de Residência

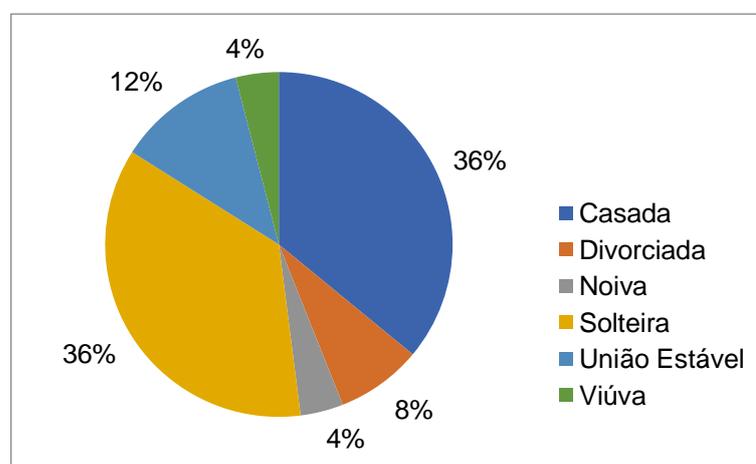


Fonte: Elaboração própria (2022)

De acordo com as informações do Gráfico 5, vinte e três (23) participantes (92%) responderam que residem atualmente na cidade do Paulista; uma (1) participante (4%) reside na cidade do Recife, ambos municípios localizados no estado de Pernambuco; e uma (1) participante (4%) reside na cidade de Paranaíba, no estado do Paraná. O fato de a maioria das estudantes terem informado que moram município de Paulista, o mesmo onde o curso de Assistente Administrativo do PROEJA Mulheres é ofertado, é um indicador de que essa política pública tem sido um investimento de fundamental importância para o desenvolvimento desse município.

A sétima questão proposta foi: “Como você se classifica nos seus relacionamentos afetivos e familiares, considerando a sua situação atual e as situações passadas?”. As respostas a ela integram o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Relacionamento afetivo e familiar



Fonte: Elaboração própria (2022)

Como o Gráfico 6 ilustra, nove (9) participantes (36%) são casadas; duas (2) participantes (8%) são divorciadas; uma (1) participante (4%) está noiva; nove (9) participantes (36%) são solteiras, três (3) participantes (12%) mantêm uma união estável, e uma (1) participante (4%) é viúva.

O fato de ter sido uma questão aberta possibilitou que as participantes se expressassem livremente. Sendo assim, quatro (4) participantes também relataram como se sentem nos seus relacionamentos. As respostas delas são apresentadas a seguir:

Participante 3: *Casado/a muito presa não temos um dia de lazer só ficamos dentro de casa meu marido não mim leva pra sair isso faz com que o casamento fica muito desgastante mim sinto sufocada e quando tinha namorado achei que fui muito usada acho que só eu que amei mim sentia como se eu fosse um objeto descartável.*

Participante 6: *Sou divorciada, há 19 anos mas tenho um relacionamento que começou em 2016 estou com ele a cinco anos.*

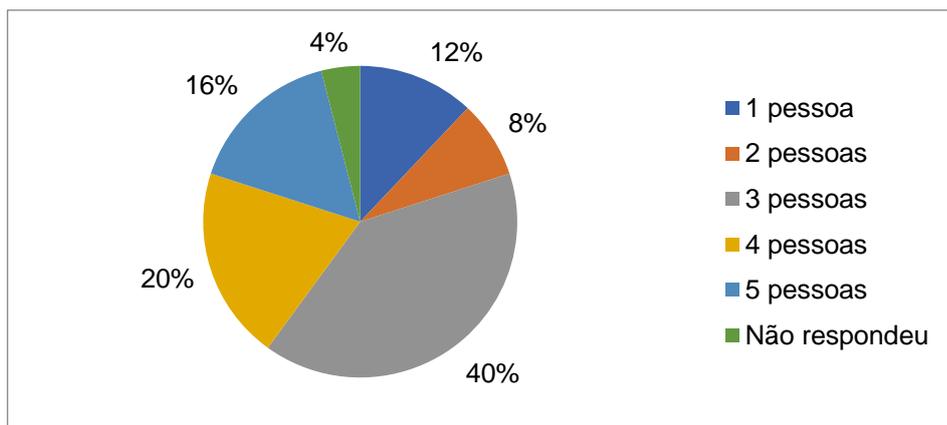
Participante 10: *Eu me sinto muito bem na minha casa com a minha família minha companheira e meu e intiado.*

Participante 20: *Sou casada tenho filhos e netos Sou feliz.*

Desse modo, as respostas desta questão, além de informarem sobre a classificação dos relacionamentos, possibilitaram o conhecimento de algumas das experiências de vida das estudantes. Por exemplo, tanto a Participante 3, quanto a Participante 20 contaram sobre seus casamentos. Entretanto, elas expressaram sentimentos diferentes quanto a esse tema. A Participante 3 relatou que se sente presa e sufocada e que acha o casamento dela desgastante, enquanto a Participante 20 afirmou que é feliz. Isso mostra que elas atribuem significados diferentes ao casamento de acordo com as suas experiências de vida, que são únicas para cada pessoa.

A oitava questão refere-se ao núcleo familiar das estudantes: Quantas pessoas vivem na mesma moradia que você, incluindo você?”. Suas respostas compõem o Gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 - Núcleo familiar

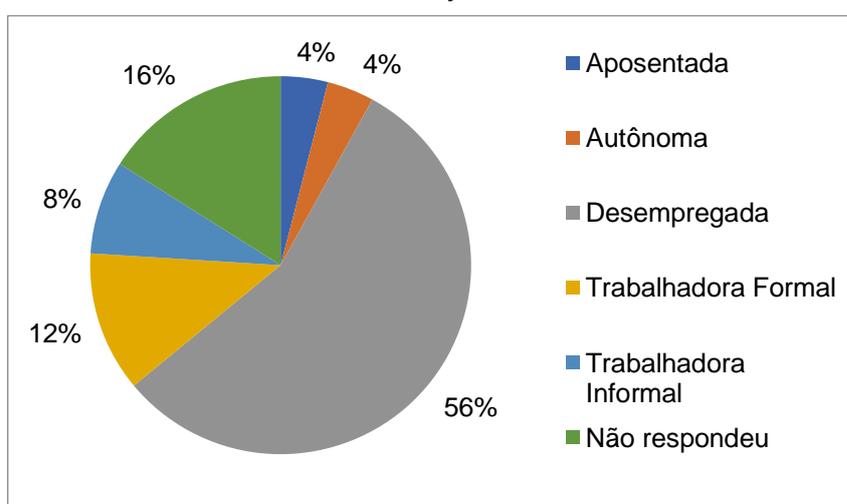


Fonte: Elaboração própria (2022)

Como observado no Gráfico 7, três (3) participantes (12%) moram sozinhas. Duas (2) estudantes (8%) informaram que moram duas (2) pessoas em sua residência; dez (10) (40%) informaram que moram três (3) pessoas; cinco (5) (20%) informaram que moram quatro (4) pessoas; e quatro (4) (16%) informaram que moram cinco (5) pessoas. Uma estudante (1) (4%) não respondeu a questão. Nenhuma participante indicou que mais de cinco pessoas moram na mesma casa que ela.

A nona pergunta do questionário foi: “Qual é a sua situação trabalhista? As respostas foram representadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Situação trabalhista



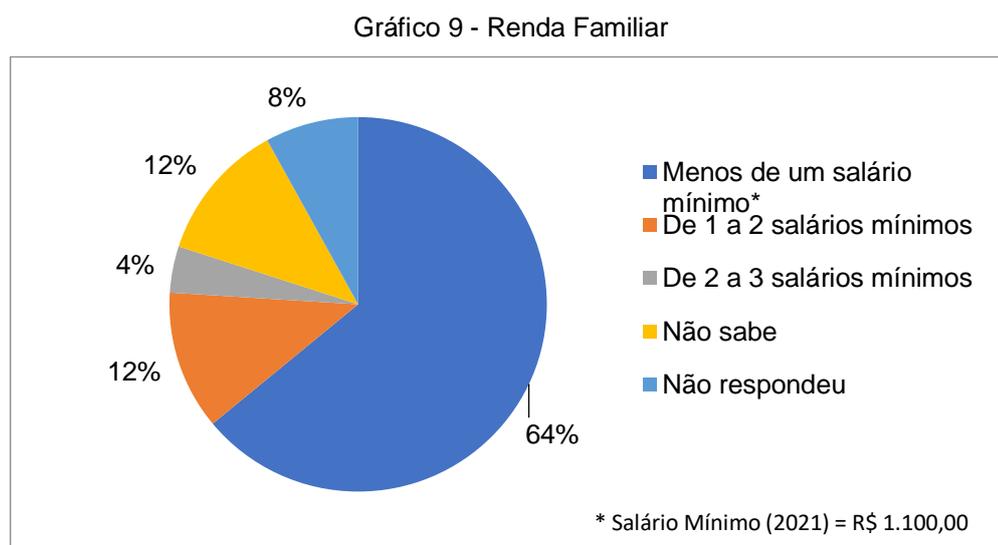
Fonte: Elaboração própria (2022)

Como mostrado no gráfico, uma (1) participante (4%) informou que é aposentada; uma (1) participante (4%) é autônoma; quatorze (14) participantes (56%)

estão desempregadas; três (3) (12%) são trabalhadoras formais (com carteira assinada); duas (2) (8%) são trabalhadoras informais (sem carteira assinada); e quatro (4) (16%) não responderam.

Observamos que a maioria (56%) das estudantes informaram que estão desempregadas. Considerando isso, destacamos a importância da política pública do PROEJA Mulheres para a inserção profissional das estudantes, ao proporcionar a qualificação profissional, além do aumento da escolaridade, por meio do curso de Assistente Administrativo.

A décima pergunta foi relativa à renda familiar: “Somando os rendimentos de todos/as moradores/as, qual é a renda mensal total de sua residência? No cálculo, não inclua o valor de benefícios ou bolsas.” As respostas estão representadas no Gráfico 9.



Fonte: Elaboração própria (2022)

Conforme apresentado no Gráfico 9, dezesseis (16) participantes (64%) responderam que sua renda familiar mensal é inferior a 1 salário mínimo. Três (3) participantes (12%) informaram que sua renda familiar é de 1 a 2 salários mínimos. Uma (1) participante (4%) respondeu que é de 2 a 3 salários mínimos. Três (3) participantes (12%) responderam que não sabem sua renda familiar; e duas (2) (8%) não responderam a questão. Nenhuma estudante informou ter a renda familiar superior a 3 salários mínimos.

Ao comparar as respostas desta questão com as da anterior, sobre as situações trabalhistas, podemos concluir que a renda familiar das participantes pode

estar relacionada às situações trabalhistas em que as participantes se encontram, considerando que a maioria (56%) informaram que estão desempregadas, e apenas 12% trabalham com carteira assinada.

A décima primeira pergunta buscava saber se as participantes são mães: “Você tem filho/s e/ou filha/s?”. As respostas foram apresentadas no Gráfico 10.



Fonte: Elaboração própria (2022)

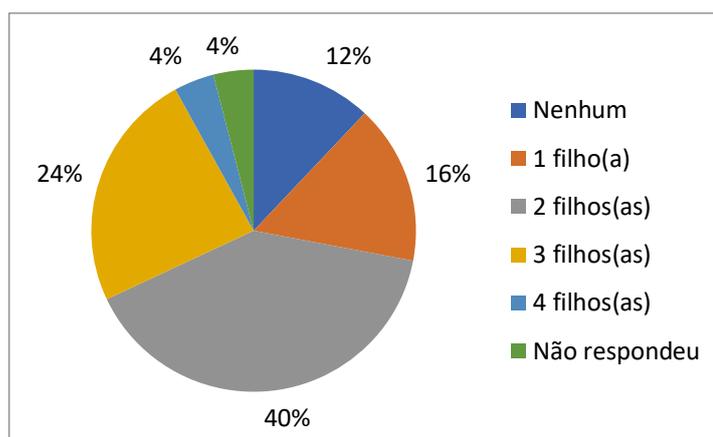
A pesquisa foi realizada com um total de vinte e cinco (25) estudantes do PROEJA Mulheres que aceitaram participar e responderam os questionários. Porém, algumas delas não eram mães, e, por isso, não foram incluídas na etapa das entrevistas narrativas.

O questionário da pesquisa também foi utilizado para selecionar as estudantes que participaram da etapa da pesquisa referente às entrevistas narrativas. Considerando isso, esta questão possibilitou a identificação daquelas que são mães e das que não são. A partir destes dados, pudemos selecionar e convidar as estudantes mães para participarem das entrevistas narrativas.

O Gráfico 10 mostra que vinte e duas (22) participantes (88%) responderam que têm filhos/as, enquanto apenas três (3) (12%) responderam que não têm. Esses dados mostram que a identidade de mãe está associada às identidades de estudante e de mulher para a maioria das participantes.

Já a décima segunda questão está relacionada à quantidade de filhos/as: “Quantos filhos e/ou quantas filhas você tem?”. O Gráfico 11 mostra as respostas das participantes.

Gráfico 11– Quantidade de filhos e/ou filhas

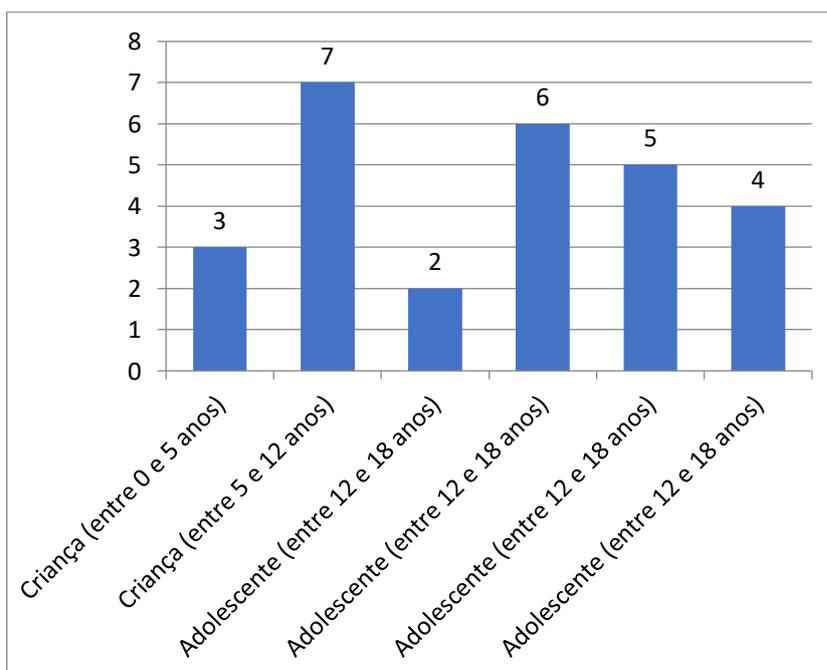


Fonte: Elaboração própria (2022)

De acordo com o Gráfico 11, três (3) participantes (12%) não têm filhos/as. Quatro (4) participantes (16%) têm um/uma (1) filho/a; dez (10) (40%) têm dois/duas (2) filhos/as; seis (6) (24%) têm três (3) filhos/as; uma (1) (4%) têm quatro (4) filhos/as. Uma (1) participante (4%) não respondeu a questão.

Por fim, a décima terceira questão foi sobre a faixa etária do/s filho/s ou da/s filha/s: “Se você tiver filho/s ou filha/s, qual é a faixa etária dele/s ou dela/s? Pode marcar mais de uma opção.” O Gráfico 12 exemplifica os dados obtidos.

Gráfico12 - Faixa etária do/s filho/s e/ou da/s filha/s



Fonte: Elaboração própria (2022)

Como o Gráfico 12 mostra, houve vinte e sete (27) respostas para esta

questão. Isso se deve ao fato de algumas das vinte e duas (22) participantes que são mães terem selecionado mais de uma opção referente à faixa etária de seus/suas filhos/as. Sendo assim, três (3) respostas (11%) indicaram a faixa etária Criança (entre 0 e 5 anos de idade); sete (7) (26%), Criança (entre 5 e 12 anos de idade); duas (2) (7%), Adolescente (entre 12 e 18 anos de idade); seis (6) (22%), Jovem (entre 18 e 24 anos de idade); cinco (5) (19%), Adulto/a (entre 24 e 60 anos de idade); e quatro (4) (15%) não responderam a questão. Nenhuma participante selecionou a opção de faixa etária Idoso/a (60 anos de idade ou mais).

Constatamos, assim, que o fato de a maioria das estudantes (88%) terem filho/s e/ou filha/s também deve ser levado em conta ao se pensar em melhorias para as políticas públicas voltadas para mulheres. Considerando que 37% das estudantes informaram que são mães de crianças, elas têm a necessidade de deixar o/s filho/s e/ou a/s filha/s aos cuidados de outras pessoas para poderem estudar ou precisam levá-las junto para as aulas. A falta de creches e escolas que funcionem no mesmo período em que as aulas das estudantes ocorrem, o noturno, dificulta o seu acesso à educação. A criação de um espaço educativo nesse período possibilita o direito ao acesso à educação tanto às estudantes mães, quanto às crianças.

Por meio dos dados obtidos com as respostas aos questionários, atingimos o objetivo específico de conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar das participantes da pesquisa. Além disso, esses dados foram utilizados na seleção das estudantes que participaram da fase da pesquisa em que foram realizadas as entrevistas narrativas.

3.2 Entrevistas narrativas

Na nossa pesquisa constatamos que, das vinte e cinco (25) estudantes do PROEJA Mulheres que responderam o questionário, 22 (88%) têm filhas e/ou filhos. Apenas três (3) estudantes (12%) informaram que não têm filhas nem filhos. Para atingirmos o objetivo específico da pesquisa de compreender a construção das identidades das estudantes mães no PROEJA Mulheres do IFPE *Campus* Paulista, convidamos apenas as estudantes mães para a etapa das entrevistas narrativas. Sendo assim, realizamos entrevistas narrativas com oito (8) participantes que responderam, no questionário da pesquisa, que são mães.

Transcrevemos essas entrevistas e, em seguida, analisamos as narrativas

das participantes a partir da perspectiva ricoeuriana, abordando a construção temporal dos significados narrativos. Na análise das narrativas das participantes da pesquisa, delimitamos os marcadores temporais, e identificamos os incidentes narrativos.

Os incidentes narrativos são, conforme Ribeiro e Lyra (2008, p. 69), “unidades temporais de significação dispostas sucessivamente na medida em que vão desvelando os acontecimentos mutuamente integrados como parte do todo narrativo.” Buscamos, nos indícios linguísticos da temporalidade narrativa, os significados feitos emergir pela tessitura do enredo que revelam os processos identitários dessas mulheres.

As mulheres, além de serem responsabilizadas pelas atividades domésticas, na maioria das vezes, também são as cuidadoras primárias das filhas e/ou dos filhos, as/os quais podem ser biológicas/os ou também socioafetivos/as, gerando uma desigualdade na distribuição das tarefas. Essa desigualdade ocasiona uma sobrecarga de responsabilidades para as mulheres, que pode dificultar ou até mesmo impedir a participação delas nas atividades escolares, sendo um dos obstáculos ao acesso à educação.

As autoras Santos (2019) e Ferreira (2017) afirmam que as rotinas de estudo das mulheres são diretamente impactadas pelas atribuições de gênero que são socialmente estabelecidas, por exemplo, na conjugalidade e na maternidade. Sobre isso Menezes (2020) afirma que:

[...] apesar das mulheres, ao longo dos anos, terem se tornado chefes de famílias, representando, por vezes única fonte de renda familiar, continuam abrindo mão do seu desenvolvimento educacional, e por consequência profissional, em virtude de uma sobrecarga nos afazeres domésticos e cuidados familiares. É nesse sentido que se reconhece a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres na intenção de favorecer o seu empoderamento. (MENEZES, 2020, p. 13).

Nas narrativas enunciadas pelas estudantes mães do PROEJA Mulheres do IFPE *Campus* Paulista, é recorrente o relato desse impacto e de suas consequências nas trajetórias de vida delas. Podemos exemplificar esse impacto através da narrativa da Participante 17, no incidente 32, no qual ela relata sua experiência enquanto mulher, mãe e estudante: *Só foi muito corrido. Pra as mães, quem têm filho, é muito corrido. Sobrecarga.* No relato, a participante conta como se

sentiu sobrecarregada de responsabilidades que dificultaram a retomada de sua trajetória escolar.

De forma semelhante, a Participante 24 também discorre acerca da dificuldade que enfrenta para estudar decorrente dessa sobrecarga, a exemplo do incidente narrativo 17 a seguir: *É difícil. Não é fácil porque você tem que ser mãe, tem que ser estudante e tem que ser mulher. É difícil. Você ter três profissão e saber lidar com as três. Mas eu tô tentando.* Nesse trecho, a Participante 24 também expressa que se sentiu sobrecarregada por conta das responsabilidades que são socialmente esperadas diante das identidades que tem como mulher, mãe e estudante, as quais descreve como três profissões exercidas por ela.

Dessa forma, entendemos que a conjugalidade e a maternidade, na configuração de nossa sociedade, têm funcionado como um interdito para o desenvolvimento de identidades relacionadas à vida e às atividades da vida pública. Nas narrativas das participantes, observamos que prevalece uma desigualdade de distribuição das atividades relacionadas aos cuidados com a casa e com os filhos e com as filhas, ficando a maior parte dessas atividades a cargo das mulheres.

Além disso, algumas das estudantes entrevistadas relataram que os pais de seus filhos ou filhas não as apoiaram ou até mesmo as impediram de estudar, movidos por ciúmes ou pela insegurança de verem as mulheres ocuparem o espaço público, elevarem sua escolaridade, se qualificarem, se inserirem profissionalmente, e conseguirem sua independência financeira.

A narrativa da Participante 17, nos acontecimentos do incidente 76, exemplifica essa falta de apoio: *[...] Tipo assim, no meu caso, que, às vezes, você tem um esposo. Aí o esposo não quer deixar você estudar. Ninguém sabe se é ciúmes, ninguém sabe o que é. Aí você fica...* Outro exemplo disso está na narrativa da Participante 24, nos incidentes 4 e 5: *O pai dos meus filhos, ele faleceu, né. Ele é falecido. [...] Ele era contra. É. Ele, praticamente. Por ele eu nem saia de casa, né. Vivia numa prisão.* Percebe-se uma subtração de direitos que afeta o desenvolvimento individual, a sobrevivência e as possibilidades de trajetória das mulheres, implicando em menor desenvolvimento da sociedade e das pessoas que a compõem e em diminuição do sentido de democracia.

Em nossa pesquisa, identificamos que, de um total de oito (8) estudantes entrevistadas, seis (6), ou seja, setenta e cinco por cento (75%) delas, relataram que, em algum momento de suas vidas, tiveram que parar de estudar para poderem se

dedicar integralmente às funções advindas de suas identidades enquanto mulheres na conjugalidade e mães. Tendo retornado depois de decorrido um período considerável de suas vidas, encontraram uma política pública voltada para mulheres em Educação de Jovens a adultos, concretizada como a oportunidade de estudarem no PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista.

Dessas seis (6) estudantes, quatro (4), o que representa cinquenta por cento (50% das oito narrativas), atribuíram a interrupção de suas trajetórias escolares à gravidez (maternidade) e duas (2), isto é, vinte e cinco por cento (25% do total de narrativas), ao casamento (conjugalidade). Por sua vez, dentre as oito (8) estudantes entrevistadas, duas (2) delas, ou seja, vinte e cinco por cento (25% do total), apontaram o trabalho fora de casa como a razão pela qual deixaram de estudar.

Pelo objeto temático, as narrativas se organizam em três grupos distintos. O primeiro e o segundo grupo (chamados de Grupo 1 e Grupo 2, respectivamente) tecem as histórias de vida das mulheres tendo como fio condutor a prevalência de circunstâncias da vida privada, especialmente conjugalidade e maternidade, sobre outras possibilidades identitárias. O terceiro grupo, o Grupo 3, tece o enredo de interrupção da experiência escolar a partir da necessidade do trabalho remunerado. Entretanto, a aparente relação do tema do Grupo 3 com a vida pública se dissolve a um primeiro olhar sobre os relatos.

Das duas participantes desse grupo, a Participante 5 teve, como motivo para interromper os estudos e ir procurar trabalho, a maternidade (Foi trabalhar para *ajudar a criar essas meninas*, de acordo com o acontecimento do incidente 6 da narrativa.) e como destino o trabalho como empregada doméstica. Como sabemos, a história do emprego doméstico, no Brasil, está fortemente associada, segundo Kofes (2001), à tradição escravocrata. Por sua vez, Silva *et al.* (2017) aponta que:

A condição de subalternidade das empregadas domésticas está associada, além da condição étnica, à posição de gênero, pois é uma atividade exercida majoritariamente pelas mulheres no espaço privado. Além disso, o trabalho doméstico não é considerado uma atividade produtiva para a qual se necessite uma formação técnica específica. A rotina do trabalho doméstico é marcada por um ciclo interminável de fazer, desfazer e refazer, no interior das casas, e tomada como natural e própria das mulheres, e tudo isso contribui para a invisibilidade tanto deste trabalho, quanto de suas trabalhadoras. (SILVA *et al.*, 2017, p. 457).

A narrativa da Participante 10, por sua vez, expõe o drama de sua história de vida por meio de episódios de violência doméstica que resultou na fuga de casa *sair de casa porque a gente era espancada demais* (incidente 2); luta por moradia *lam invadir. A minha prima pegou um pedacinho de chão pra mim* (incidente 3); e a imposição da sobrevivência imediata se impondo como roteiro de vida no lugar da experiência escolar *Aí foi daí que eu tive que desistir pra sobreviver, né?* (incidente 4).

O quadro a seguir expõe o agrupamento temático das narrativas. Cada tema expõe características mais específicas dos enredos que, de forma geral, relatam a brutal predominância da exclusão implicada nas histórias dessas mulheres a partir de sua condição de gênero. Os três grupos identificados estão relacionados à maternidade, porém, apenas no Grupo 1 a temática da gravidez foi apontada pelas participantes como o motivo que as levou à ruptura de suas trajetórias escolares.

Quadro 1 – Agrupamento temático das narrativas

Grupo	Participantes
1 (Gravidez)	3, 13, 17, 24
2 (Casamento)	6, 15
3 (Trabalho)	5, 10

Fonte: Elaboração própria (2022)

Para demonstrar o agrupamento identificado no Quadro 1, apresentamos, nos quadros a seguir, os incidentes narrativos nos quais o motivo/tema é explicitado. Nesses quadros, os marcadores temporais foram sublinhados na coluna **Acontecimentos dos incidentes**.

3.2.1 Grupo 1: A maternidade e a trajetória escolar

O Grupo 1 é composto pelas participantes 3, 13, 17, e 24, que atribuíram a interrupção de suas trajetórias escolares à gravidez (maternidade) nas suas narrativas. A seguir, apresentamos as análises narrativas de temas que permearam os relatos dessas estudantes nos subtópicos: 3.2.1.1 A gravidez, 3.2.1.2 O cuidado com o/s filho/s e/ou a/s filha/s, 3.2.1.3 A retomada da trajetória escolar, 3.2.1.4 O apoio e a falta de apoio por parte dos esposos e companheiros.

3.2.1.1 A gravidez

O Quadro 2 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados à temática da gravidez nas narrativas das participantes do Grupo 1.

Quadro 2 – A gravidez

GRUPO 1		
PARTICIPANTE	INCIDENTES	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES
3	3	<i>Assim, <u>quando</u> o meu menino, o meu primeiro filho <u>nasceu</u>, eu, <u>quando eu engravidei</u>, eu <u>estava estudando</u>. <u>Aí eu parei</u> de estudar. <u>Desisti</u>.</i>
13	4	<i><u>Quando eu engravidei</u>... <u>Quando eu descobri</u> a gravidez, <u>aí eu fui</u> e <u>parei</u> de estudar porque <u>ficou</u> muito difícil pra mim conciliar. <u>Pra ir pra médico</u>, <u>chegava</u> tarde. Os médicos eram sempre longe. <u>Aí não tinha</u> como eu ir pra escola.</i>
17	12	<i><u>Aí parei</u> porque <u>engravidei</u> dessa minha primeira filha, que <u>tá com 14 anos agora</u>.</i>
24	7	<i><u>Aí foi no tempo</u> que eu <u>engravidei</u> também do meu filho mais velho. <u>Aí foi praticamente</u> que eu <u>parei</u>, né.</i>

Fonte: Elaboração própria (2022)

Todas as participantes que compõem o Grupo 1 apontaram, em suas narrativas, a gravidez como fator determinante para a interrupção de suas trajetórias escolares. No Quadro 2, podemos observar exemplos de acontecimentos dos incidentes narrativos, cujos números serão representados aqui entre colchetes, em que as participantes relataram que pararam de estudar durante o período das gravidezes de seus primeiros filhos ou filhas: a Participante 3 [3], a Participante 13 [4], a Participante 17 [12], e a Participante 24 [7].

Então, a partir do momento em que se viram na condição de gestantes, elas precisaram deixar de lado suas identidades de estudantes para terem a disponibilidade de cuidarem de suas crianças em tempo integral. De acordo com Louro (2004), ser mãe era considerado uma das verdadeiras missões da mulher na sociedade, e, por isso entendia-se que, ao assumir esse papel, a mulher deveria deixar as atividades ligadas ao trabalho realizado fora de casa. Isso pode explicar porque as participantes do Grupo 1 interromperam suas trajetórias escolares e seus planos de se dedicarem a suas qualificações e carreiras profissionais assim que souberam que estavam gestantes.

Dessa forma, seguindo o argumento exposto Louro (2004), podemos

entender que as participantes do Grupo 1 deixaram de lado as ocupações que tinham fora de casa enquanto estudantes por estas serem consideradas socialmente menos importantes para a mulher do que o papel de mãe, tendo em vista que se atribuiu à maternidade a relevância de “verdadeira missão feminina” (p.379). Esse fenômeno pode ser visto como um reflexo das ideias discriminatórias com relação aos gêneros difundidas social e culturalmente no Brasil. Conforme a autora explica:

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. [...] Foi também dentro desse quadro que se construiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. [...] Afinal o sustento da família cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como um sinal de sua masculinidade. (LOURO, 2004, p. 379).

Segundo Louro (2004), acreditava-se que a mulher, por ter sido considerada mais frágil, não deveria se arriscar desempenhando atividades fora do espaço doméstico e que, por isso, a sua função principal seria se dedicar à conjugalidade e à maternidade dentro de casa. Diferentemente da mulher, o homem não era incentivado a ficar em casa cuidando dos/das filhos/as. Por ser visto como mais forte, era atribuída ao homem a função de prover a família através do trabalho remunerado fora de casa, ainda de acordo com Louro (2004).

Desse modo, a autora indica que foram estabelecidos papéis sociais diferenciados para mulheres e homens, segundo os quais as mulheres abririam mão das atividades do espaço público para se dedicarem ao espaço doméstico tão logo se vissem enquanto mães e/ou esposas, enquanto os homens se dedicariam à carreira profissional e ao provimento da família. Por seu turno, Almeida (1998) discorre sobre a construção social do papel de mãe a partir dos ideais positivistas:

[...] Esse pensamento valorizava a mulher apenas como mãe e esposa abnegada, para quem o lar era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade e, sendo o casamento sua principal aspiração, era a indicada para ser a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da pátria.[...] A mãe, principal interesse dos homens e da pátria, deveria ser pura e assexuada e nela repousariam os mais caros valores morais, éticos e patrióticos. Apesar das conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas

profissões, os ideais positivistas permaneceram impregnando a mentalidade brasileira ainda por muito tempo. (ALMEIDA, 1998, p. 18-19).

Almeida (1998) afirma que a mãe era o “principal interesse dos homens e da pátria” (p.18) segundo os ideais positivistas, pois a ela eram atribuídas as responsabilidades de criação dos/das filhos/as e de ensinamento dos valores que eram creditados a sua figura de mãe. Além disso, autora aponta que, segundo os ideais positivistas, era esperado que as mulheres seguissem “modelos de domesticidade e renúncia” (p.18).

A constatação feita por Almeida (1998) de que esses ideais positivistas continuaram presentes na nossa sociedade, apesar das conquistas de direitos por parte das mulheres, pôde ser comprovada na nossa pesquisa. Esses modelos de domesticidade e renúncia referenciados por Almeida (1998) também estiveram nas narrativas das participantes do Grupo 1, pois contaram que quando souberam se tornariam mães, renunciaram aos seus estudos para ficarem em casa, cuidando dos/das filhos/as e das atividades domésticas.

Além dessa questão sociocultural, a Participante 13 narra outro obstáculo ao seu acesso ao direito à educação durante o período da gravidez. No incidente 4, ela conta que teve dificuldade de acessar o seu direito à saúde, pois as consultas eram realizadas em localidades distantes de onde ela residia. Com isso, ela não conseguia chegar a tempo na escola nos dias em que precisava ter atendimento médico. Portanto, a precariedade do acesso ao direito à saúde também influenciou na ruptura de sua trajetória escolar. Isso mostra que as políticas públicas voltadas para as mulheres precisam ser melhoradas não só na área da educação, mas também na área de saúde.

As mulheres, ao assumirem o papel de mães, muitas vezes se vêem obrigadas a adiarem os seus sonhos, projetos e aspirações profissionais por sofrerem uma pressão social para abrirem mão de si mesmas e abdicarem de parte de suas identidades em benefício de outras pessoas e em nome do bem-estar da família. Incentivadas cultural e socialmente a seguirem esses modelos e na ausência de uma política pública que garantisse a manutenção de seu direito ao acesso à educação escolar, essas mulheres se viram, assim, no dever de se dedicarem integralmente à casa e à família e, para que isto fosse realizado, tiveram que renunciar a suas identidades enquanto estudantes.

Poder ter filhos/as se constitui num direito reprodutivo e não deveria funcionar como um fator de exclusão para se acessar o direito à educação. Ferreira (2017) destaca a necessidade de o poder público implementar políticas públicas, a exemplo de creches e escolas de tempo integral, como forma de possibilitar o acesso das mulheres à educação. Dessa forma, as estudantes mães tanto teriam onde deixar seus/suas filhos/filhas para irem à escola quanto também garantiriam o acesso destes/destas à educação. Para que o acesso à educação seja de fato garantido para todos e todas, é preciso que sejam desenvolvidas políticas públicas na área de educação que busquem incluir as estudantes mães.

3.2.1.2 O cuidado com o/s filho/s e/ou a/s filha/s

O Quadro 3 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados à temática do cuidado com o/s filho/s e/ou a/s filha/s nas narrativas das participantes do Grupo 1.

Quadro 3 – O cuidado com o/s filho/s e/ou a/s filha/s

GRUPO 1		
PARTICIPANTE	INCIDENTES	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES
3	13	<i>Porque, vê assim, quem <u>cuida</u> mais dos filhos é o que? As mães, né. Os pais <u>têm</u> mais... Como é que se diz? É... Não <u>têm</u> dificuldade de sair e nem de ir na escola. E a mulher <u>tem</u>, né. <u>Tem</u> que ficar em casa com menino. Entendeu? Eu <u>acho</u>. Assim, <u>enquanto</u> eles <u>estão</u> pequenos, né. Por isso mesmo que eu <u>desisti enquanto</u> eles <u>estavam</u> pequenos.</i>
13	2; 6; 19	<i>É porque também ele [o pai do filho] <u>mora</u> longe. O que ele <u>manda</u> só é a pensão mesmo. Não, não. O único apoio que eu <u>tenho</u> é da minha mãe. [...] Um pouco porque eu <u>faço</u> tudo sozinha. [...] No <u>início</u> foi bem complicado porque eu não <u>tava sabendo</u> conciliar as coisas, sabe. Estudar, ir pra IF, ter afazeres domésticos, cuidar do filho. <u>Foi</u> bem turbulento, assim, <u>no início</u>. Mas eu <u>comecei</u> a ser organizada e dividir as tarefas domésticas, com filho, com a escola e com a IF. <u>Aí deu</u> pra conciliar as coisas.</i>
17	32; 78	<i>Só <u>foi</u> muito corrido. Pra as mães, quem <u>têm</u> filho, é muito corrido. Sobrecarga. [...] Mas <u>quando</u>, no caso, nos <u>conhecemos</u>, <u>conheceu ainda</u> com eu <u>terminando</u> os estudos. Eu <u>engravidar</u> dele e <u>parei</u> pra cuidar do filho, da casa e <u>deixei</u> o estudo de lado. Embora que eu <u>teria que ter terminado antes</u>, mas não <u>terminei</u>, né.</i>

24	9; 17	<i>Pra mulher é mais dificultoso porque é tanto problema na cabeça, mas nada é impossível. O problema da mulher foi questão de filho, questão de casa, organização. Tudo isso toma o seu tempo, né. E pra você estudar aí fica muita coisa na cabeça da mulher. Só aquela que tiver coragem mesmo de enfrentar a realidade. [...] É difícil. Não é fácil porque você tem que ser mãe, tem que ser estudante e tem que ser mulher. É difícil. Você tem três profissão e saber lidar com as três. Mas eu tô tentando.</i>
----	-------	---

Fonte: Elaboração própria (2022)

Na falta de uma divisão igualitária das responsabilidades com os pais das crianças, as mulheres acabam sendo sobrecarregadas ao ficarem encarregadas de realizar a maior parte ou até todo o trabalho relacionado à criação das filhas ou dos filhos, que se soma ao trabalho doméstico. Nessa perspectiva, todas as quatro (4) participantes do Grupo 1 trouxeram, em suas narrativas, a mesma questão no que se refere a enfrentarem mais dificuldades para estudar devido ao acúmulo de atividades demandadas delas com relação aos cuidados com as filhas ou os filhos e com a casa.

Louro (2004) explica que a educação das mulheres na sociedade brasileira, desde o início, tem priorizado o aprendizado relacionado às atividades domésticas e familiares em detrimento da elevação da escolaridade e de sua qualificação e ascensão profissional. Sobre isso, a autora aponta que:

Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. (LOURO, 2004, p. 373 e 374).

O papel de cuidados com as filhas ou os filhos recai principalmente sobre as mulheres e não tanto sobre os pais delas ou deles, que, na maioria das vezes ficam encarregados do trabalho fora da casa para o provimento da família, ainda segundo Louro (2004). Dessa forma, diferentemente das mulheres, que são incentivadas a se dedicarem ao cuidado da casa e dos/das filhos/as, os homens são incentivados a investirem em suas carreiras profissionais, e, ao se tornarem pais, costumam dar

prosseguimento a suas vidas normalmente, sem maiores impedimentos para aproveitarem as oportunidades de qualificação e ascensão profissional.

Por sua vez, a narrativa da Participante 3, no incidente 13, retrata os impactos dos papéis socialmente atribuídos aos gêneros feminino e masculino em suas rotinas de estudos. Em seu relato, ela conta que parou de estudar e ficou em casa porque foi encarregada da maior parte da tarefa de cuidar dos filhos enquanto eram pequenos pelo fato de ser mulher e mãe. Ela constata também que aos homens, enquanto genitores, não se interpõem obstáculos da mesma forma que às mulheres para saírem de casa e para estudarem.

Destacamos, ainda, que a Participante 3 utiliza a expressão “ter que” para apresentar o motivo pelo qual deixou de ir à escola: *Tem que ficar em casa com menino*. De acordo com Ribeiro (2003), essa expressão traz um sentido de obrigatoriedade que denota a falta de escolha frente à adversidade posta, o que pode indicar quando há uma ameaça à experiência escolar nas narrativas. Dessa forma, a Participante 3 apresenta a sua falta de escolha ao se ver obrigada a deixar de estudar para cuidar das crianças por conta de seu gênero.

Assim também a Participante 13 afirma, no incidente 6, que, por ser mulher e mãe, enfrenta mais dificuldades para conseguir estudar. A partir de seu relato, revela que as atribuições relativas aos cuidados com sua casa e seu filho ficam unicamente a cargo dela, o que indica a falta de participação paterna nos cuidados com o filho. Fato este que pode se constituir numa ameaça à trajetória escolar das mulheres por sobrecarregá-las de tal forma que dificulta ou até impossibilita a manutenção de suas rotinas de estudo.

De maneira semelhante, a Participante 17, no incidente 78 de sua narrativa, explica os motivos que a levaram a parar de estudar antes de concluir o Ensino Médio, evidenciando que, após a gravidez, as responsabilidades de cuidar do filho e da casa se sobrepuseram à sua função social de estudante. Já no incidente 32, ela conta como se sentiu sobrecarregada de responsabilidades ao voltar a estudar.

Tal qual as Participante 3, 13 e 17, a Participante 24, enuncia, no incidente narrativo 9, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que são mães para estudarem, a exemplo da maior quantidade de responsabilidades para darem conta em um espaço de tempo limitado. De acordo com o relato dela, além de tomarem o seu tempo, as questões que destaca, como os cuidados com os filhos e com a organização da casa, geram uma carga mental de problemas para ela resolver, o

que também implica uma maior dificuldade para estudar. Inclusive, ela descreve ser mãe, estudante e mulher, e como três profissões que precisa saber conciliar. Por também se sentir sobrecarregada, considerando a realidade de seu cotidiano, atribui a continuação de sua trajetória escolar a um ato de coragem dela diante dos problemas que elenca.

3.2.1.3 A retomada da trajetória escolar

O Quadro 4 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados à temática da retomada da trajetória escolar nas narrativas das participantes do Grupo 1.

Quadro 4 – A retomada da trajetória escolar

GRUPO 1		
PARTICIPANTE	INCIDENTES	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES
3	9; 10; 11	<i>Aí quando foi, assim, em 2017, eu acho, aí eu consegui fazer a matrícula do meu menino na escola, na escola em que eu estudava. Ele estudava particular. Aí eu não tava mais com condições de pagar o particular. Aí tirei ele e botei num público. Ele <u>ia terminar</u> o Ensino Médio. [...] <u>Aí encontrei umas pessoas que eram</u> muito antigas lá no colégio, que me <u>conhecem</u>, e disse: Mulher, volta a estudar. [...] <u>Aí eu disse: É, vou voltar</u>. Pelo menos eu <u>termino</u> meus estudos. Uma: eu <u>termino</u> meus estudos e a outra: eu <u>vou colocar</u> meu filho aqui e <u>vou ter</u> acesso amplo à atenção dele para ver se ele <u>tá reagindo</u>, para ver se ele <u>tá se comportando</u> no colégio, né. <u>Aí o que levou foi o estudo</u>.</i>
13	5	<i>Eu <u>voltei</u> a estudar foi porque eu <u>tenho</u> que realmente terminar, né, os estudos, ter o 2º grau, e a melhorar pro meu filho, né. Para eu ter um emprego melhor para dar o melhor para ele. E não só para ele, mas para mim também.</i>
17	20; 21; 31	<i>O motivo porque eu <u>voltei foi</u> à procura de... Tipo, assim, a gente, com o passar do tempo... Você <u>vai</u>... Você <u>cuida</u> dos seus filhos, você <u>cuida</u> da casa. Você <u>cuida</u>, mas você se <u>sente</u> inútil pra outras coisas. Você <u>acaba ficando</u> só em casa e não <u>tem</u> o seu emprego. Não <u>tá</u> em busca do seu próprio salário, de você conseguir pagar suas contas, sem estar <u>no final do mês preocupada com o próximo mês</u>. [...] <u>Aí você ter o seu dinheiro, você trabalhar, é você se sentir útil</u>. <u>É</u> você sentir que <u>tá sendo</u> útil pra alguma coisa. Não só pra cuidar de casa e de filho, né. [...] Não <u>era</u> isso bem o que eu <u>sonhei</u> pra minha vida <u>quando eu era mais nova</u>, né. Tipo, isso aí <u>é</u> necessário. Todo mundo <u>precisa</u> lavar sua roupa, limpar sua casa, fazer sua comida. Mas isso não <u>é</u> o essencial pra sua vida. Só isso.</i>

24	8	<i>Porque <u>voltou</u> a estudar? Pra terminar os meus estudos, para ter uma escolaridade boa, <u>futuramente</u> ter um emprego bom. E mostrar pra os meus filhos que <u>vale</u> a pena estudar.</i>
----	---	---

Fonte: Elaboração própria (2022)

Nas narrativas enunciadas pelas participantes que compõem o Grupo 1, o tema do retorno para a escola surge sob a perspectiva de uma oportunidade para terem um futuro mais promissor para elas e suas famílias. Elas evidenciaram que, a partir da elevação de sua escolaridade e de sua qualificação profissional objetivam conseguir melhorar as vidas delas e de suas famílias, tanto por verem nisso um meio de se realizarem profissionalmente como também de incentivarem os filhos e as filhas a estudarem.

Sobre a forma como as mulheres estudantes do PROEJA associam a continuidade dos estudos como um projeto de um futuro melhor, Silva (2020b, p. 50) reconhece que “Há uma identificação direta entre a elevação da escolaridade e a melhoria nas condições de vida, que está associada a um bom emprego.”. Sendo assim, observamos que as Participantes 13, 17 e 24 relataram que voltaram a estudar primeiramente com o objetivo de elevarem a escolaridade e se qualificarem para conseguirem se inserir profissionalmente.

Silva (2020b) expõe a distinção entre o trabalho reprodutivo e não-remunerado, de cuidado com a casa e com os/as filhos/as e que frequentemente é naturalizado como uma atribuição das mulheres e invisibilizado, e o trabalho produtivo e remunerado. Ainda de acordo com a autora, “Apesar de sempre trabalharem, a maior parte dos trabalhos reservados às mulheres era doméstico, não remunerado e de pouco valor social.” (p.47).

Essa pouca valorização do trabalho atribuído à mulher que Silva (2020b) expõe está presente na narrativa da Participante 17. Nos incidentes 20, 21 e 31, ela narra que, apesar de trabalhar cuidando da casa e das filhas, se sente inútil por não poder pagar contas, pois não recebe salário. Expressa ainda que esse trabalho não-remunerado que recai sobre ela por ser mulher e mãe não é o sonho que idealizou para ela. Assim ela informa que, através da continuidade dos estudos, objetiva conseguir um emprego como forma de realização profissional e pessoal.

Além disso Participante 17, no incidente 20, fala da sua dedicação exclusiva a esse trabalho não-remunerado como se fosse uma falha pessoal: *Você acaba*

ficando só em casa e não tem o seu emprego. Não tá em busca do seu próprio salário, de você conseguir pagar suas contas [...]. Silva (2020b), a partir de sua pesquisa com estudantes do PROEJA, também identifica, nas falas das mulheres, esse sentimento de culpa por uma suposta falha pessoal. A autora aborda esse tema no trecho a seguir:

As estudantes A. e S. apontam que o trabalho oferecido aos cuidados domésticos e com a família as fizeram ficar “acomodadas”, por isso abdicaram do desejo pessoal de voltar para a escola. Esse recorte em suas falas mostra que um processo de sobrecarga de trabalho e falta de incentivo, seja na forma de apoio familiar ou de políticas públicas voltadas para isso, é visto por elas como uma falha pessoal. A naturalização do trabalho reprodutivo, além da sobrecarga física e mental, não parece oferecer escolha ou conciliação. No entanto, nesse cenário, as mulheres trabalhadoras que voltam a estudar indicam a tentativa de experimentar diferentes posições sociais. E, possivelmente, através desses atos que se avançará em direção a uma sociedade menos desigual. (SILVA, 2020b, p. 48).

Além disso, Silva (2020b) também aponta a promoção da continuidade da trajetória escolar a partir de política pública como uma forma de se possibilitar uma sociedade equânime, onde as mulheres também tenham oportunidades de desempenharem outros papéis sociais que não se limitem ao trabalho reprodutivo.

Por sua vez, as Participantes 3, 13 e 24 também contaram que seu retorno à escola também foi motivado pelos/as filhos/as. Santos (2019) encontrou dados semelhantes em sua pesquisa ao ouvir mulheres estudantes da EJA. Sobre os motivos que levaram à ruptura e à retomada das trajetórias escolares delas, a autora constatou que:

Apesar do pré-conceito que a família, em especial os filhos, integrarem como motivos de impedimento das estudantes a prosseguir os estudos, durante a pesquisa, as mães deixaram claro que percebiam a importância de estudo, para alcançar um futuro mais próspero e dar exemplo aos filhos. (SANTOS, 2019, p. 7).

Assim observamos que, se por um lado a gravidez é apontada pelas participantes como motivo que levou à interrupção dos estudos, por outro, os/as filhos/as também podem ser uma das razões para a retomada da trajetória escolar. Um exemplo disso está na narrativa da Participante 3, a qual relata, nos incidentes 9, 10 e 11, que só conseguiu retomar os estudos quando o filho mais novo já estava cursando o Ensino Médio e, ao ir fazer a matrícula dele na escola, recebeu o convite

para se matricular no PROEJA Mulheres. Ela conta também que resolveu voltar a estudar não só para concluir a Educação Básica, mas também para poder acompanhar o desempenho escolar do filho, considerando que passaram a estudar na mesma escola.

Tanto a Participante 13 quanto a Participante 24 também contam, respectivamente nos incidentes narrativos 5 e 8, que voltaram a estudar por causa dos filhos delas, além de objetivarem concluir o Ensino Médio na expectativa de conseguirem um bom emprego. A partir da elevação de sua escolaridade e de sua qualificação profissional, a Participante 13 afirma que pretende *melhorar e dar o melhor* para o filho, enquanto a Participante 24 intenciona dar exemplo aos filhos, mostrando *que vale a pena estudar*. Conforme Santos (2019) constatou, a retomada dos estudos por parte das mães também acontece muitas vezes em função dos/das filhos/as e não somente delas mesmas.

Essa contribuição para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, de seus filhos e suas filhas por meio da educação profissional está prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo (PPC) do PROEJA Mulheres do *Campus* Paulista do IFPE:

O *Campus* Paulista oferece um curso voltado para mulheres, objetivando promover, através da oferta da educação profissional, o aumento do nível de escolaridade feminina e a inserção destas no mercado de trabalho, contribuindo para melhoria na qualidade de vida dessas mulheres, e, por consequência, na vida de suas famílias. (IFPE, 2017, p.8).

Dessa forma, podemos observar, através das narrativas das participantes que compõem o Grupo 1, ao acessarem a educação por meio da política pública do PROEJA Mulheres, elas buscam principalmente o aumento de sua escolaridade e a sua inserção profissional. Além disso, revelaram que também almejam proporcionar melhores condições de vida para seus/suas filhos/filhas e para si a partir da realização de seus projetos de vida nos âmbitos educacional e profissional que foram interrompidos anteriormente.

Portanto, apesar de a maternidade ter dificultado a continuidade das trajetórias escolares das participantes que integram o Grupo 1, desde a gravidez até o tempo dedicado ao cuidado com os/as filhos/filhas, o fato de serem mães também foi apontado por elas como um dos motivos para a retomada dessa trajetória.

3.2.1.4 O apoio e a falta de apoio por parte dos esposos e companheiros

O Quadro 5 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados às temáticas do apoio e da falta de apoio por parte dos esposos e companheiros nas narrativas das participantes do Grupo 1.

Quadro 5 – O apoio e a falta de apoio por parte dos esposos e companheiros

GRUPO 1		
PARTICIPANTE	INCIDENTES	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES
3	2	<i>Apoia sim. Se ele não apoiasse, ele ia escutar. Tem isso não, comigo, não. A mulher num deve deixar com que os homens interrompam na vida dela, não.</i>
13	11	<i>Ele super apoia. Ele às vezes até me ajuda nas atividades. Mas ele é bem tranquilo em relação aos estudos. Porque, assim, quando eu fui me matricular, eu disse pra ele que eu ia me matricular e que eu ia fazer um curso. E ele achou muito legal.</i>
17	3; 4; 76; 77	<i>No início não apoiava, viu. No início foi uma guerra [...] Mas, no caso, na minha casa, como é eu, minhas filhas e meu esposo, quando ele sai pra trabalhar eu que fico com as crianças. E quando eu saio pra estudar, ele quem tem que ficar, né. [...] Tipo assim, no meu caso, que, às vezes, você tem um esposo. Aí o esposo não quer deixar você estudar. Ninguém sabe se é ciúmes, ninguém sabe o que é. Aí você fica... [...] Mas você tem que tentar passar pra a pessoa que tá insegura por você tá estudando: Ah, mas você deveria ter terminado os estudos antes de casar comigo.</i>
24	3; 4; 5	<i>Tô namorando. Ele apoia. Ele fica com meus meninos enquanto eu vou pro curso. [...] O pai dos meus filhos, ele faleceu, né. Ele é falecido. [...] Ele era contra. É. Ele, praticamente. Por ele eu nem saía de casa, né. Vivia numa prisão.</i>

Fonte: Elaboração própria (2022)

A possibilidade de contar com uma rede de apoio é muito importante para que as estudantes mães possam estudar. Os pais de seus filhos e de suas filhas, esposos, e companheiros podem facilitar ou dificultar o acesso delas à educação. Como constatamos no Quadro 5, as estudantes relataram que eles apoiaram seus estudos, por vezes cuidando das crianças enquanto elas estudavam ou também as ajudando a realizarem as atividades escolares.

Os números dos acontecimentos dos incidentes narrativos dos exemplos utilizados serão representados aqui entre colchetes. Desta forma, o apoio dos pais

das crianças, esposos, e companheiros é mencionado nas narrativas da Participante 3 [2], a Participante 13 [11], a Participante 17 [4], e a Participante 24 [3].

Por outro lado, também são observados relatos sobre a falta de apoio destes em outros acontecimentos. Podem ser citados como exemplos as narrativas da Participante 17 [3; 76; 77] a qual contou que precisou conversar com o esposo para convencê-lo a deixá-la estudar; e a Participante 24 [4; 5] a qual relatou que o pai dos seus filhos era contra os estudos dela e restringia a sua liberdade de ir e vir.

A ideia de que a mulher deveria ficar limitada ao espaço privado do lar e evitar o espaço público foi reforçada na sociedade através do discurso masculino conforme Rago (2004) explica:

De modo geral, no momento em que a industrialização absorveu várias das atividades outrora exercidas na unidade doméstica – a fabricação de tecidos, pão, manteiga, doces, vela, fósforo – desvalorizou os serviços relacionados ao lar. Ao mesmo tempo, a ideologia da maternidade foi revigorada pelo discurso masculino: ser mãe, mais do que nunca, tornou-se a principal missão da mulher num mundo em que se procurava estabelecer rígidas fronteiras entre a esfera pública, definida como essencialmente masculina, e a privada, vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos. (RAGO, 2004, p. 494).

Sendo assim, quando se defrontam com uma alteração desse modelo, alguns homens se sentem inseguros e/ou enciumados. Isso pode ser decorrente da ideia de que as mulheres deveriam ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos e/ou dos/das filhos/filhas ao invés de participarem do espaço público, por exemplo, estudando e/ou trabalhando.

A Participante 17 conta no incidente 76 do Quadro 5 que o esposo dela se sentia inseguro e, possivelmente, enciumado, por ela ter retomado os estudos no período em que já estavam casados, de acordo com os trechos: *Aí o esposo não quer deixar você estudar. Ninguém sabe se é ciúmes, ninguém sabe o que é. Aí você fica... Mas você tem que tentar passar pra a pessoa que tá insegura por você tá estudando [...]*. Além disso, afirma que ele queria impedi-la de estudar, como se tivesse autoridade sobre ela dentro de seu relacionamento conjugal.

Essas tentativas de controle, por parte de um homem, da vida da mulher com quem mantém um relacionamento afetivo, e de tolhimento dos seus direitos à liberdade de ir e vir e ao acesso à educação também estão expressas na narrativa da Participante 24. Ela conta que o pai dos filhos dela impedia a sua participação no

espaço público, e, assim, a continuidade de seus estudos, como podemos constatar no seguinte trecho do incidente narrativos 5: *Ele era contra. É. Ele, praticamente. Por ele eu nem saía de casa, né. Vivía numa prisão.*

Ferreira (2017) cita a falta de apoio do marido e dos companheiros das mulheres estudantes do PROEJA em meio a outros obstáculos enfrentados por elas para acessarem a educação, os quais “[...] muitas vezes interditam o itinerário de escolarização desse público e que por consequência vão configurar e demarcar sua inserção no mundo do trabalho.” (p. 20). Como podemos observar, tanto a narrativa da Participante 17 quanto a da Participante 24 trazem a questão da tentativa de controle de sua participação no espaço público pelo esposo ou companheiro, que se impõem como um obstáculo a mais para que elas possam continuar a estudar, se qualificar e se inserir profissionalmente.

3.2.2 Grupo 2: A conjugalidade e a trajetória escolar

O Grupo 2 é composto pelas participantes 6 e 15, que atribuíram a interrupção de suas trajetórias escolares a motivos relacionados ao casamento (conjugalidade) nas suas narrativas. A seguir, apresentamos as análises narrativas de temas que permearam os relatos dessas estudantes nos subtópicos: 3.2.2.1 O casamento, e 3.2.2.2 O acesso à educação por meio da política pública.

3.2.2.1 O casamento

O Quadro 6 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados à temática do casamento nas narrativas das participantes do Grupo 2.

Quadro 6 – O casamento

GRUPO 2		
PARTICIPANTE	INCIDENTES	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES

6	4; 9; 10; 12	<i>Era ao contrário. Ele não me apoiava. Eu desisti de estudar pra casar com 16 anos. [...] Eu me casei. Quando eu conheci o pai dos meus filhos eu tinha 13 anos de idade. Ele tinha 18 anos. Então a paixão foi à primeira vista da minha parte e da parte dele.[...] Só que os meus pais não queriam que eu continuasse o namoro com ele. Foi preciso eu fugir com o meu noivo. E nessa fuga eu desisti de tudo. Desisti, sabe, de tudo. [...] Porque eu acho que naquele tempo eu era uma adolescente que tinha apenas 13 anos e eu tinha uma família muito rigorosa. Pra onde eu ia, se eu sásse, tinha que levar o irmão comigo pra me acompanhar. E aí foi criando um ódio, sabe? Um ódio assim que eu posso te dizer é que meus pais não aceitavam as minhas condições. [...]</i>
15	14; 15	<i>Aí pronto, foi isso. E também que meu ex-marido, ele era muito ciumento, muito, muito mesmo a chegar ao ponto de rasgar os meus livros, e os livros da escola que eu ganhei lá no Terezinha, no Terezinha Camarotti. Ganhei os livros e ele rasgou.[...] Aí desde esse dia que eu não fui mais pra escola. Eu ainda chorei muito, sofri muito. Aí só que eles não me deram outro livro. Se eles tivessem dado outro livro talvez eu teria terminado naquela época, mas eles não me deram outro livro. Aí eu não tinha como estudar sem o livro, aí não fui mais pra escola.</i>

Fonte: Elaboração própria (2022)

Ainda nos tempos atuais a sociedade ensina às mulheres que o casamento deve ser buscado e idealizado como uma instituição social cuja importância estaria acima dos sonhos, projetos pessoais e profissionais delas. Desse modo, as mulheres são incentivadas a sacrificá-los para manter o relacionamento conjugal se assim for exigido delas. De acordo com Louro (2004, p. 379) “A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) uma das construções sociais mais persistentes.” Considerando isso, o Grupo 2 é composto pelas narrativas de duas participantes que relatam que interromperam suas trajetórias escolares devido a motivos relacionados ao casamento.

Conforme observamos no quadro acima, a Participante 6 conta, no incidente narrativo 4, a causa da interrupção de sua trajetória escolar: *Era ao contrário. Ele não me apoiava. Eu desisti de estudar pra casar com 16 anos.* A partir da leitura desse trecho, constatamos que ela parou de estudar porque se casou ainda na adolescência e também que o esposo dela a desencorajava a estudar. Um pouco depois, em sua narrativa, nos incidentes 9 e 10, ela conta mais detalhadamente como conheceu o primeiro esposo, a negativa da família dela em aceitar o relacionamento, até o momento em que deixou a sua família, os seus estudos e os

seus sonhos de adolescente para se tornar uma esposa e, mais adiante, uma mãe de família.

No final do incidente 10, Participante 6 narra como a história de seu relacionamento conjugal a levou interromper os projetos que tinha anteriormente, por exemplo, o de estudar e o de seguir uma carreira profissional. Ela relata que enfrentou o controle rígido da família de origem com relação a sua participação no espaço público e, ao se casar, não teve apoio do esposo para que continuasse freqüentando a escola. Almeida (1998) faz referência ao controle que as famílias exerciam sobre as mulheres na primeira metade do século XX:

Os limites urbanos com seus olhos vigilantes impuseram costumes distintos e hábitos severos. As mulheres, guardadas zelosamente por pais, irmãos e maridos, mantidas intencionalmente na ignorância, não poderiam, senão por meio da educação, ter condições de comandar suas vidas e inserir-se no ainda limitado espaço público. (ALMEIDA, 1998, p. 33).

Embora a autora tenha se referido aos costumes e hábitos impostos às mulheres várias décadas antes das experiências narradas pela Participante 6, constatamos que esta também enfrentou restrições semelhantes a sua participação no espaço público.

Mais à frente, no incidente 12, a Participante 6 explica como acontecia esse controle por parte da família de origem. Verificamos ainda a falta de abertura ao diálogo por parte da mãe e do pai dela, nesse mesmo incidente. Diante dessa situação, ela viu na fuga com o namorado uma forma de adquirir liberdade para poder sair de casa sem a vigilância dos pais e do irmão. Porém, o casamento não lhe trouxe a liberdade pretendida e, com a falta de apoio do esposo para que ela continuasse os estudos, se mostrou, na verdade, como mais um obstáculo para que pudesse participar do espaço público.

Por sua vez, a Participante 15 traz, em sua narrativa, um relato ainda mais impactante sobre a interrupção de sua trajetória escolar, como podemos ver nos trechos a seguir, respectivamente nos acontecimentos dos incidentes 14 e 15: [...] *Ganhei os livros e ele rasgou. [...] Aí desde esse dia que eu não fui mais pra escola. [...].* Através desse ato de violência contra a mulher, o então marido dessa participante, enciumado, prejudicou a educação escolar da esposa sem se importar com os sentimentos de tristeza e frustração dela ao não poder mais participar das

aulas, que ela relata no incidente 15: *Eu ainda chorei muito, sofri muito*. Não houve diálogo, nem acordos, mas sim um homem acreditando exercer a autoridade máxima e inquestionável dentro da família. Essa subordinação da mulher imposta pelo patriarcado expressa na narrativa dela é abordada por Menezes (2020):

Historicamente, as mulheres vêm sofrendo com a desvalorização e com a discriminação de gênero em diversos segmentos da sociedade. Para enfrentar esse cenário, as mulheres têm, ao longo dos anos, reivindicado para terem seus direitos atendidos. No contexto de uma sociedade patriarcal como a que vivemos, coube à mulher uma condição social hierarquicamente subordinada, enquanto ao homem o papel secular de subordinador. (MENEZES, 2020, p. 39).

A partir das narrativas tanto da Participante 6 quanto da 15, identificamos que a sociedade ainda tem imposto às mulheres um lugar de subordinadas e coadjuvantes com relação aos homens. E esse cenário pode ser mudado a partir do empoderamento feminino, que é possibilitado através da promoção do acesso à educação e ao trabalho formal e remunerado, conforme Ferreira (2017).

Por sua vez, o PROEJA, ainda segundo Ferreira (2017), além de qualificar profissionalmente, contribui para o empoderamento, inclusão e emancipação das mulheres, ao possibilitar que conquistem mais autonomia e equidade nas condições de inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, de acordo com a autora, o acesso à educação por parte das mulheres é capaz de ocasionar transformações nas relações de dominação masculina e de combater a violência contra a mulher.

3.2.2.2 O acesso à educação por meio da política pública

O Quadro 7 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados à temática do acesso à educação por meio da política pública nas narrativas das participantes do Grupo 2.

Quadro 7 – O acesso à educação por meio da política pública

GRUPO 2		
PARTICIPANTE	INCIDENTES	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES

6	13; 46	<i>Então eu, quando eu me separei, eu assisto muita televisão, eu gosto muito de ler e eu via aquelas mulheres, assim, mais velhas do que eu um pouco indo para a escola. Eu achava muito bonito. E eu disse: Sabe de uma coisa? Eu vou voltar a estudar. E eu fui com a força e a coragem e a boa vontade e fui. E graças a Deus eu concluí o terceiro ano do meu Ensino Médio. E estou aqui dando uma tabela com a maior satisfação.[...] Eu tô muito feliz por ser uma aluna do IFPE. E muitos queriam estar no meu lugar e não conseguem. Pagando, né, conseguem se pagar, e também não sei se paga. Mas estou muito grata, muito grata mesmo.</i>
15	30; 64	<i>Muitas vezes o interesse depende da gente. No meu caso eu fui interessada, voltei atrás, voltei a estudar. Tive dificuldades? Tive, mas eu fui e conquiei. Mas graças a Deus eu terminei. [...] Os professores, maravilhosos, as aulas, tudo ótimo. Não tenho o que falar. Só agradecer primeiramente a Deus e secundamente a eles porque eu aprendi muito. Acolhimento, o ensinamento, acho tudo maravilhoso, maravilhoso mesmo. E por ele ser uma escola particular e a gente não ter condições e ensinou muito mesmo. Não tem diferença entre rico e pobre, lá não tem. O jeito é igual, maravilhoso. Eu amejei, amejei de coração.</i>

Fonte: Elaboração própria (2022)

Conforme podemos verificamos nas narrativas que compõem o Grupo 2, representadas no quadro acima, tanto a Participante 6 quando a 15 relataram que conseguiram voltar a estudar através da política pública do PROEJA Mulheres, concluindo o Ensino Médio e o Curso de Assistente Administrativo. Observamos, que ambas inicialmente as estudantes, em suas narrativas, atribuem a continuação de suas trajetórias escolares ao interesse delas em estudar. Podemos constatar isso na narrativa da Participante 6, no incidente 13, no trecho: *Eu vou voltar a estudar. E eu fui com a força e a coragem e a boa vontade e fui.* e na narrativa da Participante 15, no trecho do incidente 30: *No meu caso eu fui interessada, voltei atrás, voltei a estudar.*

Entretanto, a Participante 6 também revela, no incidente 13, que o fato de ter visto na TV outras mulheres estudando a incentivou a voltar a estudar, após a separação do esposo que não apoiava os seus estudos. Dessa forma, a visibilidade que foi dada pela mídia ao tema do acesso das mulheres à educação levou a Participante 6 a se sentir motivada a voltar a estudar. Esse processo de motivação através de outras mulheres é explicado por Silva (2020b):

[...] a escola é vista não só como um espaço de realização pessoal, mas também de reforço da dignidade. No entanto, deve-se expandir

essa compreensão para além de considerá-la o resultado de um processo exclusivamente individual. Ao retornar à escola essas mulheres estão indo ao encontro de um processo de empoderamento que inicia na esfera individual, mas acaba difundindo para todo o contexto em que habitam. É comum encontrar histórias de redes que se formam entre estudantes - uma pessoa entra no curso e isso serve de estímulo para que um familiar, uma amiga, vizinha, colega de trabalho também retome os estudos. Essas redes de apoio mútuo são fundamentais para a manutenção das condições para perseverar no curso. (SILVA, 2020, p. 49).

Por outro lado, as Participante 6 e 15 também ressaltam, em suas narrativas, a importância que a promoção de uma política pública de acesso à educação teve para a retomada de suas trajetórias escolares. Menezes (2020) discorre acerca da contribuição do PROEJA Mulheres na garantia dos direitos das mulheres:

O Proeja Mulheres, como uma Política Pública com recorte de gênero, não traz em seu objetivo a utilização do termo empoderamento. No entanto, fala-se em igualdade de direitos entre homens e mulheres, relações de gênero com foco no ser feminino, papel da mulher no trabalho e na sociedade, desvalorização e subordinação da mulher, alertando a necessidade de garantia dos direitos das mulheres, elementos que podem ser compreendidos no âmbito do empoderamento. (MENEZES, 2020, p. 33).

Dessa forma, verificamos, através da leitura das narrativas das participantes do Grupo 2, que o PROEJA Mulheres, como política pública, foi fundamental para possibilitar a garantia do direito de acesso à educação delas. A Participante 6 transmite, a partir de sua narrativa, a importância que essa política pública teve para a sua história, como, por exemplo, no incidente narrativo 46, no trecho: *Eu tô muito feliz por ser uma aluna do IFPE. E muitos queriam estar no meu lugar e não conseguem. Pagando, né, conseguem se pagar, e também não sei se paga. [...] Ao enunciar os acontecimentos desse incidente, ela se emocionou e até chorou ao falar sobre a oportunidade que teve através do PROEJA Mulheres de ser estudante do IFPE. Também expressou sua felicidade em ter conseguido elevar sua escolaridade e se qualificar profissionalmente acessando a educação de forma pública e gratuita, e, assim, realizando o projeto de vida que havia interrompido em decorrência de seu relacionamento conjugal.*

Por seu turno, a narrativa da Participante 15 também alude à importância da política pública para a continuação de sua trajetória escolar. No trecho a seguir, do incidente 64, ela conta sobre a sua experiência ao estudar no IFPE, no por meio do

PROEJA Mulheres, destacando a importância que a mediação e acolhimento dos professores teve pra o seu aprendizado.

Além disso, a Participante 15 refere-se, no incidente 64, à oportunidade que teve de continuar a sua formação acessando a educação de modo gratuito e de qualidade. Inclusive, ela mostra que chegou a pensar que o IFPE fosse uma instituição privada devido à sua qualidade. Nota-se que a imagem de escola pública se apresenta nesse relato em oposição ao de escola privada, pois a primeira estaria associada a uma instituição de baixa qualidade enquanto a segunda, a um local de acolhimento. A estudante menciona também que não teria condições de arcar com os custos de um curso que proporcionasse uma formação semelhante. Assim, sua narrativa aponta para a importância do PROEJA Mulheres para a inclusão das mulheres de condições socioeconômicas menos favorecidas.

As narrativas das participantes que integram o Grupo 2 convergem sobre a relevância da política pública do PROEJA Mulheres para a efetivação do direito das mulheres à educação. Sendo assim, as narrativas da Participante 6 e da Participante 15 corroboram a constatação de Silva (2020b, p. 49) que, para as mulheres estudantes do PROEJA, “[...] a escola é vista não só como um espaço de realização pessoal, mas também de reforço da dignidade.”

3.2.3 Grupo 3: O trabalho remunerado e a trajetória escolar

O Grupo 3 é composto pelas participantes 5 e 10, que atribuíram a interrupção de suas trajetórias escolares a motivos relacionados ao trabalho remunerado nas suas narrativas. A seguir, apresentamos as análises narrativas de temas que permearam os relatos dessas estudantes nos subtópicos: 3.2.3.1 O trabalho e 3.2.3.2 Contribuições do PROEJA Mulheres.

3.2.3.1 O trabalho remunerado

O Quadro 8 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados à temática do trabalho remunerado nas narrativas das participantes do Grupo 3.

Quadro 8– O trabalho remunerado

GRUPO 3		
PARTICIPANTE	INCIDENTE	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES
5	6	Não <u>estava estudando</u> , não. Ou <u>ia estudar</u> ou <u>ia trabalhar</u> . Porque <u>tinha que trabalhar</u> , né, para ajudar a criar essas meninas.
10	4	E <u>daí então</u> eu <u>tava estudando</u> no Projovem e eu <u>concluí</u> , mas <u>depois</u> eu <u>queria</u> terminar os estudos. Só que não <u>tinha</u> como porque ou eu <u>estudava</u> ou eu <u>trabalhava</u> . E, <u>assim</u> , <u>apareceu</u> um trabalho pra mim no Pina que <u>era</u> pra vim de <u>um dia sim, um dia não</u> . <u>Aí não ia</u> dar pra eu permanecer no colégio faltando um dia, o outro não porque <u>às vezes tinha</u> prova e <u>caia</u> no dia que eu <u>tava trabalhando</u> , né? <u>Aí foi daí</u> que eu <u>tive</u> que <u>desistir</u> pra sobreviver, né?

Fonte: Elaboração própria (2022)

No Grupo 3 temos as narrativas das Participantes 5 e 10, conforme o quadro acima, as quais relataram que interromperam as suas trajetórias escolares para trabalhar. Ao não conseguirem conciliar o trabalho remunerado fora de casa, o trabalho doméstico e o estudo, se viram obrigadas a deixarem de estudar, priorizando “as exigências do mundo do trabalho”, como ressalta Silva (2020b, p. 47). A respeito disso, a autora também explica que:

A escola acaba representando um “terceiro turno” de trabalho, pois precisa ser conciliado com o trabalho produtivo e com os cuidados com o ambiente doméstico, que comumente são percebidos como responsabilidade exclusiva das mulheres. (SILVA, 2020b, p. 47, grifo da autora).

O uso da expressão “ter que” para expressar falta de escolha frente a uma adversidade, identificado por Ribeiro (2003), também ocorre nas narrativas das Participantes 5 e 10. Exemplos disso são encontrados na narrativa da Participante 5, no incidente 6, e na narrativa da Participante 10, no incidente 4, em que relatam as dificuldades em conciliarem o estudo com o trabalho e a necessidade de priorizarem o sustento familiar.

Por sua vez, Ferreira (2017) também trata das dificuldades que as mulheres enfrentam para estudar:

Dentre muitos, elencamos as dificuldades objetivas advindas das lutas pela sobrevivência por meio dos empregos precarizados e atividades informais, as múltiplas funções desempenhadas enquanto mulher na esfera reprodutiva e produtiva [...] Esses fatores são

elementos que obstaculizam e muitas vezes interditam o itinerário de escolarização desse público e que por consequência vão configurar e demarcar sua inserção no mundo do trabalho. (FERRREIRA, 2017, p. 20).

Por meio das narrativas das Participantes 5 e 10, constatamos a importância de políticas públicas voltadas para as mulheres que promovam o seu acesso à educação. No passado, elas foram obrigadas a desistir de estudar para trabalhar, porém, o PROEJA Mulheres possibilitou a elas a oportunidade de retornarem à escola.

3.2.3.2 Contribuições do PROEJA Mulheres

O Quadro 9 apresenta os acontecimentos dos incidentes relacionados à temática das Contribuições do PROEJA Mulheres nas narrativas das participantes do Grupo 3.

Quadro 9 – Contribuições do PROEJA Mulheres

GRUPO 3		
PARTICIPANTE	INCIDENTES	ACONTECIMENTOS DOS INCIDENTES
5	26; 29	A gente é muito corajosa. A gente <u>gosta</u> de desafio. Mas <u>foi</u> bom. [...] <u>Fiquei um pouco mais sabida. Aprendi conta, a dividir as coisas, porcentagem. Tá entendendo? Essas coisas assim eu aprendi. Eu já assisto aulas melhor agora. Como ele <u>tava dizendo no curso</u>, esse negócio de desconto, que não <u>tem</u> juros, isso é conversa, que ele <u>explicou</u> a gente. Eu <u>já me ligo</u> mais nas coisas. <u>Foi bom. É sempre bom aprender mais.</u></u>
10	22	Mas eu <u>gostei</u> . <u>Foi uma experiência que eu tive dificuldade e foi como se fosse um, como é que eu <u>posso</u> dizer, um desafio pra mim mesma. Eu <u>sou</u> muito ruim na matemática, eu <u>tenho</u> muita dificuldade e graças a Deus, <u>depois</u> desse curso... Eu <u>tinha</u> dificuldade até em saber valores de dinheiro. Eu <u>tinha</u> dificuldades, mas <u>depois</u> desse curso, o lado bom <u>foi</u> esse, eu <u>consegui</u> reconhecer valores. Eu, pra trabalhar com vendas, eu <u>tinha</u> essa dificuldade, mas <u>agora</u> não. <u>Abriu</u> mais a minha mente. Por isso que eu <u>disse</u>: foi um desafio que eu <u>tive</u> que desafiar a minha própria pessoa e <u>consegui</u>.</u>

Fonte: Elaboração própria (2022)

O retorno à escola tem proporcionado diversos aprendizados às estudantes do PROEJA Mulheres. Estes têm contribuído para as vidas delas não só no âmbito do desenvolvimento de habilidades e saberes escolares, mas também na capacidade de refletir sobre as questões que perpassam o seu cotidiano.

Sobre a retomada da trajetória escolar por meio do PROEJA, Silva (2020b)

destaca que:

Mesmo com biografias marcadas por uma série de dificuldades, comuns à maioria das mulheres trabalhadoras urbanas, as estudantes conseguem voltar à escola. O retorno é encarado como um projeto pessoal sendo realizado. (SILVA, 2020b, p. 48).

As narrativas das participantes que integram o Grupo 3 trazem exemplos disso. Nos acontecimentos dos incidentes representados no Quadro 9, tanto a Participante 5 quanto a 10 se referem à retomada da experiência escolar como um desafio. Inclusive, a Participante 5, no incidente 26, descreve a si e às colegas de turma como sendo corajosas por terem voltado a estudar. Além disso, ambas participantes narram o aprendizado construído através desse desafio como uma conquista. Considerando isso, constatamos que elas também encararam esse retorno como a realização de um projeto pessoal, conforme Silva (2020b) descreve.

Além disso, a Participante 5 pondera, no incidente 29, que se sente mais sabida por ter estudado no curso. A Participante 10, no incidente 22, faz uma consideração semelhante ao afirmar que ele abriu a sua mente. Através desses relatos, portanto, verificamos a contribuição do PROEJA Mulheres para a formação intelectual dessas estudantes.

O Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo oferta os seguintes componentes curriculares: Matemática financeira, Rotinas administrativas, Informática básica, Gênero e Trabalho, Gestão financeira, Gestão de pessoas, Contabilidade, Economia, Empreendedorismo, Legislação. (IFPE, 2017). No Quadro 9, nos acontecimentos dos incidentes, as Participantes 5 e 10 também contam sobre o seu aprendizado nessas disciplinas. Elas mencionam alguns dos conhecimentos que construíram e explicam como os têm empregado no cotidiano.

Por exemplo, as Participantes 5 e 10 fazem referência às habilidades matemáticas que desenvolveram no curso. A Participante 5, no incidente narrativo 29, conta que tem conseguido participar melhor das aulas e avaliar as ofertas de descontos no comércio. Já a Participante 10, no incidente 22, mostra que o curso a qualificou profissionalmente ao relatar que, por meio dele, aprendeu a administrar melhor a sua atividade comercial de trabalhadora autônoma.

De acordo com León (1997 apud MENEZES, 2020, p. 14) “o empoderamento de mulheres consiste na busca pela igualdade de gênero.” Por sua vez, Malhotra,

Schuler e Boender (2002 apud MENEZES, 2020, p.43) “[...] sintetizam e listam as dimensões em que, geralmente, ocorre o empoderamento feminino: econômicas, socioculturais, familiares e interpessoais, legais, políticas e psicológicas.” Menezes (2020) subdividiu essas dimensões na pesquisa que realizou com estudantes do PROEJA Mulheres acerca desse empoderamento.

Nessa perspectiva, em nosso estudo, identificamos elementos pertencentes às Dimensões Econômica e Psicológica nas narrativas das Participantes 5 e 10 apresentadas nos acontecimentos dos incidentes do Quadro 9. No que concerne à Dimensão Econômica, dentre as categorias propostas por Menezes (2020), observamos o Acesso ao emprego, e o Controle e autonomia sobre a renda. Identificamos a primeira categoria na narrativa da Participante 10, no incidente 22, quando relata que o curso contribuiu para o seu trabalho com vendas. Já a segunda categoria é observada no incidente 29 da Participante 5, e no incidente 22 da Participante 10 quando contam que aprenderam a calcular valores por meio do curso.

Quanto à Dimensão Psicológica, identificamos, nas narrativas do Grupo 3, as categorias Autoestima e Auto-eficácia propostas por Menezes (2020). A Autoestima está presente na narrativa da Participante 5, quando ela se classifica como corajosa no incidente 26, e sabida no incidente 29, por ter estudado no curso. Também está na narrativa da Participante 10, no incidente 22, quando ela conta que *era ruim na matemática*, e venceu essa dificuldade depois de ter estudado no curso. Os acontecimentos deste incidente apontam que este aprendizado influenciou a autoestima dela.

Por sua vez, a Auto-eficácia pode ser observada nos incidentes narrativos 26 e 29 da Participante 5, e no incidente 22, da Participante 10, nos quais elas contam como conseguiram superar os desafios por meio do curso. Portanto, ao analisarmos os acontecimentos dos incidentes narrativos do Quadro 9 considerando essas dimensões e suas categorias, concluímos que o curso do PROEJA Mulheres também contribuiu para o empoderamento feminino dessas participantes.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

Um dos objetivos específicos da pesquisa consistiu em registrar, na forma de coletânea, as narrativas enunciadas pelas estudantes mães que participaram das entrevistas narrativas. Essa coletânea de narrativas compôs o produto educacional da pesquisa, intitulado de “Narrativas de Estudantes Mães do PROEJA Mulheres”. As estudantes do PROEJA Mulheres correspondem ao público-alvo que buscamos alcançar por meio do produto educacional desenvolvido nessa pesquisa. Porém, outros públicos também podem ser beneficiados a partir da leitura da coletânea de narrativas desse produto, por exemplo, mulheres vinculadas a outros cursos ou que não estão estudando no momento.

O desenvolvimento, aplicação e a avaliação de produtos educacionais como materiais educativos são requisitos dos mestrados profissionais, conforme Leite (2018) afirma:

[...] os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. O trabalho final do curso deve incluir um relato fundamentado dessa experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante. (LEITE, 2018, p. 331).

Considerando isso, o produto educacional desta pesquisa foi aplicado para as estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE. Elas foram contatadas individualmente por meio do aplicativo de mensagem *Whatsapp*, e, nesta ocasião, foi explicada a importância da participação delas na aplicação e avaliação do produto educacional. Em seguida, a coletânea de narrativas foi enviada para elas num arquivo em formato PDF. Foi solicitado que a lessem e, em seguida, respondessem a avaliação do produto educacional, a qual foi proposta por meio de um formulário eletrônico do *Google Forms*. O total de seis (6) estudantes do PROEJA Mulheres realizaram essa avaliação.

As questões do formulário da avaliação do produto educacional foram elaboradas de acordo com a proposta de validação participativa de materiais educativos elaborada por Ruiz *et al.* (2014 apud LEITE 2018):

Ruiz *et al.* (2014) consideram que a validação de materiais educativos possa ocorrer por meio de entrevistas individuais, coletivas ou grupos de discussão. Sugerem a organização de um guia de perguntas a partir de cinco componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação. (RUIZ *et al.*, 2014 apud LEITE, 2018, p. 334).

Dessa forma, o formulário da avaliação do produto educacional foi composto por cinco (5) questões, sendo uma (1) questão fechada e quatro (4) questões abertas. Cada questão buscou abranger um dos componentes do guia de perguntas de Ruiz *et al.* (2014 apud LEITE 2018).

A primeira questão proposta foi: **Você se identificou com o tema desse produto educacional ao ler as histórias da coletânea Narrativas de estudantes mães do PROEJA Mulheres?**. Ela diz respeito ao componente **envolvimento**, o qual “averigua se o destinatário reconhece o material como destinado a ele.” (RUIZ *et al.*, 2014 apud LEITE, 2018, p. 335). Seis (6) estudantes (100%) responderam *Concordo totalmente*.

A segunda questão proposta foi: **Qual mensagem esse produto educacional passou para você?**. Ela é relativa ao componente **compreensão**, que “implica perguntar se os conteúdos do material são entendidos pelo grupo destinatário.” (RUIZ *et al.*, 2014 apud LEITE, 2018, p. 334). As respostas das estudantes foram representadas no Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 - Compreensão

<p>Estudante 1: <i>Gratidão estudar sempre</i></p> <p>Estudante 2: <i>Que as mulheres pode sim fazer o que querem estudar trabalhar não tem que ter permissão de marido</i></p> <p>Estudante 3: <i>Apoiar o outro a crescer e evoluir e importante para quem está se esforçando para recuperar o tempo que ficou para trás e ir em busca do aprendizado, que em si o conhecimento e a única coisa que o ladrão nunca roubar seu , e não desistir jamais...</i></p> <p>Estudante 4: <i>Não desistir</i></p> <p>Estudante 5: <i>Mulheres</i></p> <p>Estudante 6: <i>Mulheres atualizadas</i></p>
--

Fonte: Elaboração própria (2022)

A terceira questão proposta foi: **A mensagem desse produto educacional pede que você faça algo? Você recomendaria que alguma pessoa próxima de você também fizesse isso?**. Ela se refere ao componente **mudança de ação**, que “busca comprovar se o material estimula uma mudança de olhar e atitude.” (RUIZ *et al.*, 2014 apud LEITE, 2018, p. 335). As respostas obtidas foram apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Mudança de ação

<p>Estudante 1: <i>Com certeza</i></p> <p>Estudante 2: <i>Sim temos que apoiar umas as outras</i></p> <p>Estudante 3: <i>Em busca de conhecimento, tem que ser como sentir fome se alimente de que te faça crescer como ser humano...</i></p> <p>Estudante 4: <i>Sim</i></p> <p>Estudante 5: <i>Sim</i></p> <p>Estudante 6: <i>Não entendi esta pergunta</i></p>
--

Fonte: Elaboração própria (2022)

A quarta questão proposta foi: **Você tem algum elogio para fazer sobre esse produto educacional? Qual?**. Ela está relacionada ao componente **atração**, que “consiste em verificar se os conteúdos do material são entendidos pelo grupo destinatário..” (RUIZ *et al.*, 2014 apud LEITE, 2018, p. 334). As estudantes

responderam conforme mostrado no Quadro 12.

Quadro 12 - Atração

Estudante 1: <i>Parabéns educar sempre é bem vindo.</i>
Estudante 2: <i>Um bom trabalho isso vai servir de exemplo para outras mulheres</i>
Estudante 3: <i>Um bom incentivo para quem tem dúvidas se deve ou não ir em busca de conhecimento e evolução nunca é tarde...</i>
Estudante 4: <i>O contexto que abordaram muito interessante</i>
Estudante 5: <i>Amei desabafar</i>
Estudante 6: <i>A cada dia adquirindo experiência e sabedoria</i>

Fonte: Elaboração própria (2022)

A quinta questão proposta foi: **Você tem alguma crítica ou sugestão para melhorar esse produto educacional? Qual?**. Ela está relacionada ao componente **aceitação**, que “permite confirmar se o enfoque, conteúdos e linguagem foram aceitos.” (RUIZ *et al.*, 2014 apud LEITE, 2018, p. 335). Quadro 13 apresenta as respostas das estudantes.

Quadro 13 - Aceitação

Estudante 1: Nunca desistir
Estudante 2: Não
Estudante 3: Não
Estudante 4: Está maravilhoso
Estudante 5: Maravilhoso
Estudante 6: Está perfeito!

Fonte: Elaboração própria (2022)

Observamos que as respostas obtidas por meio dessa avaliação indicam que o produto educacional tem relevância para as estudantes do PROEJA Mulheres, pois todas as que o avaliaram responderam que se identificaram com a sua temática.

Elas mostraram que compreenderam a mensagem dele, e que fizeram reflexões acerca da importância do acesso aos direitos à liberdade, à educação e ao trabalho

por parte das mulheres, conforme registrado no Quadro 10, referente ao elemento compreensão. Além disso, expressaram que recomendariam a mudança de ação proposta pela mensagem do produto para outras pessoas, como observamos no Quadro 11.

No Quadro 12, as estudantes fizeram elogios ao produto educacional, caracterizando-o como um incentivo à educação e como um exemplo para as mulheres, e relacionando-o à sua experiência de vida. Por fim, como verificamos no Quadro 13, o produto educacional foi bem aceito por aquelas que o avaliaram. A participação das estudantes na sua elaboração, aplicação e avaliação foi muito importante, pois permitiu uma troca de conhecimentos e contribuiu para a melhoria dele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser mulher, estudante e mãe, simultaneamente, é uma tarefa árdua, conforme as participantes da pesquisa relatam. As histórias delas são permeadas de situações adversas que se interpuseram às trajetórias escolares em determinados momentos de suas vidas. Por outro lado, suas narrativas também remontam à continuidade das trajetórias escolares oportunizada pela política pública do PROEJA Mulheres.

Esta pesquisa teve por objetivo geral compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres. Ao analisarmos os dados obtidos através das respostas das participantes ao questionário da pesquisa, conhecemos o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA Mulheres, o que correspondeu ao primeiro objetivo específico da pesquisa. A partir da análise das narrativas informadas pelas participantes nas entrevistas, refletimos sobre as contribuições do PROEJA Mulheres para a construção identitária dessas estudantes, correspondendo ao segundo objetivo específico. Por fim, com o registro das narrativas na forma de coletânea, elaboramos o produto educacional, alcançando, assim, o terceiro objetivo específico.

As mulheres estudantes do PROEJA Mulheres de diferentes faixas etárias e etnias participaram da pesquisa, na etapa da aplicação dos questionários, da realização de entrevistas narrativas, e também do processo de elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional. Com isso, a pesquisa abrangeu a temática da inclusão e de gênero, propondo reflexões acerca delas. A contribuição das estudantes para a pesquisa foi além do compartilhamento de suas informações, histórias e experiências de vida. Por meio de suas narrativas, elas também refletiram sobre si enquanto sujeitos e (re)construíram suas identidades. Desta forma, a pesquisa atendeu aos princípios que guiam o PROEJA citadas no Documento Base (BRASIL, 2007): da inclusão; da pesquisa como fundamento da formação do sujeito; e das condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

Por meio deste estudo, conseguimos identificar três grupos narrativos, a partir do enredo dos relatos. Os dois primeiros formam um grande agrupamento no qual questões relacionadas aos papéis de gênero têm força preponderante sobre as mulheres, funcionando como interdito para a continuidade da trajetória escolar. Deste interdito emerge a suspensão dos possíveis encaminhamentos identitários

decorrentes dessa trajetória, encolhendo as perspectivas identitárias das mulheres. Esse encolhimento, como vimos, não é inócuo. Ele afeta a construção de possibilidades de atividade laboral qualificada e suficientemente remunerada para uma vida digna.

Em última análise, podemos afirmar que o encolhimento dos encaminhamentos identitários decorrentes de papéis de gênero terminam por ferir os princípios da Omnilateralidade, a inclusão, a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos, a ampliação do direito à educação básica, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como fundamento da formação do sujeito, e as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. (BRASIL, 2007).

Como resultado, há uma ruptura de fundamentos do Estado Democrático de Direito preconizados em documentos internacionais e traduzidos da CF de 1988, no seu artigo primeiro, especialmente no que concerne à cidadania, à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Ainda sobre o promulgado como fundamento do Estado Democrático de Direito, identificamos nesse interdito, elementos propiciadores do esgarçamento da tessitura social preconizada no texto constitucional quanto aos direitos e garantias fundamentais no Art. 5º, Inciso I que diz que “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.” (BRASIL, 2020, p. 2).

Dessa forma, a política pública do PROEJA Mulheres, ao promover a reconstrução das identidades das mulheres enquanto estudantes, tem se mostrado fundamental para a garantia do direito das mulheres ao acesso à educação. Ao fomentar a elevação da escolaridade e o acesso à educação profissional e tecnológica de forma pública e gratuita, tem também contribuído para o empoderamento feminino e para a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALFANO, Bruno. Educação de Jovens e Adultos tem menor investimento da década. **O Globo**, 29 dez. 2019. Sociedade. Disponível em: https://ava.cefor.ifes.edu.br/pluginfile.php/939856/mod_resource/content/1/Sem%20ensino%20EJA%20tem%20o%20menor%20investimento%20da%20d%C3%A9cada.pdf . Acesso em: 15 out. 2020.
- ALLEMBRANDT, Débora. Feminismo e Ciência. Cap. 4, p. 63-78. *In*: CARVALHO, Ana Paula Comin *et al.* **Desigualdade de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000028.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2021.
- ALVARENGA, Marcia Soares de. A Educação de jovens adultos no PNE 2014-2024: entre os ajustes econômicos e os direitos sociais na atual conjuntura de crises no Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Universidade Estácio de Sá, v. 13, n. 33, p. 122-138. 2016. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/2434>. Acesso em: 23 set. 2020.
- ANDRÉ, Marli. Questões sobre os fins e sobre os métodos de pesquisa em Educação. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.1, n. 1, p. 119-131, set. 2007. Disponível em: <http://www.reeduc.ufscar.br/index.php/reeduc/article/view/6/6>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- ANDRÉ, Marli; PRINCEPE, Lisandra. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 103-117, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n63/1984-0411-er-63-00103.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio - Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 16 nov.

2020.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRUNER, Jerome. **Acts of Meaning**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

CALHA, António. O uso da autobiografia na educação de adultos: modos narrativos de valorização e legitimação da experiência profissional. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 22, n. 71, p. 1-18. Out./ dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-e227168.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2021.

CARLA, Maria. Governo reduz investimento na EJA e deixa modalidade com os dias contados. **SINPRO-DF**, 15 jan. 2020. Disponível em: HTTPS://AVA.CEFOR.IFES.EDU.BR/PLUGINFILE.PHP/939852/MOD_RESOURCE/CONTENT/2/GOVERNO%20REDUZ%20INVESTIMENTO%20NA%20EJA%20E%20DEIXA%20MODALIDADE%20COM%20OS%20DIAS%20CONTADOS.PDF. Acesso em: 15 out. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**. 06 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132. Set./ dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

COLETIVO FILHAS DO VENTO. **Quem somos**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://filhasdoventocoletivo.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FERREIRA, André Bastos *et al.* Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. **Boletim direitos na pandemia**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), v. 1, n. 9, p. 1-15, nov. 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-9/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

FERREIRA, Maria José de Resende. **Interdições e resistências**: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/8529/1/tese_11460_Tese%20-%20Maria%20Jos%C3%A9%20de%20Resende%20Ferreira.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, V.15, N. 42, p. 259-268. 2001. Disponível em: https://ava.cefor.ifes.edu.br/pluginfile.php/966166/mod_resource/content/1/Cartas%20de%20Paulo%20Freire%20aos%20professores.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 1. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

GATTI, Bernardete A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBPAE**, v. 28, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066/23315>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. A narrativa como lugar da expressão de identidade social. Cap. 4, p. 63-79. *In*: HOFFNAGEL, Judith Chambliss. **Temas em antropologia e linguística**. Recife: Bagaço, 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: Estatísticas de Gênero – Brasil. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-13,45,46,47,48,128&ind=4699>. Acesso em: 04 fev. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: Estatísticas de Gênero – Paulista. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=261070&cat=-1,1,2,-2,-13,45,46,47,48,128&ind=4699>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: Estatísticas de Gênero – Pernambuco. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=26&cat=-1,1,2,-2,-13,45,46,47,48,128&ind=4699>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IFPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo – PROEJA (Mulheres) - PPC**. Paulista: IFPE, 2017. Disponível em: https://portal.ifpe.edu.br/campus/paulista/cursos/qualificacao-profissional/assistente-administrativo/projeto-pedagogico/ppc_proeja_ass-adm-nov2018.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

KOFES, S. **Mulheres, mulheres**- identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In*: CONGRESSO IBERO AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA(CIAIQ), 7., 2018, [S.I.]. **Anais [...]**. [S.I.]: Atas CIAIQ, 2018. P. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 30 jul. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia:

Hecus, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. Cap. 13, p.371-403. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MACHADO, Maria Margarida. Quando atrofiar e desqualificar são condições para manutenção da subalternidade. **Cad. Pesq.** São Luís: UFMA, v. 26, n. 4, p.156-168. out./dez., 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13056>. Acesso em: 23 set. 2020.

MAIA, Maria da Conceição Reis. **Contribuições do Curso Superior em Gestão Ambiental do IFPE para a formação do sujeito ecológico**. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife, 2015.

MARCOLIN, Samuel Pereira. **Escritas entre si**: memórias e narrativas históricas de estudantes da EJA. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174783/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20Biblio%20Formato%20A5%20SAMUEL%20MARCOLIN.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. P. 222 – 231. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

MATOS, Marlise; ANDRADE, Luciana. Mulheres, Violências, Pandemia e as Reações do Estado Brasileiro. Cap. 14, p.181-193. *In*: MATTÁ, Gustavo Corrêa *et al.* (org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MELO, Marli Alves Flores. Pandemia da COVID-19: Efeitos retratados na educação pública brasileira. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**. Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 79-97, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/407>. Acesso em: 1 ago. 2022.

MENEZES, Fernanda Maria Lira de. **Projeja Mulheres**: um olhar atento às questões do empoderamento feminino. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. 2020. 117p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, Dante Henrique. A integração curricular da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja). **Cadernos de Pesquisa em Educação**. Vitória: PPGE/UFES, a. 11, v. 19, n. 39, p. 30-49, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Leonardo Davi Gomes de Castro. Pesquisa narrativa e educação: algumas considerações. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 13., 2017, Curitiba. **Anais[...]**. Curitiba: PUCPR, 2017.

OLIVEIRA, Ramon de. A pesquisa em educação: a gestão educacional como tema do debate. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 48, p. 273-294, jan./mar. 2019.

PAES-SOUSA, Rômulo; LIMA, Nísia Verônica Trindade; BUSS, Paulo Marchiori. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00177020, Jun. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1116/a-pandemia-de-covid-19-uma-crise-sanitaria-e-humanitaria>. Acesso: em 31 Jan. 2021.

PIMENTA, Denise Nacif *et al.* Leituras de gênero sobre a Covid-19 no Brasil. Cap. 12, p.159-170. *In*: MATTA, Gustavo Corrêa *et al.* **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PROLUTA: A sala de aula é nosso lugar. Vitória, ES, 2020. Disponível em: <https://www.sinasefeifes.org.br/wp-content/uploads/2020/04/nota-de-repudio-2.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. Cap. 17, p.484-507. *In*: DEL PRIORE, Mary(org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Educação & Realidade**. v.35, n.1, 65-85. jan./abr. 2010.

RAVAGNOLI, Neiva Cristina da Silva Rego. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. **The Specialist**, São Paulo, v.39, n. 3, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2318-7115.2018v39i3a2>. Acesso em 17 dez. 2020.

RIBEIRO, Anália Keila Rodrigues. **O tempo na narrativa**: significando a experiência escolar. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RIBEIRO, Anália Keila; LYRA, Maria C. D. P.O processo de significação no tempo narrativo: uma proposta Metodológica. **Estudos de Psicologia**, v. 13, n. 1, p.65-73. 2008.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo 1. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

ROVER, Ardinete; Mello, Regina Oneda. **Normas da ABNT: orientações para a produção científica**. Joaçaba: Unoesc, 2020.

SAHAGOFF, Ana Paula. Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. *In: SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – SEPESQ*, 11., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 19-23 out. 2015. Disponível em: https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/879/1013.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Katiúscia da Silva. Estudantes-mães na Educação de Jovens e Adultos: a experiência da ciranda para a inclusão na modalidade. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS*. 6., 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vialfaeeja/218116-estudantes-maes-na-educacao-de-jovens-e-adultos--a-experiencia-da-ciranda-para-a-inclusao-na-modalidade/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

SANTOS, Katiúscia da Silva; COSTA, Davi da Silva. Ciranda na EJA: Relatos de um estudo de pesquisa-ação com mulheres-mães em contexto de (re) existência. *In: SANTOS, Katiúscia da Silva; NUNES, Eduardo José Fernandes; SANTOS, Paulo José Pereira dos (Orgs.). Educação na contemporaneidade: globalização, novas aprendizagens e emancipação*. Curitiba: CRV, 2019. Cap. 14, p. 213-228.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165. jan./abr. 2007.

SILVA, Aline Severo da. As mulheres estudantes da EJA/EPT. p. 23-25. *In: Histórias que Merecem ser Contadas*. Sapucaia do Sul: Instituto Federal Sul-riograndense, V. 7, N. 1, out. 2020. 182 p. Disponível em: https://ava.cefor.ifes.edu.br/pluginfile.php/940913/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3rias%20que%20merecem%20ser%20contadas%202020.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

SILVA, Aline Severo da. **Mulheres na EJA/ EPT (PROEJA): uma aproximação a partir das histórias de vida**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) -Instituto Federal Sul-riograndense, Campus Charqueadas. 2020. 78 p.

SILVA, Christiane Leolina Lara *et al.* O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 454-470. jan. 2017.

SILVA, Jerry Adriani da Silva; OLIVEIRA, Heli Sabino de. O mundo do trabalho e os/as educandos/as da educação de jovens e adultos – EJA: “é possível ter

segurança nesse emaranhado de formas de viver?”. **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras/PB, v. 3, n. 5, p. 143-161, jan.- jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle> ou http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&Itemid=109. Acesso em: 21 out. 2020.

VIEIRA, Bianca. Mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro: Um balanço das políticas públicas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499353872_ARQUIVO_Mulheresnegrasnomercadodetrabalhobrasileiro.pdf. Acesso em: 1 ago. 2022.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

NARRATIVAS DE ESTUDANTES MÃES DO PROEJA MULHERES



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO - CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

EDLAMIR COELHO DA SILVA

NARRATIVAS DE ESTUDANTES MÃES DO PROEJA MULHERES

Olinda/ PE

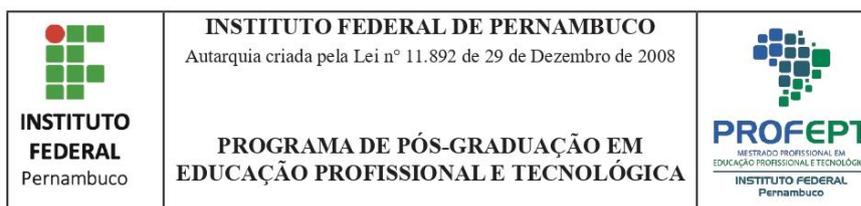
2022

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE
Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT
Produto Educacional do Mestrado Profissional em
Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

Autoria: Edlamir Coelho da Silva

Orientação: Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Diagramação e ilustração: Agnaldo Tavares
agnaldo.valenca@gmail.com



EDLAMIR COELHO DA SILVA

**MATERIAL TEXTUAL - COLETÂNEA DE NARRATIVAS: NARRATIVAS DE
ESTUDANTES MÃES DO PROEJA MULHERES**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 31 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Instituto Federal de Pernambuco

Orientadora

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa

Instituto Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Magna do Carmo Silva

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1 NARRATIVA DE MARIA	5
2 NARRATIVA DE VÂNIA	7
3 NARRATIVA DE AMANDA	9
4 NARRATIVA DE POLIANA	11
5 NARRATIVA DE JULIETTY	13
6 NARRATIVA DE VANESSA	16
7 NARRATIVA DE IVANILDA	21
8 NARRATIVA DE HELENA	26
REFERÊNCIAS	31

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de narrativas se constitui no produto educacional elaborado a partir da pesquisa Estudantes Mães: Identidades no PROEJA, desenvolvida no Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), sob a orientação da Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro.

Nossa pesquisa teve por objetivo geral compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres do IFPE, do Campus Paulista. Um dos objetivos específicos da pesquisa foi registrar, na forma de coletânea, as narrativas enunciadas pelas estudantes mães que participaram de entrevistas narrativas, compondo assim este produto educacional. A coleta de dados ocorreu de forma remota, pois a pesquisa foi realizada durante o período da Pandemia de Coronavírus (COVID-19). As participantes foram mulheres estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista que estiveram vinculadas ao curso a partir do ano de 2018.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2020) garantiu direitos igualitários a homens e mulheres. Porém, elas continuam enfrentando uma série de obstáculos para acessarem o direito à Educação. Dentre estes, Ferreira (2017) destaca:

[...] as dificuldades objetivas advindas das lutas pela sobrevivência por meio dos empregos precarizados e atividades informais, as múltiplas funções desempenhadas enquanto mulher na esfera reprodutiva e produtiva, a falta de apoio familiar, que muitas vezes configuraram-se por meio da oposição do pai, marido/companheiros e inclusive das/os filhas/os e da ausência do poder público, em relação a implementação de políticas de apoio ao trabalho reprodutivo para as mulheres no que diz respeito à inexistência de infraestrutura como creches e escolas no período integral para suas/seus filhas/os e casas de assistência as/aos idosas/os entre outras políticas de cuidado. (FERREIRA, 2017, p. 20).

Estas dificuldades, resultantes da sobrecarga de funções atribuídas às mulheres e da falta de apoio da família e do Estado, prejudicam a continuidade das trajetórias escolares das mulheres.

Por sua vez, a política pública do PROEJA Mulheres, desenvolvida e implementada pelo IFPE, busca garantir a elas o direito à educação. O IFPE foi pioneiro ao ofertar um curso PROEJA voltado para as mulheres. Em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, tem promovido a elevação da escolaridade e a qualificação profissional delas. Dessa forma, o IFPE põe em prática os ideais da escola pública apontados por Libâneo (2015, p. 10) como principais, que são “[...] o da igualdade de oportunidade em geral e, em particular, o da igualdade de direitos entre homens e mulheres.”.

Cada estudante tem uma bagagem de experiências individuais construídas por meio das interações sociais realizadas, a qual deve ser valorizada pela escola. O Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007) recomenda que se busque conhecer os sujeitos da EJA, ouvir e considerar suas histórias e saberes, e também compreender sua diversidade de gêneros, raças, etnias e gerações.

Conforme Ribeiro (2003), as pessoas constroem suas identidades por meio da narrativa, que é necessária para a existência da sociedade. A autora também explica que a narrativa é “[...] um instrumento para a interpretação da experiência dentro da esfera da cultura e do sistema simbólico da linguagem.” (p.14). Em seu estudo sobre autonarrativas elaboradas por adultos e adultas, Calha (2017) constata que eles e elas selecionam os acontecimentos que consideram mais importantes e coerentes com a imagem que desejam passar de si, influenciados/as por um contexto cultural. O autor também afirma que “A prática educativa baseada nas abordagens autobiográficas objetiva a valorização da aprendizagem dos sujeitos ao longo da sua vida e nos mais variados contextos.” (CALHA, 2017, p. 16).

Considerando isso, oito participantes da nossa pesquisa que se identificaram enquanto estudantes mães contaram suas histórias de vida em entrevistas narrativas. Suas narrativas foram transcritas, compiladas, organizadas em um arquivo de texto e editadas. Estas participantes leram e avaliaram suas narrativas individualmente, autorizaram suas publicações na forma de uma coletânea e escolheram pseudônimos, respeitando as questões de sigilo da pesquisa. Em seguida, este produto educacional foi aplicado para as estudantes do PROEJA Mulheres do Campus Paulista do IFPE e avaliado por elas.

Nos capítulos desta coletânea, apresentamos as narrativas das estudantes identificadas pelos pseudônimos: Maria (Participante 24), Vânia (Participante 3), Amanda (Participante 13), Poliana (Participante 5), Julietty (Participante 6), Vanessa (Participante 17), Ivanilda (Participante 10), e Helena (Participante 15). Dentre os temas abordados por elas estão: educação, trabalho, maternidade, família, afetividade, casamento, divórcio, percepções de si, expectativas, sonhos, planos, vivências e sentimentos durante o período pandêmico, dentre outros. Através de suas narrativas, podemos conhecer um pouco sobre elas.

Pretendemos, por meio desta coletânea de narrativas, valorizar as histórias e experiências de vida das estudantes mães do PROEJA Mulheres. Esperamos também que a leitura das inspiradoras narrativas dessas mulheres possa incentivar outras pessoas, especialmente outras mulheres, a continuarem estudando e a buscarem a realização de seus sonhos e projetos de vida.

1 NARRATIVA DE MARIA

No momento moramos só e meus dois filhos. Eles não me ajudam nos estudos porque ainda são pequenos. Um tem 13 e o outro tem 11 anos de idade. O pai dos meus filhos já faleceu. Ele não me apoiava nos estudos, era contra. Por ele eu nem saía de casa. Vivía numa prisão. Atualmente estou namorando e ele apoia meus estudos, me ajuda cuidando dos meus meninos enquanto eu vou para o curso.

Quando meus filhos nasceram eu não estava estudando. Eu morava no interior, em Arcoverde. E do interior vim aqui para Recife. Lá em Arcoverde eu estudava. Eu me mudei para cá e parei os estudos, no tempo que eu engravidei também do meu filho mais velho. Depois voltei a estudar para terminar os meus estudos, para ter uma escolaridade boa, futuramente ter um emprego bom. E mostrar para os meus filhos que vale a pena estudar.

Para uma mulher é mais dificultoso estudar porque é tanto problema na cabeça, mas nada é impossível. O problema da mulher foi questão de filho, questão de casa, organização. Tudo isso toma o seu tempo. E para você estudar aí fica muita coisa na cabeça da mulher. Só aquela que tiver coragem mesmo de enfrentar a realidade. Estudar, concluir o Ensino Médio e fazer um curso de qualificação profissional é importante para as mulheres por conta que é um futuro caminhado. Não é fácil, mas também não é impossível. E vale a pena porque ela vai ter um curso básico, ter alguma coisa. E estudar cada vez mais é melhor ainda. Isso é o que eu acho.

Estudar o Ensino Médio e a qualificação profissional ao mesmo tempo foi bom. Foi uma coisa que eu comecei a descobrir. No começo, fiquei com medo porque achei que não ia conseguir. Mas, depois, vi que eu consigo, em nome de Jesus. Eu não sou pior do que ninguém. Num momento a gente fica com medo, mas agora está tranquilo.

Estudar em duas escolas ao mesmo tempo, no IFPE e na Escola Estadual, foi muito corrido. Achei um pouco complicado, mas está dando para levar também. Não é fácil porque você tem que ser mãe, tem que ser estudante e tem que ser mulher. É difícil. Você ter três profissões e saber lidar com as três. Mas eu estou tentando. E, no momento, estou indo de bicicleta para o curso porque é mais distante.

O que achei melhor no curso do PROEJA Mulheres e no IFPE foi que os professores ensinam bem. Você aprende algumas coisas que a gente não sabia. Tipo, a organizar até a sua própria vida. Eu gostei porque ali estão me ensinando a me organizar. Não acho que tenha alguma coisa para melhorar, está bom demais assim. As pessoas do curso me acolheram bem e estudar numa turma só de mulheres foi tranquilo, tudo em paz.

No momento ainda não pretendo trabalhar como assistente administrativa porque ainda não me sinto preparada. Talvez até o final do curso, pode ser que ali eu tome uma decisão de querer seguir essa profissão. Pretendo continuar estudando, mas ainda não pensei em outro curso. Ainda estou trabalhando nisso, também. Eu termino esse ano.

A pandemia de COVID-19 afetou a minha vida porque era tudo presencial e muitas coisas agora viraram online. Até a escola dos meus filhos ficou online, até o meu estudo também ficou online. E também deixou

— |

— |

marcas porque o pai dos meus filhos morreu de COVID. Deixou uma marca muito grande que mexeu muito comigo e com toda a minha família.

No momento eu não trabalho fora, trabalho em casa normal, fazendo as coisas. Sou estudante e dona de casa. O trabalho de casa foi afetado pela pandemia porque ficou corrido por conta de limpeza. Tem que limpar mais, tem que usar álcool em gel, lavar máscara. O trabalho aumentou.

Estou tentando acompanhar as aulas remotas, mas dá uma dificuldadezinha. Nada que não venha a resolver. Às vezes, quando a gente está com alguma dificuldade, a gente fala com o professor e ele ajuda no máximo que puder. As colegas também ajudam.

O que eu quero dizer para outras mulheres é que não desistam dos sonhos delas. Continuem lutando que a vitória é nossa. Porque não existe mulher nem pior, nem melhor. Existe mulher guerreira e lutadora. Só isso.

2 NARRATIVA DE VÂNIA

Na minha casa só moram eu, meus dois filhos e meu marido. Tenho dois filhos: a menina tem 15 e o menino tem 20 anos. Já terminei o Ensino Médio. Meu marido e meus filhos apoiam meus estudos. Se ele não apoiasse, ia escutar. Tem isso não, comigo, não. A mulher não deve deixar com que os homens interrompam na vida dela.

Quando engravidei do meu menino, o meu primeiro filho, eu estava estudando. Aí eu parei de estudar. Desisti. Depois que ele cresceu mais um pouquinho, e estava com uns dois anos de idade, retornei ao estudo. Depois eu parei de novo. Aí eu engravidei da minha segunda, da minha menina. Depois eu comecei a estudar, mas parei novamente e fiquei em casa. O tempo que eu tinha era à noite. Eu tinha que deixar a minha menina na casa da minha tia e tinha que buscar na hora que eu largava. Era muito tarde. Ela dormia e depois eu a trazia no sereno. Por isso que eu desisti.

Sempre estudei aqui na Escola Dr. Luiz Cabral de Melo, em Maranguape II. Terminei nela os estudos. Eu parei de estudar quando engravidei. Voltei a estudar porque eu queria terminar. Só que sempre tinha alguma coisa que não deixava eu terminar. Quando foi em 2017, eu acho, consegui fazer a matrícula do meu menino na escola em que eu estudava. Ele estudava numa escola particular, mas eu não estava mais com condições de pagar. Por isso o transferei para uma escola pública. Ele ia terminar o Ensino Médio. Aí encontrei umas pessoas que eram muito antigas lá no colégio, que me conheciam. Elas disseram: “Mulher, volta a estudar. Tu entraste aqui e estava fazendo tudo certinho. Por que tu não voltas?” Então eu disse: “É, vou voltar. Pelo menos eu termino meus estudos. E também vou colocar meu filho aqui e vou ter acesso amplo à atenção dele para ver se ele está reagindo, para ver se ele está se comportando no colégio.” Por isso o que levou de volta à escola foi o estudo. Fiz as duas coisas: estudei e acompanhei o meu filho. Ele estudava na parte da manhã, mas à noite muitos professores ainda estavam lá. Eu perguntava e eles diziam: “Não. Tá tudo bem com o seu filho. Tá tudo ótimo.” Então não desisti e fiquei lá também para saber como ele se comportava na escola.

Por um lado é mais difícil para as mulheres estudarem do que os homens. Porque quem cuida mais dos filhos é as mães. Os pais não têm dificuldade de sair, nem de ir à escola, mas a mulher tem. Tem que ficar em casa com menino enquanto eles estão pequenos. Por isso mesmo que desisti enquanto eles estavam pequenos.

É muito importante terminar os estudos e fazer um curso. Acho mesmo. É até mais forte. Eu gostei muito de estudar o Ensino Médio e a qualificação ao mesmo tempo. Fui a primeira a aceitar, lá na sala, estudar no IFPE e no colégio. Na hora eu aceitei. É bom estudar mais, num lugar diferente, num curso que vai lhe ajudar. Ainda mais a gente que não tem nada no currículo. Um 2º grau já é uma coisa para colocar. Gostei muito de estudar os dois ao mesmo tempo. Era num dia da semana, por isso não tinha muita diferença. Porque a escola era de segunda a sexta. Eles tiravam dois dias na semana que a gente não ia para a escola, ia para o curso. Eu amei. Eu até sinto saudades do curso. Num instante acabou. Passou muito rápido. Gostei de tudo do PROEJA mulheres e do IFPE. O curso todo. O curso todo foi muito bom. Gostei muito dos professores lá. De todos.

As pessoas do PROEJA me acolheram muito bem. Ser estudante no PROEJA foi muito massa. Era

uma sala só de mulheres. Foi muito bom mesmo. Era uma experiência que a gente nunca teve. Pela primeira vez, numa sala só de mulheres. Era muito bom. E, por incrível que pareça, só teve uma professora mulher, uma professora ótima. Os outros eram todos homens. Todos os professores são ótimos também.

Pretendo trabalhar como assistente administrativa porque é uma área boa. A gente que fez o curso tem chance de entrar nessa área. Não vou fazer o curso e deixar para lá. Apesar de que também acho difícil encontrar emprego nessa área. Eu estava querendo fazer um curso numa área de que gosto muito também, que é Enfermagem, mas também queria ser assistente. Eu queria ser assistente do ESEP. E, para completar, esse curso do PROEJA Mulheres ajudou muito. Eu queria muito fazer Enfermagem porque acho um curso muito interessante. Apesar de ter esse curso no IFPE, não tem em Maranguape I. É no IFPE lá depois de Paulista, acho que é em Abreu e Lima. É diferente ir lá porque acho muito longe e esquisito.

A pandemia de COVID-19 afetou a minha vida porque, para uma pessoa que trabalha, ficou muito difícil. Não estou trabalhando fora, estou em casa. Trabalho, no momento, em casa com venda de produtos. Os estudos, eu terminei no final de 2019. No momento, o meu esposo, que trabalhava, também não está trabalhando. A pandemia atrapalhou muito também. Estava tudo suspenso, estava tudo online. Eu gosto de curso presencial mesmo, de estar lá escutando o que estão falando. A gente não teve a nossa formatura ainda por causa da pandemia. A gente não recebeu o certificado ainda. A gente foi a primeira turma a se formar nesse curso do PROEJA Mulheres, mas nem teve a formatura ainda, nem pegou o certificado.

Também gostaria de falar para as pessoas que estão voltando a estudar agora que, quando chegar essa oportunidade de fazer esse curso, façam. Não percam essa oportunidade desse curso do IFPE.

3 NARRATIVA DE AMANDA

Eu, atualmente, estou morando só com meu filho. Ele tem 4 anos. O pai do meu filho não me ajuda a estudar, até porque ele mora longe. O que ele manda só é a pensão mesmo. Por ser uma mulher encontrei um pouco de dificuldade para estudar porque eu faço tudo sozinha. O único apoio que eu tenho é da minha mãe, para cuidar do meu filho para eu estudar. Estou num relacionamento com uma pessoa me incentiva a estudar. Ele às vezes até me ajuda nas atividades. Ele é bem tranquilo em relação aos estudos. Porque quando eu fui me matricular, eu disse para ele que eu ia me matricular e que eu ia fazer um curso. E ele achou muito legal.

Quando tive o meu filho eu tinha parado de estudar. Parei de estudar no 2º ano do Ensino Médio. Quando eu descobri a gravidez, parei de estudar porque ficou muito difícil para conciliar. Para ir ao médico, chegava tarde. Os médicos eram sempre longe. Por isso não tinha como eu ir para a escola. Eu voltei a estudar porque eu tenho que realmente terminar os estudos, ter o 2º grau, e para melhorar para o meu filho, para eu ter um emprego melhor para dar o melhor para ele. E não só para ele, mas para mim também. Administração foi uma coisa que eu sempre quis fazer porque gosto de administrar as coisas. Achei muito interessante esse curso de Assistente Administrativo para eu aprender como administrar as coisas. Pretendo continuar estudando depois de concluir o curso do PROEJA Mulheres porque conhecimento nunca é demais. Eu queria fazer também o curso de atendente de farmácia.

Eu acho que estudar, concluir o Ensino Médio e fazer um curso de qualificação profissional, fazer uma faculdade, é importante para as mulheres que a gente tem mais conhecimento e para ficar mais fácil para a gente arrumar um trabalho. Achei bem interessante estudar e fazer um curso ao mesmo tempo. Porque é o período da escola que eu termino e é o período do curso também que termino. Assim já tenho uma qualificação do Ensino Médio e do curso. Só achei um pouquinho difícil porque como a gente não teve aula presencial na escola, era remota, acho que não aprendi muito. E na IFPE fui, acho que umas três aulas porque estava tendo dificuldade de chegar até lá no curso. A dificuldade era que eu tenho o meu filho. Certo que eu posso levá-lo para o IFPE, como o professor falou. A gente pode levar o filho, mas, se eu o levar, não vou prestar atenção à aula porque ele não para. Ele não fica quieto. Não é uma criança que fica quieta. Então, eu não ia aprender. Seria bem interessante se lá no IFPE tivesse algum lugar para deixar seu filho porque assim a gente não perderia aula e também não ficaria longe dos filhos.

O que eu mais gostei no PROEJA Mulheres e no IFPE foi da atenção dos professores. Não só dos professores, mas, ao chegar lá no IFPE, somos muito bem tratados e na sala também. Os professores lá são muito legais. São muito prestativos e, se a gente tiver qualquer dúvida, eles respondem. Porque tem professor que não responde nossas dúvidas. Aí a gente fica em dúvida e não responde. E, quando responde, a gente não entende. Mas os professores lá são bem atenciosos. As pessoas do curso do PROEJA Mulheres e do IFPE foram bem acolhedoras. Não só nos primeiros dias porque nada mudou nas outras aulas em que fui ao IFPE. O acolhimento lá é nota mil. Vamos dizer assim porque os diretores, os administradores, os vigilantes, os professores, os colegas de classe lá são muito atenciosos e prestativos. Foi nota mil para eles.

Ser mulher, ser mãe e ser estudante no PROEJA Mulheres no início foi bem complicado porque eu não estava sabendo conciliar as coisas: estudar, ir para o IF, ter afazeres domésticos, cuidar do filho. Foi bem

turbulento no início. Mas eu comecei a ser organizada e dividir as tarefas domésticas, com filho, com a escola e com o IF. Ai deu para conciliar as coisas. Estudar numa turma só de mulheres foi legal, foi bom. Foi diferente porque acho que, às vezes, tem homens que nos compreendem mais do que as próprias mulheres. Mas não teve discussão, não teve problema nenhum com as meninas. Até porque a maioria das meninas não são tão jovens. São bem maduras e acho que não têm necessidade de estar com brigas. A gente vai para o IF para aprender e não para estar com discussão.

A pandemia mudou algumas coisas na minha vida. Os meus parentes perderam o emprego. Alguns ficaram doentes. Só não chegaram a falecer, graças a Deus, mas ficaram doentes. Eu também tive COVID. Leve, mas tive. Durante a pandemia fiquei um tempo desempregada. Arrumei só um trabalho que não dá nem para manter meu filho e a mim. Trabalho numa lojinha de roupas perto da minha casa, mas não tem contrato, não é de carteira assinada e não tem direitos trabalhistas.

Nos meus estudos, foi um pouco difícil acompanhar as aulas online. A aula presencial é melhor. A gente aprende mais porque tem dinâmica, estamos em grupo. Cada um tem sua opinião e assim a gente vai formando conteúdos. Por isso, para mim, presencialmente é melhor do que online. Não que o professor não tire nossas dúvidas. Mesmo assim é complicado aprender online e tive dificuldade de aprender de forma remota. Além disso, de forma remota, a pessoa podia pesquisar para fazer as atividades, até mesmo as provas. Se era uma prova, a gente tinha que estar com tudo na mente e não era assim. A gente pesquisava e respondia. Então não tinha como aprender desse jeito.

A mensagem que gostaria de deixar para mulheres é que estudem, que procurem se aperfeiçoar nos estudos. Que é difícil, mas não é impossível. No início vai ser bem difícil, mas depois vai conseguindo administrar o tempo e as tarefas também de cada coisa: no lar, com os filhos e com os estudos.

4 NARRATIVA DE POLIANA

Agora estamos morando só eu e o meu marido. Ele me apoia. Ele manda é eu estudar mais. Tenho duas filhas. A minha filha mais velha tem 26 e a mais nova tem 19 anos de idade. Eu não moro com o pai delas. Sou mãe solo de todas as duas e as criei só. Quem apoiava era a minha mãe. Até hoje ela ajuda porque os filhos crescem só na idade, porque o aperreio continua.

Não estava estudando quando elas nasceram. Ou ia estudar ou ia trabalhar. Parei de estudar porque tinha que trabalhar para ajudar a criar essas meninas. Para um homem é mais fácil estudar, eu acho. É mais fácil do que para a mulher. A mulher tem mais obrigação com os filhos. Aí tem que ficar em casa, a maioria. Por essas coisas assim fica mais difícil.

Só voltei a estudar novamente já depois de velha, depois de adulta, porque elas estão grandes. Então, voltei a estudar porque eu queria terminar o meu Ensino Médio para arranjar um emprego melhor e saber mais. Eu continuei a estudar, eu voltei a estudar, para arrumar um emprego melhor. Porque tudo é estudo agora. Tudo é Ensino Médio. É importante. Por isso voltei a estudar para ver se melhorava a situação. Eu parei na 8ª. Naquele tempo chamava 8ª série quando eu parei. Eu estudava antigamente lá no interior onde eu morava, num colégio de lá. Parei de estudar quando ainda morava no interior.

Eu acho importante concluir o Ensino Médio e fazer um curso de qualificação profissional porque tem mais oportunidade de arranjar coisa melhor. É bem melhor. Quanto mais estudar melhor porque eu aprendo mais e tenho mais vantagem de arranjar um emprego melhor, uma profissão melhor. Depende do curso que você for fazer. Eu achei bom estudar o Ensino Médio e a qualificação profissional ao mesmo tempo. É um pouquinho cansativo, mas é legal porque, ao mesmo tempo, era novidade para gente. Universidade, eu tive essa chance de estudar lá. Porque agora tem mais chance e praticidade de estudo, porque antes mesmo não tinha. Agora tem esse PROEJA, que facilita muito. Só não estuda agora quem não quer.

Eu gostei de tudo no curso do PROEJA Mulheres e no IFPE. O professor era bom. A gente aprendeu. Só não gostei quando entrou online, gostava quando era presencial. Porque online a gente ainda tinha disciplina para pagar, mas a gente não aprendeu tanto assim. Agora presencial era bom porque, se a gente tivesse alguma dúvida, a gente perguntava. E quando tiver curso agora, se for online, não estou a fim de fazer, só quando voltar o presencial. Quando estava presencial era bom demais. Não gostei quando a aula ficou remota porque a gente demora mais a aprender as coisas do que esses mais jovens. Assim, online, é muito ruim porque não tem ninguém para explicar para você. Lá o professor explicava, a gente o chamava. Ele ia lá, tirava a dúvida da gente. E já sabia a situação da gente, assim, que era mais difícil porque a gente trabalhava e chegava cansada. A gente estudava mais e era ótimo quando era presencial.

As pessoas me acolheram bem no curso. Eram legais, tratavam a gente tudo bem. Acho que elas olhavam para ver a situação da gente, já a idade também. Para dar uma chance a gente. A gente fez muita amizade. Foi bom. Estudar numa turma só de mulheres é diferente. Das mulheres a gente tem mais liberdade. Mulher com mulher, a gente perguntava sem vergonha. O que uma errava, ajudava a outra. É bem melhor. Quando tem mais homem, ficam todos olhando para ver quando a pessoa pergunta alguma coisa. Ficam todos olhando

para saber se você errou, o que você acertou. E as meninas, não. Eram todas legais. Quando uma não sabia, uma dava força à outra. Era muito melhor. A gente é muito corajosa. A gente gosta de desafio, mas foi bom. Quando eu não sabia, as meninas me explicavam. Estavam com a cabecinha nova. Não teve muita dificuldade, mas não pretendo trabalhar como assistente administrativa.

Quando as aulas estavam presenciais aprendi rapidinho as coisas, porcentagem e todas essas coisas. Tudinho entrou tudo na minha mente direitinho. Mas, quando ficaram online, eu fazia as atividades porque as meninas davam força umas às outras e se juntavam para responder. Não foi muito legal porque não entrou muito assim na minha mente como foi no presencial. Fiquei um pouco mais sabida com o curso. Aprendi a fazer contas, a dividir as coisas, porcentagem e essas coisas assim. Eu já assisto aulas melhor agora. Como o professor estava dizendo no curso, esse negócio de desconto, que não tem juros, isso é conversa. Ele explicou a gente e, por isso, eu já me ligo mais nas coisas. Foi bom porque é sempre bom aprender mais.

Pretendendo continuar estudando, mas pretendo voltar quando começarem as aulas presenciais. Não quero mais curso nenhum online. Eu queria fazer curso de línguas. E eu tenho muita vontade de aprender inglês. Mas já procurei saber e os cursos de inglês são todos caros. E se for curso online eu também não quero. Quero presencial porque a gente tira dúvidas na hora em que estamos fazendo as atividades, porque posso perguntar e podem me explicar melhor. Eu fico pensando em fazer uma faculdade quando tudo voltar ao normal. Estou analisando esse caso ainda. Agora está parando tudo novamente e, por isso, fico sem saber.

A pandemia de COVID-19 afetou porque mudou tudo. Porque meu esposo é comerciante e caiu muito o movimento. Eu acho que foi ruim para todo mundo. Graças a Deus que todos da minha família estão vivos, todos bem de saúde. Minha mãe e meu neto pegaram COVID, mas já estão bem. Por causa da pandemia fiquei um bocado de tempo parada. Agora estou fazendo diária e comecei depois que melhorou essa pandemia aí. Porque está difícil, o trabalho que vir, eu estou pegando. Não tem como escolher trabalho. Mas as pessoas estão adoecendo novamente. Eu não sei como vai ficar porque as pessoas têm medo que fiquem nas casas delas.

A mensagem que deixo para outras mulheres é que se tiverem a oportunidade de estudar, estudem. Não desistam porque o que está valendo agora é o estudo. E as pessoas que são de uma classe social mais baixa, aí é que têm que estudar mesmo para viver, para ver se tem mais oportunidade na vida.

5 NARRATIVA DE JULIETTY

Eu moro com meu digníssimo esposo. Ele apoia o meu estudo, me dá muita força e me fala: “Não desista dos seus sonhos”. Ele concorda plenamente. Eu fui mãe muito nova. E até meus filhos já estão muito bem crescidos. E eu voltei a estudar com eles já adultos. Cada um nas suas casas. O único que ficou comigo aqui na minha casa foi o meu filho mais velho, mas aí ele arrumou uma namorada e foi embora. Mas até então ele não me atrapalhava em nada. Eles me apoiam para estudar. Quando tirei a minha foto da formatura, ganhei muitos elogios dos meus filhos: “Muito bem, mainha. A senhora está de parabéns. É isso aí. Prossiga. Vai nessa tua força. No que a gente puder ajudar, a gente ajuda. Se tiver alguma coisa que a senhora não está entendendo nas atividades a gente participa para lhe ajudar.”

Minha filha mais velha tem 32 anos de idade, meu filho mais velho tem 27 anos e meu filho mais novo tem 24 anos. Quando conheci o pai dos meus filhos eu tinha 13 anos de idade e ele tinha 18 anos. Então a paixão foi à primeira vista da minha parte e da parte dele. Só que os meus pais não queriam que eu continuasse o namoro com ele. Acho que naquele tempo eu era uma adolescente que tinha apenas 13 anos e tinha uma família muito rigorosa. Para onde eu ia, se eu saísse, tinha que levar o irmão comigo para me acompanhar. Isso foi criando um ódio porque meus pais não aceitavam as minhas condições. Foi preciso fugir com o meu noivo e, nessa fuga, desisti de tudo. Meu ex-marido não me apoiava. Eu desisti de estudar para casar com 16 anos. Foi quando eu parei de estudar para casar. Então, quando eu tinha 16 anos, me converti à igreja evangélica. Eu sou evangélica. Aí eu precisaria participar da Santa Ceia. E, nesse período, de 1992, eu tinha que casar para poder participar da Santa Ceia da igreja.

Eu vim voltar a estudar em 2016 e continuei. Quando me separei, voltei a estudar. Esse meu atual marido agora é meu 2º marido. Eu fui casada durante 10 anos e o divórcio saiu em 2002. Depois que me separei, mais nunca quis ver a cara do meu ex-marido. De 2002 para 2015 eu já estava solteira. Aí conheci esse meu atual marido em 2016 e, no mesmo ano, fui procurar uma escola para estudar. Foi aí que encontrei a Escola Dr. Luiz Cabral de Melo, aqui vizinha, para eu estudar a formação do PROEJA. E vou estudar Magistério no mês que vem, quando vão começar as aulas. O que me fez voltar a estudar foi a boa vontade.

Então, quando me separei, voltei a estudar. Eu assisto muita televisão e gosto muito de ler. Eu via aquelas mulheres mais velhas do que eu um pouco indo para a escola e achava muito bonito. Eu disse: “Sabe de uma coisa? Eu vou voltar a estudar.” Fui com a força e a coragem e a boa vontade. Graças a Deus concluí o terceiro ano do meu Ensino Médio e estou aqui dando uma tabela com a maior satisfação. Não vou desistir porque vou começar a fazer o Magistério e, depois do Magistério, já vou estagiar numa escola de crianças. Se Deus assim permitir e eu estiver viva o ano que vem, ou depois do ano que vem, não sei, vou fazer a minha faculdade de Pedagogia.

Encontrei um pouco de dificuldade para conseguir estudar porque, antes de ir para a Escola Dr. Luiz Cabral de Melo, andei aqui perto de onde moro, no Colégio Dantas, de frente à Integração de Pelópidas, e não tinha vaga. Já na Escola da Veiga mandaram aguardar. Quando formassem uma turma, ligariam para mim, para poder estudar. Por isso achei um pouco de dificuldade. Então, como já morei em Maranguape por uns meses, eu via muito essa escola. Fui lá na Escola Dr. Machado também, mas também não tinha vaga. Só o

Cabral que tinha vaga.

Quando fui à escola Dr. Luiz Cabral de Melo, fui muito bem recebida. Assim que perguntei se tinha vaga para estudar, a diretora foi a primeira a se levantar, me abraçar e dizer: Você é corajosa. Tem umas escolas que não têm vaga. E as pessoas, tipo eu, que param de estudar e querem voltar a estudar, têm uma dificuldadezinha. Porque antigamente não tinha essa turma PROEJA para Jovens e Adultos. Hoje já tem em algumas escolas e outras, não. Acho que agora só basta a pessoa querer voltar a estudar que nunca é tarde.

Estudar, concluir o Ensino Médio, fazer um curso de qualificação profissional, uma faculdade, é importante para as mulheres. É muito importante porque você é conhecida, você tem mais prioridade. Tem um pouco de dificuldade porque, quando a gente chega a uma certa idade, não tem mais trabalho. Mas o importante é você se realizar no que você quis fazer. O curso Administrativo foi uma oportunidade que o IFPE nos deu. Não foi a gente que foi procurar por eles. Eles que deram essa oportunidade para a gente. E para mim, principalmente, achei maravilhoso porque, na época antes de eu voltar a estudar, trabalhei como administrativa numa empresa. Eu não tinha muita experiência porque naquele tempo não tinha computador. Eram aquelas máquinas datilógrafas. Aí ficou um pouco difícil. E hoje, como eu fiz um curso lá no IFPE de Administração, já posso administrar o meu próprio negócio de doces e salgados.

As coisas do Ensino Médio não são tão fáceis como no Ensino Fundamental, a 1ª, a 2ª, a 3ª e 4ª série, o Primário. Por isso, tive um pouco de dificuldade, mas tive que dar o melhor de mim. Eu adorei estudar no IFPE e na Escola Estadual porque eu vejo pessoas novas, diferentes, e pegava ônibus. Eu tinha um prazer imenso de ir para a escola. Eu era a primeira a chegar no Cabral e no IFPE. Eu tinha prazer de ir para essas duas escolas quando era na segunda e na terça-feira, aí no IFPE, e quarta, quinta e sexta-feira, no Cabral. Eu achava muito corrido, mas eu achava uma coisa sensacional. E tinha pessoas que olhavam para mim dentro do ônibus e achavam bonito quando eu dizia que era estudante e me apoiaram. Ficaram satisfeitas: “Ah, eu vou voltar a estudar também”. E eu disse: “Volta porque nunca é tarde para você fazer o que você quer.” E é muito bom. É uma terapia.

O que achei melhor no curso do PROEJA Mulheres foi tudo. Professor, a responsabilidade, o cuidado. Tinha professor, que apoiava muito, ele dava o melhor dele para os alunos, entendeu? Tinha horas que eu dizia: “Vou desistir, professor”. E ele: “Não, minha filha. Você é uma aluna espetacular. Você é uma aluna extrovertida. A gente vê que você gosta de estudar.” Então para mim tudo foi bom. O que não achei bom no curso foi não ter continuado, porque terminou. A minha opinião é que não deveria terminar os nossos estudos. Assim, como o meu terminou.

Não tenho o que dizer nada do IFPE. Foi tudo bom. O que poderia melhorar é ter mais oportunidades para as alunas e os alunos que não têm o privilégio que a gente teve. Porque não é todo mundo que vai participar dessas aulas do IFPE. O que eu tenho a dizer é isso. Os professores foram top, a secretaria foi legal, os livros que eu peguei para ler foram muito importantes, as pessoas que estavam ali, tipo, vigia, também foram top. Pode botar a letra B de bom. Pode botar a letra O de ótimo. Pode colocar a letra P de perfeito. Tudo legal. Todos me acolheram bem quando eu cheguei lá no IFPE. O bibliotecário também me recebeu no IFPE de braços abertos. Tem ele e uma professora lá que são top de linha. É uma professora muito legal, mas não sei o nome dela. Outra professora também, que deu aula de informática para a gente, é maravilhosa. Então, eu só tenho o que agradecer ao IFPE e tirar o meu chapéu para eles, para os professores, para os funcionários. O prédio mudou durante o curso está em Maranguape I agora. Devia estar lá desde o começo. Hoje está melhor porque está ali em Maranguape I, naquela área

ampla. Antes, quando a gente estudava, tinha uma granja perto e, às vezes, o cheiro e o barulho incomodavam. Mas o resto está top.

Vou usar o que aprendi como assistente administrativa na minha casa mesmo. Vou administrar o meu kit, os meus doces, os meus salgados, minhas tortas. E colocar uma pessoa para ficar responsável para estar me ajudando. Agora, quem vai administrar o caixa sou eu. Pretendo continuar estudando, vou estudar Magistério na escola Polivalente aqui em Rio Doce agora. Vou começar no mês que vem, no dia 3 de fevereiro. É uma escola muito boa e é estadual também. Já fui me matricular, já levei minha ficha 19 e até a farda já tenho. E eu vou fazer a minha faculdade de Pedagogia, em nome de Jesus.

No que a pandemia de Covid-19 afetou foi que a gente teve aula remota. No IFPE foram aulas remotas e no Cabral também. Tive um pouco de dificuldade porque para baixar o aplicativo e conectar foi um pouco difícil. Mas é aquela coisa que eu tinha falado anteriormente, eu não desisto dos meus objetivos, das minhas boas coisas que quero captar. Mas foi um pouco difícil, porque a gente não estava mais naquela turminha, que a gente junta três ou quatro mesas. E, na hora da refeição, do lanche, a gente se reunia com as meninas. Isso me fez muita falta. Atrapalhou muito. Além disso, pessoas que eu conhecia partiram, morreram, por causa da COVID. E, graças a Deus, eu estou aqui de pé. Já estou imunizada, mas a gente tem que estar seguro das coisas. Tem que se prevenir ainda.

Tudo o que tem dificuldade, tem um bom resultado. Porque, como minha finada mãe dizia, nada fácil presta. Tudo tem que ter dificuldade para poder ter um gostinho mais saboroso. Então, valeu a pena estudar aulas remotas e, ao mesmo tempo, senti a falta da turma, da sala de aula, dos professores, das professoras, do calor humano, do aconchego. Um aluno às vezes faltava e eu me preocupava. Aquela preocupação de ajudar o meu próximo. Foi bom e não foi bom. O bom foi que a gente continuou os estudos, porque a gente não podia parar. E estudamos pela internet, pelo Conecta aí, mas também a gente ficou longe das nossas amigas, dos nossos amigos, dos nossos professores. Tudo bem que os professores viam a gente na chamada de vídeo, mas não era aquela coisa de estar junto. Na minha família, graças a Deus, não afetou ninguém. Mas no meu trabalho deram uma pausa por causa dos pedidos de bolo que as pessoas fazem. Aí caíram mais. Mas agora está voltando a normalizar e daí vai ser melhor. Tenho fé em Deus e convicção que isso vai passar.

Só gostaria de agradecer por tudo o que passamos e por tudo o que aconteceu na minha vida. Hoje eu sou uma pessoa mais madura, mais tolerante a algumas coisas. Estou um pouco emocionada porque terminou o estudo e fizemos a nossa formatura, mas a turma não foi. Só foram duas pessoas da minha turma. Só foi um dos professores, não foram todos os professores que vieram do início de 2016 até 2021. Uns morreram, uns se aposentaram e uns ficaram lá na escola. Mas eu queria rever todos os meus professores desde o período de 2016, tanto aí no IFPE como no Cabral, dar um abraço e agradecer.

Também quero dizer que não desistam dos seus sonhos e prossigam. Avante. Deus fica na frente. Então é isso. Estou muito feliz por ser uma aluna do IFPE. Muitos queriam estar no meu lugar e não conseguem. Conseguem se pagarem um curso. Estou muito grata.

6 NARRATIVA DE VANESSA

Eu tenho 37 anos. Moro com minhas duas filhas e meu esposo. No início meu esposo não apoiava meus estudos. Foi uma guerra. Mas, no caso, na minha casa, como somos eu, minhas filhas e meu esposo, quando ele sai para trabalhar eu que fico com as crianças. E quando eu saio para estudar, ele quem tem que ficar, porque para botar uma outra pessoa para ficar com filho, ninguém quer ficar por pouco dinheiro. Tem que ser um dinheiro bom para alguém cuidar do seu filho enquanto você sai.

A minha filha mais nova tem 5 anos e a mais velha tem 14 anos. Quando vou estudar, o pai que cuida delas. Só teve aquele probleminha porque eu demorei muito a voltar para terminar meus estudos. Aí eu deveria ter voltado enquanto a minha primeira filha era ainda um pouco pequena. Aí eu já teria terminado. Mas acabei voltado tudo praticamente nessa confusão de Coronavírus. Se eu tivesse voltado antes já teria terminado já estaria até trabalhando, eu acho. Demorei muito para voltar para terminar.

Quando as minhas filhas nasceram eu estava estudando. Porque eu fui uma criança que teve dificuldades na escola. Aí o meu estudo foi um pouco atrasado por isso. Eu comecei a estudar tarde porque eu ia para a escola e fazia xixi na sala de aula quando era criança. Aí tudo isso foi dificultando o meu estudo devido a me sentir reprimida. Porque vai a criança, o colega, tirar onda com você porque você fez xixi nas calças. Eu era muito nervosa quando era pequena. Eu não queria ir para a escola. Aí isso tudo dificultou o meu ensino. E com 22 anos, que foi quando eu engravidei da minha primeira filha, eu ainda estava terminando os meus estudos. Eu estava estudando para terminar. Eu parei quando eu engravidei, no 1º ano do Ensino Médio. Eu acho que fala assim. Não sei muito bem. Aí parei porque engravidei dessa minha primeira filha, que está com 14 anos agora. Aí voltei agora, também. Eu voltei o ano passado.

Quando eu parei mesmo, eu estava na mesma escola em que eu estou hoje, que é no Cabral, em Maranguape II. Mas eu já estudei no Maria Alves Machado, que também é em Maranguape II. E estudei aqui no meu bairro, que é onde eu moro. Aí eu terminei aqui e fui para lá. Terminei o 8º ano aqui e fui para lá, para Maranguape II, no Dr. Luiz Cabral de Melo.

Eu tinha vontade de voltar a estudar. Aí eu fiquei adiando, adiando, adiando e acabava não indo. Aí se passou 13 anos sem voltar. Mas estudar é uma coisa que sempre você tem que fazer. Tipo, você terminou um curso, aí vamos lá arriscar outro curso. Porque você tem que estar sempre se especializando. Não pode ficar só, tipo: “Fiz aquele curso e vou morrer naquele.” Não. Você faz aquele e, sobrou um tempinho, procure outra coisa para fazer. Eu acredito que o estudo que você procura estudar você está tendo sempre que atualizar. Porque as coisas sempre estão mudando.

O motivo porque eu voltei a estudar foi à procura de, com o passar do tempo... Você cuida dos seus filhos, você cuida da casa. Você cuida, mas você se sente inútil para as outras coisas. Você acaba ficando só em casa e não tem o seu emprego. Não está em busca do seu próprio salário, de você conseguir pagar suas contas, sem estar no final do mês preocupada com o próximo mês. Aí você ter o seu dinheiro, você trabalhar, é você se sentir útil. É você sentir que está sendo útil para alguma coisa. Não só para cuidar de casa e de filho.

A dificuldade que eu encontrei para estudar sendo uma mulher assim, no meu lado, assim, na minha

vida, é minha filha pequena, por ser muito apegada. A outra já entende porque é mais velha. Mas a pequena, por ser muito apegada, é muito difícil, às vezes, eu sair e saber que ela ficou em casa chorando para eu poder estudar. Embora ela fique com o pai, mas só que ela é muito apegada a mim. Aí dificulta às vezes, eu sair e: “Poxa, estou deixando a minha filha em casa.” A sensação é que a pessoa está deixando ela largada. Mas não está porque está em casa, está com o pai. Mas aquela sensação vai com a pessoa para a escola. Aí você não fica 100% na sala de aula porque você, querendo ou não, você está preocupada em casa porque como é que está o seu filho, como é que foi que ele ficou. Embora muitas vezes eu já tenha saído e dado as costas e fingido que não estava ouvindo minha filha chorar.

Se tivesse um espaço na escola para levar a minha filha eu ficaria mais segura. No Cabral, onde eu estou estudando, a escola normal para terminar o 3º ano, lá ainda não permite a entrada. Você não pode levar o filho devido às normas do Coronavírus. E lá na IFPE ainda bem que você pode levar seu filho. Na IFPE eu a levo. Aí quando eu vou, eu procuro ir de Uber. Por não ser tão longe, aí o custo da passagem não vai ser tão alto e eu consigo levá-la e já cheguei a levar até as duas. Mas só que lá não tem um espaço para que ela fique. Ela fica comigo na sala de aula. Aí como estava com poucos alunos, essas coisas, não tinha problema porque ela sentava numa cadeira e, minha outra menina, em outra. A sala não lotava. Mas não tem um espaço reservado para o filho do aluno ficar. Mas se tivesse, seria ótimo porque eu levaria e não ficaria preocupada porque ela ficou em casa apanhada, chorando, essas coisas.

Estudar, concluir o Ensino Médio e fazer um curso de qualificação profissional é importante para as mulheres porque, você tem que procurar uma qualificação para você se sentir útil. Primeiro lugar. Você ter o seu emprego e ter o que colocar no currículo também. Porque não adianta eu fazer um currículo mentiroso, chegar lá e não saber comprovar nada do que eu botei lá. A minha maior preocupação também era essa, de não ter terminado os estudos, não ter curso. Só trabalhei como vendedora e muito pouco tempo. Aí isso não é experiência. Aí vem essa preocupação na minha cabeça. E é importante sim porque você está se qualificando. Você está procurando aprender e poder, digamos, exercer a função que você escolheu. O meu pensamento é esse: Me sentir inútil. Ser uma pessoa que só serve para cuidar de casa e cuidar do filho e pronto. Lavar roupa, fazer comida. Não era isso bem o que eu sonhei para minha vida quando eu era mais nova. Isso aí é necessário. Todo mundo precisa lavar sua roupa, limpar sua casa, fazer sua comida. Mas isso não é o essencial para a sua vida. Só isso.

Estudar o Ensino Médio e a qualificação profissional ao mesmo tempo foi muito corrido. Para as mães, para quem tem filho, é muito corrido. Tudo por culpa do Coronavírus, as aulas são em vídeo. Presencialmente, fui a poucas aulas. Mas no IFPE eu só fui presencialmente uma única vez. As aulas eram uma segunda-feira sim e uma segunda-feira não, e no Cabral duas a três vezes por semana. Era terça e quarta. Aí passou a ser terça, quarta e quinta. Aí depois mudou. Porque eles estão sempre mudando devido a essas normas do Coronavírus.

Estudar em duas escolas ao mesmo tempo, no IFPE e na Escola Estadual, o Cabral foi só essa sensação mesmo de muito corrido. Porque a escola estadual é em Maranguape II e a IFPE, onde a gente está estudando, é em Maranguape I. Só a correria mesmo, porque acaba sendo. Você tem que estar disposta a ir para dois lugares. Embora seja em dias da semana diferentes.

O que achei melhor no curso do PROEJA Mulheres e no IFPE foi porque na IFPE eu posso levar a minha filha, sem ela ficar em casa chorando. Ela só não vai se não quiser. Tipo, eu estou aqui: “Vem filha. Hoje

vou ter que ir para a escola do IFPE. Vai querer ir com mamãe?”. Já teve uma vez que ela não quis vir e graças a Deus não chorou. Porque o meu maior desafio, voltar, foi deixar ela em casa.

No caso, sou casada há 15 anos. O pai das minhas duas filhas é o mesmo. E ela sabe que é o pai dela, mas essa minha filha mais nova, é como se ela não gostasse muito de ficar com o pai. Só gosta de ficar comigo. Porque o apego dela é mais comigo. Meu maior desafio só foi esse mesmo, essa questão de ir para a escola. Para escola do Cabral eu não posso levar a minha filha, mas para o IFPE eu posso. Aí na IFPE eu não me preocupo muito. Ela só não vai se não quiser. “Hoje eu não vou, mamãe.” Ela disse uma vez que não ia. E ficou em casa tranquila. Cheguei e não aperreou.

Porque tinha vezes que eu chegava em casa e estava de pernas para o ar. Por causa de tudo de errado que ela fez para poder, quando eu chegar, para dizer assim: “Ó, mamãe, está vendo que não dá para a senhora ir para a escola. Porque eu faço isso e isso? Aí você não pode ir por causa disso.” Aí já pensava em desistir, mas eu disse: “Agora não vou desistir. Ela vai ter que se acostumar para eu estar pelo menos duas a três horas fora de casa, que é o máximo, quando muito. Assim, no Cabral, eu passava no máximo 2h30. Na IFPE é um pouco mais devido à distância.

Logo no início eu ia para as aulas com um grupo das meninas. Aí a gente ia caminhando mesmo. Nesse período em que fui andando eu não levei nenhuma das minhas filhas. Como a gente foi recebendo aquele valor em custo que a IFPE deposita para os alunos, aí eu já separava o dinheiro do Uber. Porque ainda eu não peguei minha carteira de estudante nem o VEM estudantil. Aí eu ia de Uber mesmo porque daqui para lá para a rua no máximo que dá, não dá um valor muito alto. Dá um R\$12,00, R\$13,00. Aí dá para eu separar esse dinheiro e ela ir no conforto do carro ao invés de ter que ir de ônibus.

Todos me acolheram bem. Os professores da IFPE, eles são bem acolhedores. Eles insistem nos alunos. Eles, quando há algo errado, por exemplo, os alunos não estão respondendo a tarefa que foi posta já há um ou dois dias no grupo. Se nenhuma menina ou alguma menina ainda não respondeu, eles entram em contato, pedem para os alunos entrarem para não serem reprovados.

As colegas de turma também me acolheram bem porque as que eu conheci já são as que estudam comigo no Cabral. Aí, lá na IFPE, a gente não teve nenhuma aluna nova ainda. Nenhum aluno novo, que estude lá na IFPE, que não venha da escola onde a gente estuda. Mas como as meninas já são de lá da escola onde eu estudo, no Cabral, a gente tudo já se conhece. Mas nenhuma aluna nova, por enquanto, ainda, não. Talvez esse ano terá, porque está se iniciando um novo ano e vão ter novos alunos, eu acredito.

Estudar numa turma só de mulheres é bom. No outro curso, que é o curso de Computação, existem mulheres e homens. Só o de Administração que só tem mulher. Aí é bom porque mulher e mulher se entendem. Brigam, mas se entendem. Agora, a outra sala tem homens e mulheres. Também são do Cabral, que a gente conhece por serem alunos da mesma turma. Mas lá na minha sala só tem mulher.

No ano passado, foram poucas alunas para a aula presencial. No máximo, que chegavam em sala, quando iam todas eram 5, numa sala com 14 alunos, eu acredito. Porque a maioria, uma boa parte dos alunos, depois do Coronavírus, se acostumaram com não ir à escola e estudar tudo online. Aí preferem esperar a tarefa chegar nos grupos do Whatsapp ou no grupo do Class, que é o Google Sala de Aula. E ainda por cima demonstram a responder. Porque eu tanto respondo na sala como eu respondo no online.

Na aula online em si, a gente não consegue aprender muito conteúdo, não. É como se o professor estivesse na sua frente, mas ainda sinto dificuldade. Mas quando você já está por dentro do assunto que a gente estudou em sala e chega a atividade pelo Google ou pelo Whatsapp, a gente já está por dentro do assunto. A gente só aperta no Google Formulário e responde as questões em dia. Agora a questão da aula em si é difícil porque às vezes a internet trava. Eu não gosto, na verdade, eu acho difícil. Eu gosto de professor cara a cara com o aluno porque lá na hora você tira a dúvida. É mais fácil você aprender. Matemática mesmo é uma aula que eu prefiro presencial do que online. A não ser a tarefa que chega online, que você já sabe o assunto e só faz responder.

Ser mulher, mãe e estudante no PROEJA Mulheres, tudo ao mesmo tempo é bem corrido, bem, um pouco, às vezes até, sufocante. Porque toda a correria. Porque você tem que ter horário para acordar. Quando se acorda, só basta se acordar uma hora mais tarde ou duas, aí tudo no dia já se torna mais complicado para você concluir ainda. Mas, mesmo assim eu tento conciliar. Boto Deus na frente e vamos. Porque se eu desistir, aí eu vou retroceder uma coisa que eu já deveria ter terminado. Já deveria ter feito. Já deveria estar agora atrás de emprego e não estar só estudando.

Eu gosto muito de estudar. Eu sempre gostei de estudar. Pode não parecer pela idade que eu tenho, mas eu sempre gostei de estudar. O meu problema foram as dificuldades em vida mesmo. Quando eu era criança, aí ficava nervosa e fazia xixi em sala. E depois eu não queria ir para a escola porque ficava envergonhada perto das outras alunas quando eu era criança. Aí tudo isso foi o que dificultou o meu estudo. Mas de estudar em si eu gosto. Eu gosto de estar com o professor, perto do professor para perguntar, tirar as dúvidas.

Quando eu era pequena eu só dizia: “Mamãe, eu não quero ir mais para a escola.” Quando eu já me tornei adolescente, eu ia para a escola e, às vezes, eu não tinha calça nova, aí isso me travava. Eu pensava: “Hoje eu não vou para a escola, porque eu vou ter que ir com a mesma calça.” Embora farda, é farda. Você bota a camisa da escola e uma calça jeans e pronto. Aí isso me travava também. Eu ficava só no meu canto, lá. Mas de estudar, eu sempre gostei. Sempre procurava fazer minhas coisas. Nunca deixava de fazer minhas tarefas, minhas atividades, meus trabalhos, nada.

Pretendo trabalhar na área de assistente administrativa porque a gente já aprende a administrar desde que é pequena. Se você tem irmãos, você pega um doce, dois doces, você tem que dividir. Um para o seu irmão e um para você. Se você tem uma roupa, se você tiver uma irmã, você divide com ela. Já é um tipo de administração. Quando, depois que casa, você tem que saber qual é a comida que está faltando na geladeira e no armário, o que você tem que repor, o que não, também é. Tudo é administração, assim como matemática.

O que aprendi no curso está ajudando na minha vida porque é algo que eu já posso fazer um currículo, colocar uma especialização. Porque eu tenho computação, mas já trabalhei como vendedora, mas não foi com carteira assinada. Aí eu não tenho como botar que eu trabalhei tanto tempo na carteira porque eu não tenho na carteira.

Eu pretendo continuar estudando e fazer outro curso. Só não pensei ainda qual, mas eu tenho isso na cabeça. Quando acabar, eu acredito que esse ano eu acabo tanto no Cabral como na IFPE, aí eu vou sim procurar outro curso para fazer. Quero fazer na área de administração. Eu posso fazer Logística ou um algum curso ligado à Administração. Talvez a vida me direcione para outro rumo, mas posso fazer Logística, que une tudo.

O que a pandemia mudou foi a questão de que me deixou com aquela sensação de que eu não trabalha-

va e agora que eu não vou trabalhar mesmo porque está o comércio se fechando. Foram muitos comércios, foram muitas coisas fechando. Embora eu esteja procurando estudar, mas agora que não vou conseguir emprego mesmo. Ainda mais sem especialização é que eu não vou conseguir mesmo. Aí, até algo que nunca aconteceu comigo eu acho que o ano passado aconteceu. Eu me senti um pouco até como se já estivesse entrando num processo de depressão ou alguma coisa desse tipo. Porque além de me sentir presa: “Eita, lockdown. Não pode sair. Não pode entrar em tal espaço porque isso e aquilo.” O comércio está fechando. Meu marido está em casa porque também perdeu o emprego também e eu já estou sem trabalho. Aí pronto. Eu agradeço a Deus que ninguém na minha família pegou. Na minha família ninguém faleceu. Se pegou, ficou assintomático. Não evoluiu para um caso sério. Do meu esposo, morreu uma tia dele de Covid e um primo dele. Na minha família, graças a Deus, até onde eu sei, nem familiar próximo e nem longe fiquei sabendo que morreu de Covid.

Eu deixo uma mensagem assim para as pessoas que estejam assim numa situação semelhante à minha. Às vezes, você tem um esposo e ele não quer deixar você estudar. Ninguém sabe se é ciúmes, ninguém sabe o que é. Aí você tem que tentar conversar com a pessoa que está insegura por você estar estudando. Quando ele disse: “Ah, mas você deveria ter terminado os estudos antes de casar comigo.” Eu argumentei que quando, no caso, nos conhecemos eu estava terminando os estudos. Engravidei dele e parei para cuidar do filho, da casa e deixei o estudo de lado. Embora que eu teria que ter terminado antes, mas não terminei.

Então eu digo que continue, não pare. Porque, em primeiro lugar, bote Deus na frente. Agora, não desista. Só desista se for algo muito, muito, muito sério mesmo. Porque além de você se sentir útil, você vai fazer algo que vai lhe ajudar lá na frente para conseguir um emprego. Não é só a questão de conseguir um emprego. É a questão de você adquirir aprendizado. Um ladrão pode levar o seu relógio, o seu celular, a sua roupa. Mas o que você aprende fica aqui guardado e não tem como ladrão nenhum roubar. O aprendizado é o que faz você conseguir chegar lá na frente.

Como a minha mãe diz: A gente nasce nu e hoje está vestido. A gente está vestida por quê? Porque você tem alguma ideia, bola alguma coisa para vender. Você vai tirar um dinheiro dali. Você vai conseguir botar comida na sua mesa, você vai conseguir comprar uma roupa para o seu filho, comprar o gás, pagar uma conta de luz. Aí tem Administração. Como eu digo, Administração está em tudo. Você administra sua casa. Você administra o que está faltando e o que vai precisar lá na frente.

Eu penso muito no lá na frente. Se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje eu não estaria estudando agora. Acho que é devido à adolescência. Adolescente pensa muita besteira. Embora que eu nem fiz muita besteira na minha adolescência, mas o adolescente encuca muita coisa. Acredita, muitas vezes, que pode abraçar o mundo, que pode deixar aquilo para depois. Mas a idade vai passando. A idade passa e você vai ficando, se você não procurar melhorar em todos os sentidos. Às vezes uma atitude, às vezes realmente algo que você não fez, um estudo que você não terminou.

7 NARRATIVA DE IVANILDA

Moro com minha companheira e meu enteado de 9 anos. Eles me dão muito apoio nos estudos. Sempre quando preciso, ficam tudo junto de mim. Às vezes tenho dúvidas e a gente tenta esclarecer, tenta tirar a dúvida.

Eu morava aqui com meus pais em Carpina. O meu pai era muito agressivo. Por isso eu sempre quis morar só. Queria sair de casa porque a gente era espancada demais. Então surgiu a oportunidade de emprego lá em Paulista. E daí eu fui. Tinha uma invasão lá em Riacho de Prata, que é Nova Prata agora. Iam invadir. A minha prima pegou um pedacinho de chão pra mim. Daí então, eu estava estudando no Projovem e concluí, mas depois eu queria terminar os estudos. Só que não tinha como porque ou eu estudava ou eu trabalhava. Apareceu um trabalho para mim no Pina que era para vir um dia sim, um dia não. Aí não ia dar para eu permanecer no colégio faltando um dia, o outro não porque às vezes tinha prova e caia no dia em que eu estava trabalhando. Daí eu tive que desistir para sobreviver. Então eu meti a cara, parei de estudar e comecei a trabalhar.

Eu trabalhava um dia sim, um dia não, e comecei a trabalhar todos os dias. Vinha para casa só no fim de semana. Aí foi que complicou mais ainda. Eu sempre quis terminar meus estudos. Muita gente dizia assim: “Rapaz, tu tá perdida, já terminasse seus estudos?”. E eu sempre dizia: “Não”. Aí muita gente me dava força. Chegava para mim e dizia: “A gente só é alguma coisa quando a gente termina os estudos. E até para pessoas que já terminaram os estudos ainda é difícil, imagina para quem não terminou.”. E sempre me incentivando. Daí então eu fui. Nesse tempo, passei dois anos nesse emprego. Pedi para sair porque estava muito pesado para mim porque era pra cuidar de uma senhora. E eu estava já com problemas na coluna.

Tentei voltar para escola e fui para a Escola Machado. Só que era muito distante para mim porque eu ia só e o caminho que eu passava não tinha muita iluminação. Nesse tempo tinha um danado de um homem parado lá. E eu sempre tinha medo porque eu começava as aulas às sete horas e só ia terminar às nove e meia, dez horas da noite. Às vezes eu vinha só. Eu tinha medo. Tive que desistir também porque era distante lá de casa, o Machado.

Foi quando eu comecei a trabalhar pela prefeitura de Paulista. Fui auxiliar de serviços gerais no posto de saúde. Aí foi que eu não tinha como estudar porque para chegar eu tinha que andar para caramba do trabalho. Por isso eu não tinha ânimo para estudar. Mas as meninas de lá do posto de Maria Farinha, onde também trabalhei, me deram muito incentivo. A enfermeira chefe e todas me apoiavam. Elas diziam que eu estava perdida por conta da inteligência. Isso porque tudo eu sabia fazer lá. Até o ar condicionado que estava dando pau lá, eu mexi. E o ar condicionado pegou. Ficaram esperando o técnico, mas já fazia vinte dias e o técnico não tinha chegado lá. Aí eu peguei, meti a cara. Peguei uma ferramenta com o vizinho lá do posto, mexi e fiz o conserto. Então elas começaram a falar: “Vai estudar. Vai estudar para você ter algo melhor”.

Não que serviços gerais não seja uma profissão, mas é um pouco humilhante porque tem pessoas que não reconhecem e fazem você uma Zé ninguém. Você está ali, mas parece mais que você está invisível quando é auxiliar de serviços gerais. Isso me doía muito. Aí eu peguei e falei para mim: “Não, eu quero algo melhor

para mim.” Quando eu falava o que eu era, as pessoas chega me olhavam de lado e eu me sentia muito acuada. Aí, pronto, eu disse: “Vou procurar algo melhor, mas aí eu tenho que terminar meus estudos.”. Aí foi quando eu me firmei mesmo. Eu disse: “Agora vou me matricular.”.

Eu me matriculei no Cabral porque era mais próximo de casa. Tinha uma vizinha que também estudava lá. Eu comecei a ir e sempre focando no futuro. Sempre focando em algo melhor para mim, até em termo financeiro, de dinheiro, aumentar mais o valor de receber. E eu fui com muita dificuldade. Às vezes, eu chegava atrasada. Tinha dias em que não dava tempo nem de jantar em casa. Por isso eu apelava pra chegar logo para pegar a hora da merenda para poder jantar. Daí então foi com muita dificuldade que eu terminei. Não foi fácil.

Daí então, já fui para outro serviço. Da minha profissão de assistente de serviços gerais fui para vigilante. Estou esperando para procurar algo melhor. O emprego de vigilante exige primeiro grau completo, o estudo terminado. Por isso eu disse: “Para eu não perder oportunidade, tenho que fazer isso.”. Cada coisa era um degrau: primeiro os estudos, depois o curso e, agora, estou esperando uma oportunidade. Enquanto essa oportunidade de segurança não chegar, estou me virando com meu caldo de cana, garantindo o meu pãozinho e o meu gás. E a gente vai até Deus abrir a oportunidade e dizer: “Pronto, você vai trabalhar de vigilante.”. Mas, enquanto isso, um pão dali, um pacote de fubá daqui. Eu estou com meu caldo de cana. Às vezes dá um movimento bom, às vezes não dá. Às vezes eu faço uma promoção no fim da tarde e assim vai.

Não acho que encontrei mais dificuldade para conseguir estudar por ser uma mulher. Acho que é mais para o homem. Porque, na verdade, não é preconceito, mas o homem tem a mente mais fechada. Já a mulher não, ela expande mesmo a mente, Por isso eu acho que o homem que tem dificuldade, a mulher não. Eu acho que a mulher tem mais potencial para isso e homem, não. Homem se sentou, já sente uma preguiça de levantar para se ajeitar para ir para o colégio e a mulher, não. Por outro lado, para um homem estudar tarde e passar por uma rua mal iluminada, seria mais fácil para ele conseguir ir para a escola. Porque só pela presença de um homem, o cara lá vê e pensa: “Não vou mexer não porque também é um homem”. Já a mulher é mais frágil. Quando a mulher chega, ele pensa: “Ah, é uma mulher.” Por isso, o cara quer pintar e bordar, quer dar na cara. Já com homem, não. Homem para homem ele se encara mesmo, mas mulher, não. Mulher é mais frágil.

Eu acho importante estudar, concluir o Ensino Médio, fazer um curso de qualificação profissional, uma faculdade porque a mulher tem que ocupar o espaço dela. Porque eu acho assim, que está tendo mais oportunidade para mulher. Então, para que isso venha a acontecer, ela tem que se qualificar, terminar os estudos, ter cursos. E quanto mais cursos, mais conhecimento. Porque eu acho que a mulher tem que ocupar mais espaço, ocupar mais cadeira. Porque o que a gente vê aí é mais homem. E a mulher tem que chegar até esse ponto.

Estudar o Ensino Médio e a qualificação profissional ao mesmo tempo foi um pouco dificultoso, mas no fim eu tive um certo orgulho de chegar e dizer assim: “Eu lutei, eu perseverei e consegui.”. Estudar em duas escolas ao mesmo tempo, no IFPE e na escola estadual foi um pouco cansativo. Isso porque, para escola, a gente poderia ir andando e no IFPE a gente pegava ônibus. E eu trabalhava também e já vinha cansada do trabalho. E, às vezes, quando pegava ônibus para o IFPE, eu ia em pé e voltava, às vezes, também em pé porque os ônibus vinham superlotados. Mas aí então Deus me abençoou e eu consegui uma motinha e ficou mais fácil. Ficou bem mais leve o fardo, mas foi satisfatório.

O melhor no curso do PROEJA Mulheres e do IFPE foi o conhecimento a mais. Se bem que a minha mente para matemática, para contabilidade, é um pouco fechada. Eu tenho uma dificuldade imensa. Se bem

que me ajudou um pouco a conhecer mais valores, conhecer mais a matemática. Mas assim, no fundo, no fundo, não era o curso que eu queria. Eu queria um curso que nem eu falei para o professor: “Professor, não tem um curso de soldadora, não? Porque lá em Caruaru eu vi que o IFPE tem.” Eu não me encaixo com a matemática, eu não me encaixo como administradora, com administração. Eu me encaixo com isso, eu me encaixo com essa coisa. Ele disse: “Infelizmente não”. Mas eu gostei. Foi uma experiência com que eu tive dificuldade e foi um desafio para mim mesma.

O que não achei bom foi que eu sou muito ruim na matemática. Eu tinha dificuldade até em saber valores de dinheiro. Eu tinha dificuldades, mas depois desse curso, eu consegui reconhecer valores. O lado bom foi esse. Eu, para trabalhar com vendas, tinha essa dificuldade, mas agora, não. Abriu mais a minha mente. Por isso que eu disse: foi um desafio. Eu tive que desafiar a minha própria pessoa e consegui.

O que poderia melhorar no curso do PROEJA mulheres e no IFPE era que fosse mais perto. Graças a Deus agora é em Maranguape I. Que fosse mais perto e que não terminasse tão tarde. Se bem que é pouco tempo. São dois dias só na semana, é pouco tempo, mas, às vezes, a questão era o horário. Porque, às vezes, a pessoa tem a dificuldade para chegar em casa. Porque, além de pegar ônibus, ainda tinha que descer na parada e andar um grande pedaço até chegar em casa.

As pessoas do curso do PROEJA mulheres me acolheram bem demais. Demais mesmo. Não tenho nem o que falar. Só coisas boas. Ninguém teve algum preconceito. Graças a Deus me acolheram com os dois braços. E até porque que as meninas já me conheciam. E, daí então, quando eu cheguei lá, se uniram outras duas ou três salas numa só lá no curso. Porque três salas eram de lá do colégio, do Cabral. Juntaram essas três salas e ficou numa só lá no curso. E muita gente que não me conhecia, mas assim, no passar do tempo, quando começou a me conhecer, que foi sabendo que eu era homossexual, que eu vivia com outra mulher, não olhou pra mim com outros olhos. Não me xingou, não me desrespeitou. Me abraçou mesmo.

Para mim, ser mulher, exercer maternagem e ser estudante do PROEJA Mulheres foi bom. Até porque na maternagem, em relação ao meu enteado, quando eu chegava do trabalho, ele, às vezes, já estava lá no quarto dele, fazendo as tarefas dele com a mãe. E, assim, os deixava lá jantando e ia embora para a aula. Aí, quando chegava, ele já estava dormindo, e a mãe, cuidando. Não tenho o que falar não. Foi um pouco de desafio porque teve um evento lá na escola, foi uma despedida da gente, e eu queria levar a mãe dele. Só que como íamos de moto e cabem só duas pessoas, para ela ir eu tinha que levar meu enteado. E aí era em termos disso. Às vezes ela queria sim participar, mas não tinha como por conta dele, para não o deixar. Aí, às vezes, eu queria ir de ônibus, mas o cartão só permitia duas passagens e, às vezes, eu estava sem dinheiro. Tinha essa certa dificuldade.

Não me encaixo como assistente administrativa, Agora, se chegasse assim: “Você quer trabalhar de soldadora?”. Eu ia voando. Largava até minha carrocinha de caldo de cana. Eu fiz para ter mais um conhecimento, para ter algo no meu currículo, mas, infelizmente, eu não pude concluir porque aconteceu um problema com meu pai. Eu tive que deixar de ir para o curso para ficar com meu pai no hospital. Infelizmente, eu tentei conversar com o professor, mas ele disse que não podia mais fazer nada porque já estava no sistema que fui reprovada. Eu queria terminar, eu queria ter meu certificado, mas aconteceu isso.

Eu pretendo continuar estudando, mas eu não sei qual o dia que Deus vai me chamar para começar a trabalhar de carteira assinada, voltar a usar farda. Enquanto isso eu pretendia estudar, mas, agora, queria fazer outra coisa, não Administração. Eu queria fazer o curso de soldadora. Eu também queria fazer um curso de

alvenaria para aprender mais as metragens. Eu gosto disso. Eu me encaixo com isso, mas infelizmente não apareceu oportunidade para mim. Aí tive que fazer esse curso mesmo. Eu digo: “É, se tem tu, vai tu mesmo.”. Fazer o que?

A pandemia de COVID-19 afetou bastante, afetou até porque eu peguei. Passei dois meses afastada do trabalho. Fiquei pelo INSS. Minha companheira também pegou. A gente teve que levar o menino para João Pessoa para não pegar porque a que a gente pegou foi forte. A gente ficou sem olfato e sem o paladar. E uma cuidando da outra. A gente tava com essa dificuldade e com medo desse problema. A gente teve que levar o menino às pressas para visitar o tio dele. Então a minha companheira pegou primeiro e depois eu peguei. Aí foi quando eu me afastei e fiquei pelo INSS. Mas foi uma dificuldade muito grande até porque as coisas estavam fechadas. A gente queria comprar alguma coisa e tudo fechado. E uma coisa que a gente fosse comprar no supermercado era bem mais caro. A gente dava prioridade a banco de feira que dava para o nosso orçamento.

Inclusive, eu tenho uma comadre que ela pegou COVID a primeira vez e tava mal. Eu via a hora de Deus levar minha comadre, mas, graças a Deus, não foi a hora e nem o dia. E ela pegou de novo. Agora pegaram ela e o marido e estão de quarentena. Os filhos dela estão afastados dela até para não pegar. Ela tem três filhos, que estão na casa da vizinha. A minha tia, que é a mãe dela, também está com os meninos lá. A minha família mesmo pegou também, mas pegou bem, bem fraquinha. Até porque o povo aqui de interior come comida muito pesada, assim, muito forte. Então não deu para deixar o rastro.

Quando meu pai estava internado, não estava com COVID. Ele estava com câncer de próstata. Quando ele veio se cuidar já era tarde. Foi sofrimento demais para a gente estar ali no hospital vendo nosso pai sofrendo ali com dor e vivendo na morfina. E a gente com medo também de pegar a COVID lá no hospital porque praticamente a ala do COVID era no oitavo andar e meu pai estava no oitavo andar. Então tinha uma ala lá que a gente não podia ir, mas, assim, a gente ficava com muito medo porque os médicos, além de usarem o capote, deveriam sair da ala do COVID e mudar o capote. Mas não. Eles saíam da ala do COVID e iam embora para os quartos lá e iam com o mesmo capote. E a gente tinha muito medo de pegar. Aí como é que a gente ia cuidar do nosso pai com COVID? Iam botar a gente para casa. Somos quatro, mas uma não podia cuidar porque tem uma doença que, futuramente, ela vai ficar movendo só o pescoço, só a cabeça. Aí, somos quatro, mas ela estava excluída. Ficamos eu, minha irmã e o meu irmão. E a gente sempre pensando que podia ter problema de cansaço. Uma poeirinha e a gente já fica morrendo. Aí, pronto, a gente ficava com essa dificuldade, esse medo, esse anseio, para não pegar e nem passar para o meu pai. Esse COVID satanás do diabo veio pra destruir mesmo. E, se a pessoa não tiver cuidado, vai “pro beleléu”.

Peguei COVID depois que meu pai faleceu. Passou um certo ponto, a gente viajando, foi lá para Carpiná e de ônibus. O marido de uma sobrinha minha estava gripado. Ele disse que não estava sentindo nada, mas estava junto da gente. Aí a gente pensou que era normal, uma gripezinha normal. E pronto. Aí depois, quando a gente veio embora para a casa, minha companheira já começou a ficar sem sentir gosto, sem paladar. Eu até aprontei uma com ela porque pensei que ela estava brincando. O que eu aprontei, como se diz, assim: O feitiço foi para cima do feiticeiro. Porque ela me chamou e disse assim: “Eu tô sem sentir gosto”. Eu digo: “Tá sem sentir gosto? Peraí que eu vou fazer um negócio contigo para ver se tu não vai sentir gosto”. Eu peguei e fiz um suco de acerola bem forte, praticamente a polpa. Peguei pimenta malagueta na geladeira e botei no copo dela. Eu disse: “Agora eu quero ver se seu paladar não vai voltar”. Eu cheguei, disse assim: “E aí, tá sentindo alguma coisa?”. Ela: “Não, nada”. Eu digo: “Oxe, não é possível. Danei pimenta que só e a mulher não tá com a boca ardendo?” Aí ela tomou o suco quase todo e deixou um dedinho. Eu digo: “Oxe, não é possível que

isso aconteceu”. Aí eu peguei aquele restante que ela tomou e engoli, tomei. Parecia o dragão de um filme. Eu saí soltando fogo pela boca. Eu digo: “Meu deus, o feitiço foi pra cima do feiticeiro. Eu pensei que ia ferrar a mulher, mas saí ferrada.”. E tome água e açúcar. Findou, peguei também.

A pandemia afetou também o meu estudo porque esse negócio de aula online não tem muito rock. Dá uma preguiça. Quantos e quantos dias estudei deitada. Quem já viu estudar deitada? Eu mesma estou me corrigindo. Chegava, tomava banho, jantava, pegava o caderno, deitava na cama e ficava estudando. Tinha hora que eu me acordava com o rosto no livro ou no caderno. Eu digo: “Meu Deus, como é que eu vou aprender desse jeito?”. As aulas ficaram um bom tempo remotas. Por uma parte eu achei até bom para quem é tímido e vai apresentar trabalho. Você está ali na sua casa, você está no seu espaço. Aí a pessoa se solta mais um pouco. Ruim é quando você está na escola e fica todo mundo “bisoando” você, suas atitudes, o seu jeito de falar. Aí você fica bem nervoso. Foi bom e, ao mesmo tempo, não, porque quando a gente tinha aula de vídeo chamada, quando eu vinha ver, estava eu deitada. Aí a professora falava: “Você tá onde?”. Eu digo: “Eu tô deitada, professora”. Ainda fazia questão de mostrar a cama.

Eu não tive muita dificuldade para ter acesso às aulas online porque lá em casa tinha internet. E, além de ter internet, quando a de lá caía, tinha a da vizinha. A vizinha passou a senha dela para mim porque a minha internet era rabugenta. Ficava caíndo direto, não podia nem dar um vento. Não era nem chover, era o vento. A internet caía. Aí conversei com a vizinha. Falei da minha dificuldade. Ela disse: “Ô, vizinha, me dê aí seu celular.”. E botou a senha. Aí, quando caía, ela automaticamente já conectava com a minha. Eu tive só essa dificuldade. Mas, assim, de internet, de videochamada, de apresentação, foi ótimo. Até porque eu apresentei deitada, em pé, no quarto. Eu não tenho do que me queixar. Dava para acompanhar os assuntos assim com a aula remota, dava para perguntar, tirar dúvidas. Se bem que eu falava mais do que as alunas, minhas colegas de estudo. Eu sou desse tipo, quando eu tenho uma dúvida eu não tenho vergonha. E se alguém for falar eu dou logo um baile, eu fecho logo a cara. Eu digo: “Professora, eu tô com essa dificuldade.”. A professora diz: “Dificuldade em que sentido?”. Eu digo: “Eu tô com dificuldade desse assunto. E eu tô sem noção de como é que eu chego aqui.”. Aí ela, com paciência, chegava e me explicava tudinho. E eu comecei um raciocínio, às vezes, um pouco lento, às vezes eu ia filtrando.

Eu gostei de estudar numa turma só de mulheres porque a gente já se conhecia, a gente ficou mais à vontade. Às vezes tinha uns certos assuntos que homem não podia escutar, aquelas coisas só de mulher. Do que está se passando, que “Minha menstruação veio assim.”, “Não, porque eu tô sentindo cólica.”, “Não, porque eu tô com meus seios doloridos.”. E se tivesse homem a gente não podia falar. Eu gostei porque me senti muito ali no meu mundo.

Eu gostaria de acrescentar que queria muito me encaixar na IFPE, mas não na situação de Administração. Se fosse outra situação de curso eu gostaria muito. Eu acho que eu mergulhava mesmo de cabeça porque não tem coisa melhor que você fazer o que gosta, o que você se enquadra. E, às vezes, o que você não se enquadra, você não faz com muita vontade. Como eu mesma, fiz por fazer, e fiz como um desafio para mim mesma. Quero poder me dedicar porque estou fazendo o que eu gosto e, futuramente, vou chegar onde eu quero. Mas, se tivesse outras oportunidades de curso como esse que falei, eu ia me enquadrar bem. É só isso.

8 NARRATIVA DE HELENA

Eu morava com os meus três filhos na mesma casa. Aí a menina foi morar com o namorado dela e está casada. Faz sete anos já que ela está com essa pessoa. Graças a Deus, todos os dois são maravilhosos. Meu outro menino mora com a tia dele, que é a minha ex-cunhada, está noivo e é jogador, o meu filho príncipe. E o outro morava comigo, mas está passando um processozinho. Ele vai voltar pra casa quando Deus quiser. Foi viver a vida dele. Agora só moramos eu e meu esposo em casa.

Meu esposo apoia meus estudos. Ele me ajudou muito. Ele tinha um pouquinho de ciúme no começo, mas depois se acostumou porque primeiramente me deixa garantir meus estudos. Meus filhos também me apoiam, minha filha principalmente. Ela terminou os estudos também e é designer de sobrancelhas. Queria muito que ela fizesse curso, fizesse faculdade, mas ela não quis. Ela disse: “Mãe, eu não quero isso. Quero trabalhar para mim mesma.” Eu disse: “Eu também, filha, mas faz uma faculdade.” Ela não queria e terminou que ela realmente trabalha para ela mesma sem ter feito curso de faculdade. Mas, mesmo assim, me apoia muito para estudar e em tudo.

Minha filha tem 22 anos, meu primeiro filho tem 20 anos e meu segundo filho tem 18 anos. O pai da minha filha no começo não me apoiava. Ele não assumia e não queria registrar a filha. Por isso, não o deixei ver a filha até que ele voltou atrás arrependido. Hoje em dia ela está registrada por ele. Já tem uns 10 anos que ele assumiu a paternidade e a registrou, mas só dava a pensão dela e pronto. Já o pai do meu primeiro filho faleceu de um. O pai do meu segundo filho é alcoólatra e só sabe beber. Ele cuidava do filho para eu ir para a escola. Cada um dos meus três filhos tem um pai diferente.

Algumas mães encontram dificuldade para estudar por causa de filho. Já levei meus filhos pequeninhos no carrinho para escola, mas isso não me atrapalhava meu estudo. Aí botava lá, dava um papelzinho e minha filha e o meu primeiro filho ficavam brincando. Ela ficava na cadeirinha porque era maiorzinha. Ficava sentadinha, escrevendo e olhando o irmãozinho dela no carrinho. Na época em que eles nasceram eu estudava. Primeiro estudei no Manoel Gonçalves lá em Maranguape I, porque eu morava lá. Depois passei para Maranguape II, aí estudei aqui no Cabral. Mas antes do Cabral, eu estudei também no Alto do Sol Nascente, no Ministro Marcos Freire, porque eu morava no Alto da Conquista. Aí eu ia andando lá do Alto da Conquista para o Alto do Sol Nascente com dois meninos pequenos e era muito, muito, muito longe mesmo. Então geralmente um motorista via e oferecia carona para a gente. Terminei os estudos aqui no Cabral, graças a Deus. E à gestora também que me deu muita força e ao meu filho porque se não fosse ele eu não terminaria. Foi através dele que eu voltei a estudar, para dar apoio a ele.

Quando eu era mais nova tinha um marido que era muito ciumento. Meu ex-marido chegou ao ponto de rasgar os meus livros da escola que ganhei lá no Terezinha Camarotti. Aí desde esse dia que não fui mais para escola porque não tinha como estudar sem eles. Ainda chorei muito, sofri muito. Se a escola tivesse me dado outros livros talvez eu tivesse terminado os estudos naquela época. Mas não deu. Acho que isso aconteceu em 2008 ou 2009, quando eu estava na 7ª série e já tinha o terceiro filho. Os meus filhos já eram grandezinhos. O mais novo tinha uns quatro anos nessa época.

Fiz o Projovem lá no Ministro Marcos Freire. Lá voltei a estudar tudo de novo, 1º, 2º, 3º até o 8º anos. Quando terminei, fui estudar no Colégio Castelo Branco, no Alto da Mirueira, que era do 1º ano em diante. Mas a escola perdeu a minha transferência original e, por isso, não tinha como eu estudar mais e parei outra vez. Eu sofri muito por causa disso. Minha filha também sofreu e chorou muito porque perderam o atestado dela também. Ela tinha sido operada das duas pernas, que teve que engessar. Ela tinha dificuldade para andar, ia prejudicar a coluna dela, por isso ganhou um atestado de dois meses. Então o colégio perdeu a minha transferência e o atestado dela. Ela perdeu de passar de ano, ficou muito frustrada e chorou muito. Ela estudava lá na mesma escola, mas não era o mesmo horário. Ela estudava de manhã e eu estudava à noite.

Inclusive, consegui estudar na Escola Estadual Dr. Luiz Cabral de Melo sem essa transferência. A escola me ajudou, apoiou e consegui estudar só com a declaração. Já na outra escola até hoje não consegui pegar a transferência original da Escola Ministro Marcos Freire. O colégio aqui, o Cabral, conseguiu resolver, conseguiu a transferência, não sei como. Aí terminei meus estudos e estou com a ficha 19 já, graças a Deus. Faz uns três anos que voltei a estudar. Parei um tempo por causa da pandemia. Não que eu repeti, é que prorrogou. O motivo porque voltei a estudar foi o meu segundo filho. Ele não queria estudar, não queria nada com a vida. Por isso voltei para escola. Eu fui estudar para dar força para ele estudar também. Eu ia com ele para escola. Eu o levava de bicicleta, mas, às vezes, a gente ia andando. Eu o deixava na sala dele só para ele ter que estudar e ia para minha sala. Então terminou que eu me empolguei. Comecei a fazer curso, porque isso é muito importante e interessante, e terminei o curso. Graças a Deus, terminei a escola, o curso, e ainda fiz o ENEM e tirei nota boa. Coisa que eu nunca imaginei que iria acontecer. Mas ele continua sem estudar atualmente. Agora meu esposo quer muito terminar os estudos por causa de mim, porque viu que terminei. Ele veio do Paraná para cá e por isso é mais difícil para pegar a transferência dele, por causa da distância.

Não acho que encontrei mais dificuldades para estudar por ser uma mulher porque às vezes depende mais do interesse da gente. No exemplo aqui de casa, eu tive dificuldade em termo de pegar minha transferência original porque o outro colégio a perdeu. Eu fui outras vezes lá onde era o colégio, em Olinda, e não conseguia. Graças a Deus, no colégio Cabral conseguiram a transferência para eu estudar. Eu terminei meus estudos e estou com a ficha 19 aqui. Para o homem eu acho que já é a mesma coisa. Sei que tem obstáculo em termo de trabalho, porque muitas vezes o homem trabalha, mas eu sempre trabalhei também. A mesma coisa é o homem, mas acho que depende do interesse da gente. No meu caso, eu fui interessada, voltei atrás, voltei a estudar. Tive dificuldades, mas eu fui e consegui.

Quando terminei o Ensino Médio, me inscrevi no ENEM e minha nota foi boa. Eu ia fazer Enfermagem, mas desisti porque tenho medo de tapuru. Imaginei que ia ter que cuidar dos ferimentos que tem isso. Então, eu não fiz por medo e me arrependo. Eu queria muito ter feito Enfermagem porque gosto dessa área, mas tive que desistir por causa disso. Ainda pretendo continuar estudando. Vou fazer outro curso. Até já me inscrevi e estou esperando o resultado. As vagas que tem agora são nos cursos de Segurança do Trabalho e de Gastronomia, de que gosto também. Mas gastronomia para mim é difícil porque eu trabalho com venda de almoço e o meu horário do trabalho e o do curso não batem. Eu e meu esposo trabalhamos fazendo almoços para vender todos os dias de manhã, desde que acordamos. E também, como eu não tenho fogão industrial, atrapalha muito. Se eu tivesse, botava tudo no fogo e cozinhava tudo de uma vez só. Por isso fica mais difícil. Então, estou esperando só a resposta do curso de Segurança do Trabalho, que é mais perto, para não perder, para não ficar parada, com a mente parada, para movimentar em alguma coisa. Esse curso é uma oportunidade para conseguir um emprego, uma coisa fixa, carteira assinada, INSS pago. Isso é muito importante

porque a gente trabalha vendendo almoço para não ficar em casa parado, que seria pior. É melhor trabalhar mesmo ganhando pouco porque a gente sabe que vai ter o que comer. As coisas estão muito difíceis mesmo.

Se eu tiver a oportunidade de fazer o ENEM de novo, fazer outra seleção, quero fazer Enfermagem. Eu gosto muito e tenho o sonho de seguir a profissão. Inclusive, uma vez, quando o meu menino ficou internado, teve uma médica que disse para mim: “Minha filha, você é tão nova. Você tem tanta inteligência.” Eu tinha 18 anos. Ela falou isso porque, quando acabava o soro das crianças, eu já ia lá e desligava, enquanto as outras mulheres iam correndo chamar a enfermeira. Às vezes uma mãe estava chorando e eu conversava com ela. Então elas me deram muito apoio também nessa parte para terminar meus estudos e eu ir. Na verdade, na Enfermagem eu queria mais, para falar a verdade, trabalhar na Pediatria, porque gosto muito de crianças, de acalmar, conversar com elas. Tem gente que diz assim: “Tu não gosta de criança, tu é criança igual às crianças.” Porque eu sento com as crianças e brinco com elas. Então as crianças gostam muito de mim. Às vezes, as crianças têm trauma das enfermeiras porque tem umas que são boazinhas e outras que não. Então minha filha foi uma delas. Lá no hospital mesmo, ela ficou internada uma vez quando ela tinha 9 meses. Aí tinha uma enfermeira que queria raspar a cabeça da minha filha e ela pegou trauma. Não podia entrar uma pessoa de branco na sala que ela gritava. Por isso, às vezes, as enfermeiras tinham que vir de verde para poder medicá-la para ela não gritar. Mas tinham umas enfermeiras que eram um pouco ignorantes e não tinham paciência com as crianças. Então através do que senti nessa época, tive vontade de estudar Enfermagem. Eu pensei: “Eu queria fazer pra mostrar pra ela que o amor é mais importante.” Mas, como eu falei, tem umas enfermeiras que não vão nem pelo amor, é mais pelo dinheiro e pronto. Então isso aí foi o que me incentivou a querer fazer Enfermagem.

Estudar, concluir o Ensino Médio, fazer um curso de qualificação profissional é muito importante para as mulheres. Tanto para as mulheres como para os homens. Meu marido mesmo tem uma vontade imensa de ser policial, mas não pode porque não estudou. Ele é muito inteligente e quer fazer para a área de perícia porque ele gosta dessas coisas. Ele parou na 6ª série e vai fazer, agora, 44 anos. Eu até digo para dar força a ele também: “Vai estudar, vai. Vai-te embora.” Porque a gente conseguiu, então ele também consegue. E ele olhou que, através de mim, ele realmente consegue. Para mim e para outras mulheres é importante estudar para mostrar que a gente consegue, que a gente pode. Isso é o principal. Terminar os estudos é uma coisa obrigatória, na verdade. Se a gente vê que outra consegue, porque a gente não pode conseguir? Basta a gente querer, porque quando eu fui estudar mesmo, tinha gente idosa estudando e terminando os estudos. Eu achava que nunca ia conseguir, mas então eu disse: “É uma responsabilidade.” Queira ou não, é uma responsabilidade. É muito importante a gente terminar os estudos para conseguir mais coisas porque hoje em dia tudo é estudo. A gente sem o estudo não é nada. Então, a partir do estudo ficam as portas abertas para você. Por exemplo, se eu tenho meus estudos terminados, se fiz um curso. Você não tem. Então aparece uma vaga de trabalho. A prioridade vai ser dada a quem, a mim ou a você? A quem tem estudo ou não? A quem tem.

Estudar o Ensino Médio e a qualificação profissional ao mesmo tempo foi ótimo porque a gente aprende mais, até coisas que a gente nem imagina. Eu achei ótimo. É tanto que consegui procurar fazer outro curso para não parar a mente. É importante aprender mais e mais. Gostei muito de estudar em duas escolas ao mesmo tempo, no IFPE e na escola estadual. Tinha os dias: segunda, quarta e sexta era no curso; terça e quinta era na escola, se não me engano. Eles botam só os dias diferentes para não atrapalhar o horário. Gostei muito do acolhimento, eles foram sempre maravilhosos. Pena que nós perdemos um professor. Sofri muito com o falecimento dele. Ele me ensinou muito. Eu tinha vergonha de perguntar, na frente dos outros, de matemática. Ele falava pra mim: “Você não tem que ter vergonha. A gente está aqui pra aprender. Ninguém aqui nasceu

sabendo, não. Até eu aprendo com vocês também.”. Eu me lembro muito dele.

O que gostei mais no curso do PROEJA mulheres e no IFPE foi de tudo, mas de Administração, principalmente. A gente aprende muito mesmo. Entende de conta, de assuntos de empresário. Tudo é administração. O curso foi separado: mulheres num canto e homens no outro. As mulheres eram de um curso e os homens eram de outro. Os homens eram de computação, de ensinar a trabalhar no computador. As mulheres eram de Administração, mas também tinham aulas de informática. Gostei de estudar numa turma só de mulheres. Apesar de que eu também estudava com os homens na escola, era mulher e homem junto. Ali no curso eram só mulheres. Mas não tinha diferença de estudar numa sala com homens. Era normal. A diferença era só porque o curso dos homens era um e o das mulheres era outro. O dos homens era de informática, de armar e desarmar computador. E o das mulheres, o que a gente fazia, era mais aprender a usar computador, a sair, a fechar, coisa que eu não sabia e aprendi também.

Não teve nada que eu achasse que precisava melhorar no curso. Foi tudo ótimo: os professores, as aulas, o acolhimento, e o ensinamento foram maravilhosos. Não tenho o que falar. Só agradecer primeiramente a Deus e secundamente a eles porque aprendi muito. Não tem diferença entre rico e pobre lá. O jeito com que somos tratados é igual e maravilhoso. Amei de coração. Todos me acolheram bem e todo mundo se deu muito bem. Todos foram atenciosos: das mulheres aos homens, da segurança a secretaria. Todos foram maravilhosos. Concluí o curso e já trabalho com administração. Eu vendo almoço, então é uma Administração e eu administro uma empresa. Aprendi muito no curso, que me ajudou a administrar porque ensinou a gente a contar, a diminuir, a dividir, a somar.

A pandemia de COVID-19 foi horrível mesmo pra mim porque perdi meu cunhado por Covid. Ele era técnico de enfermagem. Foi o momento em que mais sofri. Quase que perco a minha filha também, porque quase que ela morre. Foram os piores momentos, inclusive perdi o meu pai pra essa doença também. Então só de falar nessa doença me dá um trauma, me dá uma dor, um desespero muito grande que não gosto nem de comentar pelo que eu passei. Foi uma dor imensa para mim. Sofri muito, mas tive muito apoio da escola e do curso. Eles me deram feira e me ajudaram muito, principalmente a escola. Os meus dois sobrinhos ficaram aqui em casa, os filhos da minha irmã que estava com Covid, um deles filho do meu cunhado que morreu de Covid. Minha irmã só tem um rim. Ela tem uma criança, que tinha um ano de idade na época, e agora está com três anos, e o meu sobrinho que é operado do coração. Ela não tinha onde deixar essas crianças. Elas não tinham onde ficar porque minha irmã estava doente e o marido dela tinha morrido. Na casa da minha outra irmã só tinha dois quartos para um casal de filhos, ela e o marido. Então, tiveram que ficar aqui em casa porque era a única casa que tinha um quarto apropriado para eles. Então foi uma luta muito grande. Aí a escola me ajudou muito, me deu feira, me deu dinheiro para comprar frutas e carne. Foi um momento que eu mais achava que estava só, mas Deus supriu. Então, meus sobrinhos ficaram aqui em casa e se alimentaram bem.

Minha filha também foi internada no hospital com Covid no dia em que meu cunhado morreu. Minha filha não é rica e também não é mimada. É um amor de pessoa e é muito meiga. Mas uma médica não foi acolhedora com ela. Ela achou que minha filha era rica e falava: “Você está fazendo o que aqui num hospital de pobre?”. Enquanto para mim dizia outra coisa. Era: “Você só tem ela de filha, é?”. Eu disse: “Olhe, de menina, só, mas tenho mais dois meninos.” Então ela me tratava bem, mas, por trás, tratava a minha filha mal. Minha filha ficou internada desde às 18h. Ela estava com Covid, com falta de ar, sem se alimentar, com o maior sofrimento, mas não a medicaram. Ela estava na sala amarela e estava ficando roxa, morrendo já. E as pacientes lá, chorando: “A menina vai morrer. Socorre a menina.”. A minha filha estava passando mal e eu sem saber de

nada lá fora do hospital, sem poder entrar. E tanto ela quanto os idosos também. Ai minha filha, bem fraquinha, mandou uma mensagem por Whatsapp para mim: “Mãe, eu tô morrendo.”. Quando saí desesperada, o médico correu atrás dizendo: “Calma. Vou olhar sua filha agora.”. Ouvi quando ele falou: “Sua filha está muito mal”. E eu disse: “Claro. Vocês não estão cuidando da minha filha. Ela não está sendo medicada.”. Minha filha sofreu muito mesmo. Gosto nem de falar dessa doença horrível. A gente conseguiu transferência para ela, mas a médica não quis deixar. Ela falou: “Hoje não porque tá muito agitado, mas amanhã eu vou entubar ela”. E ainda disse pra mim: “Ela vai morrer”. Eu disse, pela fé que eu tive: “Não. Eu acredito em Deus. Minha filha não vai morrer. Ela vai ser curada.”. Ai ela fez assim: “Pois creia nesse seu Deus.” Então, à noite, quando cheguei em casa, eu orei: “Deus, venha cá. A minha filha é tua, Senhor, tu sabes. Ela não é minha, é emprestada. Ela não construiu a vida dela ainda. Pelo amor de Deus.”. Eu comecei a falar com Deus e a chorar. E quando foi de manhã a médica ligou e disse: “Sua filha está boa. Ela está curada. Pode vir buscar ela.”. A mesma médica que disse que a minha filha ia morrer ligou para dar alta a ela. Como Deus faz. Pois não teve outra. Ela própria teve que ligar para dar alta porque Deus permitiu. Geralmente é um policial que liga pra dar alta e não os médicos, mas ele ainda não tinha chegado. Olha o que o Deus que eu sirvo faz. Depois disso tudo, minha filha está precisando de psicólogo, mas ela não quer ir. Ela chora muito só de falar do que ela passou.

Meus estudos e meu trabalho também foram afetados pela pandemia. Quando começou essa pandemia, muita gente ficou em casa. Pouquíssimos foram trabalhar. Fechou empresa, fechou comércio. Fechou muita coisa. Ninguém trabalhou aqui em casa quando começou a pandemia porque a gente parou pra não pegar Covid. Só que a gente também estava recebendo o Auxílio Emergencial do governo. Mas minha irmã pegou Covid e, sem saber disso, foi pra casa da minha menina porque era o aniversário da minha sobrinha. Ai minha filha fez as sobancelhas da minha irmã e da minha sobrinha, mas ficou sem máscara porque achou que não ia pegar Covid com a família. No dia que meu cunhado morreu, minha menina passou mal e foi internada. Meus sobrinhos estavam aqui, então eu mantive a calma, mas foi um desespero muito grande porque ninguém esperava isso.

Nessa época, primeiro as aulas pararam mesmo, mas depois voltaram. A pandemia atrapalhou mais os estudos por causa disso: eu já teria terminado há muito tempo, mas por causa da pandemia teve que prorrogar. A gente ficou assistindo aula online e pronto. Não tive dificuldade em acompanhar as aulas online porque faziam chamada de vídeo nos mesmos dias e horários do curso, como se a gente estivesse no curso presencial. Não mudou nada. A gente estava em casa, mas, praticamente, estava no curso. Eu mesma botava sempre a farda com que a gente ia para a escola e para o IFPE. Isso é muito importante também. Eu colocava a farda porque gosto. É o respeito porque a gente estava estudando e estava aprendendo, independente de estar lá ou não. Eu não tive dificuldades em assistir as aulas e fazer as atividades. Consegui e todos colegas ajudavam muito também. Conseguia tirar todas as dúvidas online mesmo porque o professor dava a oportunidade. A gente usava o celular. Se alguém quisesse falar, acenava a mãozinha, ele parava e a gente falava. Ai ele respondia. A gente não teve dificuldade nessa parte também porque ele ajudou muito. A gente fazia as atividades em casa mesmo, escrevia no caderno, tirava a foto e mandava. Consegui concluir o curso, graças a Deus.

Só queria agradecer e também deixar uma mensagem para outras mulheres: que não botem obstáculo para estudar. Em tudo a gente tem que tirar o obstáculo. Filho não é obstáculo. Marido não é obstáculo. É só a gente conversar. A gente sabendo conversar, eles entendem. Muitas vezes, depende da gente. Porque meu marido também no começo não quis que eu estudasse. E eu disse a ele: “Mas eu tenho que estudar porque é importante.” Pronto. Agora é ele que quer estudar.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Questões sobre os fins e sobre os métodos de pesquisa em Educação. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.1, n. 1, p. 119-131, set. 2007. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6/6>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ANDRÉ, Marli; PRINCEPE, Lisandra. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 103-117, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n63/1984-0411-er-63-00103.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio - Documento Base**. Brasília: MEC/SETEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_meio.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

CALHA, Antônio. O uso da autobiografia na educação de adultos: modos narrativos de valorização e legitimação da experiência profissional. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 22, n. 71, p. 1-18. Out./ dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-e227168.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

FERREIRA, Maria José de Resende. **Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/8529/1/tese_11460_Tese%20-%20Maria%20Jos%C3%A9%20de%20Resende%20Ferreira.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

IFPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo - PROEJA (Mulheres) - PPC**. Paulista: IFPE, 2017. Disponível em: https://portal.ifpe.edu.br/campus/paulista/cursos/qualificacao-profissional/assistente-administrativo/projeto-pedagogico/ppc_proeja_ass-adm-nov2018.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In*: CONGRESSO IBERO AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), 7., 2018, [S.l.]. **Anais [...]**. [S.l.]: Atas CIAIQ, 2018. P. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 30 jul. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Hecus, 2015.

MENEZES, Fernanda Maria Lira de. **Proeja Mulheres: um olhar atento às questões do empoderamento feminino**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. 2020. 117p.

RIBEIRO, Anália Keila Rodrigues. **O tempo na narrativa: significando a experiência escolar**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RICOEUR, PAUL. **Tempo e Narrativa**. Tomo 1. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

SILVA, Aline Severo da. As mulheres estudantes da EJA/EPT. p. 23-25. *In: Histórias que Merecem ser Contadas*. Sapucaia do Sul: Instituto Federal Sul-rio-grandense, V. 7, N. 1, out. 2020. 182 p. Disponível em: https://ava.cefor.ifes.edu.br/pluginfile.php/940913/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3rias%20que%20merecem%20ser%20contadas%202020.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

SILVA, Aline Severo da. **Mulheres na EJA/ EPT (PROEJA): uma aproximação a partir das histórias de vida**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Sul-riograndense, Campus Charqueadas. 2020. 78 p.



APÊNDICE B – FORMULÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL**FORMULÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL “NARRATIVAS DE ESTUDANTES MÃES DO PROEJA MULHERES”**

1- Você se identificou com o tema desse produto educacional ao ler as histórias da coletânea “Narrativas de estudantes mães do PROEJA Mulheres”?

() Concordo totalmente. () Concordo parcialmente. () Não concordo, nem discordo.

() Discordo parcialmente. () Discordo totalmente.

2- Qual mensagem esse produto educacional passou para você?

3- A mensagem desse produto educacional pede que você faça algo? Você recomendaria que alguma pessoa próxima de você também fizesse isso?

4- Você tem algum elogio para fazer sobre esse produto educacional? Qual?

5- Você tem alguma crítica ou sugestão para melhorar esse produto educacional? Qual?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO**QUESTIONÁRIO**

Data: ___/___/____

Nome: _____

Contato telefônico: _____

E-mail: _____

1. Você iniciou o curso em qual turma?

 2018 2019 2021

2. Você se identifica com qual gênero?

 Feminino Masculino Transgênero Não-binário Intergênero Gênero fluido Outros: _____

3. Você se identifica com qual cor ou etnia?

 Preta Branca Amarela Parda (Mistura de cores ou etnias) Indígena (Povos originários da América) Cigana (Calon, Rom, Sinti ou outras) Outras: _____

4. Em que ano você nasceu? _____

5. Qual é o nome do lugar onde você nasceu?

6. Em qual município você mora atualmente?

7. Como você se classifica nos seus relacionamentos afetivos e familiares, considerando a sua situação atual e as situações passadas? (Exemplos: Solteiro/a, namorando, casado/a, divorciado/a, viúvo/a, divorciado/a e namorando, etc.). Sinta-se livre para responder do jeito que você achar melhor.

8. Quantas pessoas vivem na mesma moradia que você, incluindo você?

() 1

() 2

() 3

() 4

() 5

() Mais de 5. Quantas? _____

9. Qual é a sua situação trabalhista?

10. Somando os rendimentos de todos/as moradores/as, qual é a renda mensal total de sua residência? No cálculo, não inclua o valor de benefícios ou bolsas, e considere que o salário mínimo equivale a R\$ 1.100,00 no ano de 2021.

() Menos de 1 salário mínimo. (Menos de R\$ 1.100,00.)

() De 1 a 2 salários mínimos. (Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.200,00.)

() De 2 a 3 salários mínimos. (Entre R\$ R\$ 2.200,00 e R\$ 3.300,00.)

() De 3 a 4 salários mínimos. (Entre R\$ 3.300,00 e R\$ 4.400,00.)

() De 4 a 5 salários mínimos. (Entre R\$ 4.400,00 e R\$ 5.500,00.)

() Mais de 5 salários mínimos. (Mais de R\$ 5.500,00.)

() Não sei.

11. Você tem filho/s e/ou filha/s?

() Sim. () Não.

12. Quantos filhos e/ou quantas filhas você tem?

- Nenhum/a.
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- Mais de 5. Quantos/as? _____

13. Se você tiver filho/s ou filha/s, qual é a faixa etária dele/s ou dela/s? Pode marcar mais de uma opção.

- Criança (entre 0 e 5 anos de idade)
- Criança (entre 5 e 12 anos de idade)
- Adolescente (entre 12 e 18 anos de idade)
- Jovem (entre 18 e 24 anos de idade)
- Adulto (entre 24 e 60 anos de idade)
- Idoso (60 anos de idade ou mais)
- Não se aplica.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – Campus Olinda
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – ProfEPT
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **“Estudantes mães: Identidades no PROEJA”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Edlamir Coelho da Silva**, e está sob a orientação da **Profa. Dra. Anália Keila Rodrigues Ribeiro**, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Olinda, Avenida Avenida Fagundes Varela, nº 375, Jardim Atlântico, Olinda – PE. CEP: 53140-080. (Antigo Colégio Santa Emília), telefone: (81) 2125-1608, e-mail: gabinete@olinda.ifpe.edu.br, página eletrônica: <https://www.ifpe.edu.br/campus/olinda>.

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, pergunte à pesquisadora responsável, para que esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite participar da pesquisa, responda afirmativamente a questão de consentimento, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) senhor (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O principal objetivo deste estudo é compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres do IFPE Campus Paulista. Caso aceite participar da pesquisa, será solicitado que responda um questionário online contendo vinte e três questões, sendo algumas questões de múltipla escolha e outras, abertas. Essas questões servirão para conhecermos o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA Mulheres do IFPE do Campus Paulista que ingressaram nos anos de 2018 e 2019. Futuramente, poderemos lhe contatar

para participar também de uma entrevista remota individual, de aproximadamente vinte minutos de duração, num ambiente virtual, a qual será gravada em recurso audiovisual. Por meio dessa entrevista, buscaremos conhecer um pouco mais sobre a sua história.

Esta pesquisa possibilitará uma maior compreensão das estudantes do PROEJA Mulheres como sujeitos constituídos na sociedade e também das especificidades e necessidades delas. Sua participação poderá trazer benefícios individuais e coletivos ao contribuir para a promoção da equidade de gênero, para um maior empoderamento feminino, e para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para as mulheres, sobretudo do PROEJA Mulheres. Os riscos que poderão existir para os/as participantes são mínimos e poderão se caracterizar em algum constrangimento ou desconforto psicológico ao responderem questões ou em riscos característicos do ambiente virtual, em função das limitações das tecnologias utilizadas para assegurar uma total confiabilidade.

O (a) senhor (a) tem plena autonomia para não responder quaisquer perguntas se assim desejar e tem liberdade para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimento. Todas as informações prestadas pelos (as) participantes da pesquisa serão mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver possibilidade de identificação individual, exceto quando consentida essa identificação pelo participante. Se houver algum dano provocado pela participação na pesquisa, o (a) senhor (a) terá o direito a solicitar indenização, através das vias judiciais, e lhe está garantida a assistência integral, imediata e pelo tempo que for necessário para danos decorrentes de sua participação.

Os dados coletados nesta pesquisa, a saber, as respostas dos questionários e das entrevistas, assim como gravações em áudio, filmagens, e fotos, ficarão armazenados em pastas de arquivos de mídias digitais e em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora e da orientadora pelo período de no mínimo 05 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa, nem receberá remuneração ou notas por sua participação. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Tiradentes de Jaboatão dos Guararapes, no endereço: Avenida Barreto de Menezes, 738, Térreo, Bairro: Piedade, CEP: 54.310-310, UF:PE, Município: Jaboatão dos Guararapes, Telefone: (81)98155-5378, E-mail: cepfits@pe.fits.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Assinatura da pesquisadora responsável

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo, assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo “**Estudantes mães: Identidades no PROEJA**”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

O (a) Sr. (a) aceita participar como voluntário (a) da pesquisa?

() Aceito participar da pesquisa.

() Não aceito participar da pesquisa.

Olinda, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

ANEXO B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – Campus Olinda
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – ProfEPT
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____,
autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/
entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado **“Estudantes mães: Identidades
no PROEJA”**, sob responsabilidade de **Edlamir Coelho da Silva**, vinculada ao
**Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus
Olinda**.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para **transcrição e
análise por parte da equipe de pesquisa, e para que os textos transcritos a
partir do som de voz integrem uma coletânea de narrativas a ser publicada, a
qual se constituirá no produto educacional dessa pesquisa**.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura da pesquisadora responsável

Autorização do(a) participante:

- () Eu autorizo a utilização da minha imagem e som de voz.
- () Eu não autorizo a utilização da minha imagem e som de voz.

Olinda, ____ de _____ de _____.

ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FACULDADE TIRADENTES DE
JABOATÃO DOS
GUARARAPES - FTJG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estudantes mães: Identidades no PROEJA

Pesquisador: EDLAMIR COELHO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50006621.5.0000.8727

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.959.068

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que pretende empregar questionários e entrevistas narrativas com estudantes mães em um programa específico da Instituição.

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da pesquisa" e "avaliação dos riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1744033" (de 05/05/2021) e/ou "Projeto_de_pesquisa_Estudantes_Maes_Identidades_no_PROEJA" (de 05/05/2021

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres do IFPE Campus Paulista.

Objetivo Secundário: Conhecer o perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA do IFPE do Campus Paulista; Promover a escuta das histórias delas, observando como relacionam a maternidade, a educação escolar e profissional em suas narrativas; Refletir sobre as contribuições do

Endereço: Avenida Barreto de Menezes, 738, TÉRREO

Bairro: PIEDADE **CEP:** 54.310-310

UF: PE **Município:** JABOATAO DOS GUARARAPES

Telefone: (81)98155-5378

E-mail: cepfits@pe.fits.edu.br

FACULDADE TIRADENTES DE
JABOATÃO DOS
GUARARAPES - FTJG



Continuação do Parecer: 4.959.068

PROEJA Mulheres, do IFPE Campus Paulista para a construção identitária dessas estudantes mães;
Registrar as narrativas das estudantes mães na forma de coletânea (produto educacional).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto de pesquisa apresenta as relações de riscos e benefícios de forma adequada, de acordo com a Resolução CNS nº 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta é uma pesquisa relevante para a área de Educação, promovendo estudos que podem ampliar a inclusão de mães estudantes. A pesquisa se dará com o uso de questionário online e entrevistas narrativas remotas. Os Critérios de Exclusão estão apresentados de acordo com as exigências da metodologia a ser utilizada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se datadas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa pode iniciar

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS nº 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5

Endereço: Avenida Barreto de Menezes, 738, TÉRREO
Bairro: PIEDADE **CEP:** 54.310-310
UF: PE **Município:** JABOATAO DOS GUARARAPES
Telefone: (81)98155-5378 **E-mail:** cepfits@pe.fits.edu.br

**FACULDADE TIRADENTES DE
JABOATÃO DOS
GUARARAPES - FTJG**



Continuação do Parecer: 4.959.068

anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1744033.pdf	17/08/2021 22:22:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	17/08/2021 22:16:47	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Estudantes_Maes.pdf	17/08/2021 22:16:03	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Outros	Entrevista_narrativa.pdf	05/05/2021 22:12:09	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Outros	Questionario_da_pesquisa.pdf	05/05/2021 22:11:45	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_de_uso_de_imagem_e_som_de_voz.pdf	05/05/2021 22:10:20	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_e_sigilo_anexo_E.pdf	05/05/2021 22:07:27	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia_da_Reitoria_do_IFPE.pdf	05/05/2021 22:06:34	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Anuencia_da_Direcao_do_Campus_Paulista.pdf	05/05/2021 22:06:18	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	05/05/2021 22:01:15	EDLAMIR COELHO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida Barreto de Menezes, 738, TÉRREO
Bairro: PIEDADE **CEP:** 54.310-310
UF: PE **Município:** JABOATAO DOS GUARARAPES
Telefone: (81)98155-5378 **E-mail:** cepfits@pe.fits.edu.br

FACULDADE TIRADENTES DE
JABOATÃO DOS
GUARARAPES - FTJG



Continuação do Parecer: 4.959.068

Não

JABOATAO DOS GUARARAPES, 08 de Setembro de 2021

Assinado por:
Carlos Eduardo de Oliveira Costa Júnior
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Barreto de Menezes, 738, TÉRREO
Bairro: PIEDADE **CEP:** 54.310-310
UF: PE **Município:** JABOATAO DOS GUARARAPES
Telefone: (81)98155-5378 **E-mail:** cepfits@pe.fits.edu.br